

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
MEIO AMBIENTE

**UM ESTUDO SOBRE AÇÕES MUNICIPAIS EM DIREÇÃO AO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL POR MEIO DA ANÁLISE DOS
OITO OBJETIVOS DO MILÊNIO: OS CASOS DE IBITINGA E SÃO
CARLOS**

Dagoberto Alves

ARARAQUARA

2008

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
MEIO AMBIENTE

**UM ESTUDO SOBRE AÇÕES MUNICIPAIS EM DIREÇÃO AO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL POR MEIO DA ANÁLISE DOS
OITO OBJETIVOS DO MILÊNIO: OS CASOS DE IBITINGA E SÃO
CARLOS**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Centro Universitário de Araraquara como
parte dos requisitos para obtenção do
título de Mestre em Desenvolvimento
Regional e Meio Ambiente.

Dagoberto Alves

Orientadora: Prof^a Dr^a. Ethel Cristina Chiari da Silva

ARARAQUARA

2008

Dedicatória

Para minha esposa Gláucia, meu filho Vinícius,
e toda a minha família pela ajuda e incentivo.

Agradecimentos

Primeiramente a Deus, por estar sempre presente em minha vida, proporcionando-me mais esta realização.

À Profª Drª Ethel Cristina Chiari da Silva, pelas profícuas orientações.

Ao Prof. Dr. Prof José Luís Garcia Hermosilla e ao Prof. Dr. José Benedito Sacomano, pelas contribuições na qualificação.

Aos Secretários Municipais de Ibitinga e seus prepostos, pela abertura e fornecimento das informações e igualmente à Prefeitura de São Carlos.

Ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

A todos que, de alguma forma, colaboraram durante a realização deste trabalho.

Sumário

Lista de Figuras	ix
Lista de Quadros	x
Lista de fotos	xi
Lista de Abreviaturas e Siglas	xii
Resumo	xiv
Abstract.....	xvi
Introdução	17
Delimitação e Relevância da Pesquisa	21
Objetivos.....	22
Metodologia de desenvolvimento da pesquisa	23
Estrutura do Texto	24
Capítulo 1: Desenvolvimento Sustentável: Conceito e Evolução	26
1.1. Histórico	26
1.2. Conceitos	28
1.3. O Princípio e a evolução do termo Desenvolvimento Sustentável.....	33
1.4. O Brasil e o Meio Ambiente Sustentável	38
1.5. O Conceito de Sustentável e seus questionadores	40
1.6. Pode ser o meio ambiente delimitador do desenvolvimento?	44
1.7. A Sustentabilidade Urbana	47
Capítulo 2: A Administração Pública e o Desenvolvimento Sustentável	52
2.1 Conceito de Administração Pública – Lato Sensu	52
2.1.1 Administração Pública Municipal	53
2.2 Administração Pública municipal e o seu papel para o Desenvolvimento Sustentável.....	55
2.2.1 Novos marcos da gestão urbana	60
2.2.2 Desenvolvimento Sustentável das cidades brasileiras.....	61
2.2.3 Estratégias prioritárias para o Desenvolvimento Sustentável... ..	64
2.2.4 A Administração Pública, responsabilidade civil e omissão ...	68
2.3 Os Objetivos do Milênio	74
2.3.1 Objetivo 1	75
2.3.2 Objetivo 2	75
2.3.3 Objetivo 3	76
2.3.4 Objetivo 4	76

2.3.5	Objetivo 5	76
2.3.6	Objetivo 6	76
2.3.7	Objetivo 7	77
2.3.8	Objetivo 8	77
2.4	Ecoeficiência Industrial e a “ambientalização do consumo”	78
2.5	Agenda Ambiental na Administração Pública	81
2.5.1	Programa Agenda Ambiental na Administração Pública	82
2.5.2	Agenda Ambiental na Administração Pública.....	82
2.5.3	Objetivo da Agenda Ambiental na Administração Pública.....	82
Capítulo 3: Estudos de Casos nos Municípios de Ibitinga e São Carlos.....		85
3.1	Detalhamento do desenvolvimento do estudo de Casos.....	85
3.2	Levantamentos característicos e ações do Município de Ibitinga	86
3.2.1	Ibitinga “ Capital Nacional do Bordado”	86
3.2.1.1	A Indústria e Comércio do Bordado.....	87
3.2.1.2	A Feira do Bordado “33anos de História”	87
3.2.1.3	Indicadores Físicos do Município de Ibitinga	88
3.2.1.4	Indicadores Geográficos do Município de Ibitinga	88
3.2.1.5	Indicadores de Hidrografia do Município de Ibitinga	88
3.2.1.6	Indicadores Demográficos do Município de Ibitinga.....	89
3.2.1.7	Indicadores Econômicos do Município de Ibitinga.....	89
3.2.1.8	Indicadores Educacionais do Município de Ibitinga	89
3.3	As ações municipais em direção ao desenvolvimento Sustentável e os Objetivos do Milênio: Município de Ibitinga.....	89
3.3.1	Análise das ações envolvendo o objetivo 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome.....	90
3.3.2	Análise das ações envolvendo o objetivo 2: Atingir o ensino básico universal.....	92
3.3.3	Análise das ações envolvendo o objetivo 3: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres....	93
3.3.4	Análise das ações envolvendo o objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil.....	93
3.3.5	Análise das ações envolvendo o objetivo 5 : Melhorar a saúde materna.....	94
3.3.6	Análise das ações envolvendo o objetivo 6:	

Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças.....	95
3.3.7 Análise das ações envolvendo o objetivo 7:	
Qualidade de vida e respeito ao Meio Ambiente.....	96
3.3.8 Análise das ações envolvendo o objetivo 8:	
Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.....	100
3.4 - Levantamento das características e ações do município de São Carlos.....	101
3.4.1 São Carlos “Capital da Tecnologia”	101
3.4.1.1 Indústria e Comércio de São Carlos	103
3.4.1.2 Indicadores Geográficos de São Carlos	103
3.4.1.3 Indicadores Físicos de São Carlos	103
3.4.1.4 Indicadores Demográficos de São Carlos.....	103
3.4.1.5 Indicadores Econômicos de São Carlos.....	104
3.4.1.6 Indicadores Educacionais e tecnológicos de São Carlos	104
3.5 As ações municipais em direção ao desenvolvimento Sustentável e os Objetivos do Milênio: município de São Carlos.....	105
3.5.1 Análise das ações envolvendo o objetivo 1:	
Erradicar a extrema pobreza e a fome.....	106
3.5.2 Análise das ações envolvendo o objetivo 2:	
Atingir o ensino básico universal.....	108
3.5.3 Análise das ações envolvendo o objetivo 3:	
Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.....	109
3.5.4 Análise das ações envolvendo o objetivo 4:	
Reduzir a mortalidade infantil.....	110
3.5.5 Análise das ações envolvendo o objetivo 5 :	
Melhorar a saúde materna.....	110
3.5.6 Análise das ações envolvendo o objetivo 6:	
Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças.....	111
3.5.7 Análise das ações envolvendo o objetivo 7:	
Qualidade de vida e respeito ao Meio Ambiente	112
3.5.8 Análise das ações envolvendo o objetivo 8:	
Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.....	114
Conclusões	120
Referências Bibliográficas	126

Bibliografia135
ANEXO A - Roteiro das Entrevistas138

Lista de Figuras

Figura 2.1 - Gráfico do Desenvolvimento Sustentável.....	57
Figura 2.2 – Logos dos 8 objetivos do milênio	74
Figura 2.3 – Implementação das ações públicas para a preservação ambiental em seu âmbito-A3P	83
Figura 3.1 – Brasão do município da cidade de Ibitinga-SP	86
Figura 3.2 – Brasão do município da cidade de São Carlos – SP	101

Lista de Quadros

Quadro 1.1 - Quadro síntese da evolução e eventos relacionados ao Desenvolvimento Sustentável.....	26
Quadro 1.2 - Evolução geral do IDH-M(Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de São Carlos.....	105

Lista de Fotos

Foto 1.-Centro de Aprendizado “Ação para o Trabalho” – Ibitinga.....	91
Foto 2 -Oficina de Costura-“Ação para o Trabalho” – Ibitinga.....	91
Foto 3 -Núcleo de “favelamento” São Francisco – Ibitinga.....	91
Foto 4 -Cooperativa no “lixão” – Ibitinga.....	92
Foto 5 -Cooperados trabalhando na seleção de materiais – Ibitinga.....	92
Foto 6 -Casas - mutirão - Bairro Santo Antonio – Ibitinga.....	98
Foto 7 -Restaurante Popular- Refeição R\$ 1,00. Inauguração – São Carlos.....	108
Foto 8 -Estação de Tratamento de Esgoto – ETE – São Carlos.....	113
Foto 9 -“Programa Futuro Limpo” PROHAB – São Carlos.....	114
Foto 10-Frente do CEDIN – São Carlos.....	116
Foto 11-Sala de treinamento da incubadora – ParqTec – São Carlos.....	117

Lista de Siglas

- A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública
- AGENDA 21 - É um programa de ação para viabilizar a adoção do desenvolvimento sustentável e ambientalmente racional em todos os países
- AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- CDC – Código de Defesa do Consumidor
- CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
- CEDIN - Centro de Desenvolvimento de Indústrias Nascentes
- CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
- CF – Constituição Federal
- DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo
- DEPRN - Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais
- ECO-92 - II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- GEF – Fundo Global para o Meio Ambiente
- GTZ – Agência de Cooperação Técnica Alemã
- HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana
- IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
- IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- INCOOP/UFScar - Incubadora Regional de Cooperativas Populares/Universidade Federal de São Carlos
- IUCN - Organização Internacional dedicada à Conservação dos Recursos Naturais
- MDM – Metas de Desenvolvimento do Milênio
- NAI - Núcleo de Atendimento Integrado
- ONG – Organização não Governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PNIS – Programa Nacional de Indicadores de Sustentabilidade
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- PPME – Países Pobres Muito Endividados
- RIO/92 - II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente

SINAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

ULAC – Universidade Latino-Americana e do Caribe

UNAIDS - Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPIS – União Pioneira de Integração Social – Faculdades Integradas – Brasília-DF

Resumo

Ao conceituar sustentabilidade, Sachs (1993 apud Romeiro 1999) afirma que, para a mesma ser alcançada, deve ocorrer um processo de crescimento que concilie viabilidade econômica, desejobilidade social e prudência ecológica. Trata-se da passagem de uma civilização do “ter” para uma civilização do “ser”.

O presente estudo aborda os conceitos ligados ao termo desenvolvimento sustentável, discutindo a visão de diversos autores ligados a esse tema; e investiga ações desenvolvidas pelos entes administrativos municipais que possam contemplar aquilo que se define como Sustentável, no âmbito do tripé sócio-econômico-ambiental, tendo como norteadores para tal análise os objetivos do milênio, ou seja; os 8 objetivos do Milênio (Erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal (e de qualidade); promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento). Destacam-se neste trabalho, as ações sobre a educação e meio ambiente.

Para o desenvolvimento deste trabalho, realizou-se, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica e, em uma segunda fase, fez-se uma pesquisa de campo, coletando informações por meio de entrevistas e análise de documentos. Essa pesquisa envolveu os municípios de São Carlos e Ibitinga.

Conclui-se, finalmente, que no município de São Carlos todas as ações levantadas estão de maneira mais satisfatória sendo desenvolvidas em direção os 8 objetivos e que, para a meta 2 e 7 e, principalmente, para o objetivo 7, o município possui diversas ações a contento. Tal afirmação baseia-se nos seguintes resultados observados: em 2007, mais de 60% das residências foram servidas pela coleta Seletiva (em 2006 já eram 60%); funcionamento da Usina de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil (Programa Futuro Limpo); Estação de Tratamento de Esgoto, modelo de referência e Programa de Recuperação de Nascentes (Plantando o Futuro) entre outras.

Já no caso do município de Ibitinga, identificou-se que existem carências e um fator importante é que, em alguns momentos, há ausência na consecução de ações ligadas a algumas das 8 metas, como por exemplo nos objetivos 3 e 8 e que, em outras, pouco se articulou como é o caso dos objetivos 2 e 7. Porém, vê-se que no caso dos objetivos 1, 4 e 5,

as ações desenvolvidas resultam altamente satisfatórias e até mesmo servem como modelo para outros municípios.

Por fim, observa-se que, em ambos os casos, existem significativos avanços em direção à implementação de ações que possam satisfazer os pré-requisitos para aplicação e implementação dos 8 objetivos do milênio e vislumbrar-se a real possibilidade de avanços.

Abstract

In appraising sustainability Sachs (1993 apud Romeiro 1999) confirms that to achieve it must be a process of growth that reconciles economic viability, social desirability and ecological wisdom it is, the passage of a civilization of "to have" to a civilization of "to be".

This study addresses the concepts related to the term sustainable development, discussing the vision of individual authors related to this issue, and investigate the actions taken by municipal administrative entities that may include what is defined as sustainable under the tripod social-economic-environmental , with the guiding this analysis to the 8 millennium goals (Eradicate extreme poverty and hunger; achieve universal primary school; Promote gender equality and empower women, reduce child mortality, improve maternal health; Combat HIV / AIDS, malaria and other diseases, ensure environmental sustainability, and develop a global for development, highlighting in this work education and environment.

For the development of this work , first, a search bibliographic took place and in a second phase, made up of a search field, collecting information through interviews and examining documents. This survey involved the municipalities of San Carlos and Ibitinga.

Finally, we concluded that in the municipality of San Carlos all actions raised more satisfactory toward the eight goals and to goal 2 and 7 and, above all, the goal 7 the municipality has several actions to the satisfaction. This assertion is based on the following results observed: in 2007 more than 60% of households are served by the Selective collection (in 2006 were already 60%); operation of the power of recycling of waste from the civil construction(Program Clean Future); Station Treatment of Sewerage System (under construction), a reference model and Programme of Recovery of springs (Planting the Future) among others.

In case of the municipality of Ibitinga we could identify that there are shortcomings and an important factor is that in some moments there is absent in achieving actions related to some of the 8 goals, such as 3 and 8 goals and that in other ones just a little was articulated as in the goal 2 and 7, but you can see that in cases of goals 1, 4 and 5 the actions taken resulted in highly satisfactory results and even model for other municipalities.

Finally, it is observed that in both cases, there are significant progress towards implementation of actions that can meet the prerequisites for application and implementation of the 8 goals of the millennium and to discern the real possibility of progress.

Introdução

Em, Washington D.C, ano 2001, a Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, através de seu Comitê de Ciência de mudanças climáticas, divisão da Terra e estudos da vida, publicou seu estudo - *Climate Change Science - an Analysis of some key questions*. Ao fazer a análise de algumas questões-chave sobre as mudanças climáticas, alarmou a sociedade concluindo que a atividade humana é a grande culpada pelas mudanças climáticas e o aumento das temperaturas:

“Greenhouse gases are accumulating in earth's atmosphere as a result of human activities, causing surface air temperatures and subsurface ocean temperature to rise. Temperature are, in fact, rising.”

Em *Small is Beautiful*, Schumacher (1983) reforça, a necessidade de direcionarmos nossas atividades humanas de forma a preservar o planeta Terra:

“O que defendemos não é a substituição da nossa moderna tecnologia, dominadora e destruidora, pelos trabalhos manuais embrutecedores dos nossos distantes antepassados (...).Falamos do desenvolvimento de algo novo, uma tecnologia intermediária em que todos possamos ter parte e nos permita realizarem as nossas mais elevadas potencialidades, ajudando-nos ao mesmo tempo a acalantar, a cuidar e a preservar a terra”. (Shumacher, 1983)

A Comissão Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (PNUD/PNUMA)¹ reunida no Palácio da Paz, em Haia, no dia 29 de junho de 2000, lançou oficialmente a Carta da Terra (uma declaração de princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global, no século XXI, que seja justa, sustentável e pacífica). O Documento procura inspirar em todos os povos um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade compartilhada pelo bem-estar da família humana e do Mundo em Geral e, no seu princípio 25, também firma o consenso na necessidade da humanidade saber como dirigir suas atividades para não destruir o planeta em que moramos e que nos fornece a matéria prima para o processo produtivo econômico, indo mais adiante ao dizer que a *paz* deve permear todo esse processo:

¹ PNUD -Programa das Nações Unida para o Desenvolvimento / PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

“A paz, o desenvolvimento e a proteção ambiental são interdependentes e indivisíveis (Carta da Terra - Princípio 25)”

Na visão de Furtado (2000), a idéia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões, sendo que, se as três não forem satisfeitas, o Desenvolvimento é apenas um engodo, portanto, o autor coloca em relação à primeira dimensão: “a do incremento da eficácia do sistema social de produção” – comumente apresentada como indicador principal do desenvolvimento; não ser condição suficiente para que sejam melhor satisfeitas as necessidades elementares da população. Com relação à segunda dimensão: “a da satisfação de necessidades elementares da população” – tem-se observado a degradação das condições de vida de uma massa populacional como consequência da introdução de técnicas mais sofisticadas. E que na terceira dimensão: “consecução de objetivos, a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos”, a eliminação da pobreza dentro da riqueza, faz-se mais difícil com o avanço da acumulação.

O autor então conclui que a terceira dimensão é, certamente, a mais ambígua, pois aquilo a que aspira um grupo social pode parecer para outros simples desperdício de recursos. Tem-se mesmo observado a degradação das condições de vida de uma massa populacional como consequência da introdução de técnicas mais sofisticadas (...) É bem sabido que, mesmo nos países em que mais avançou o processo de acumulação, parte da população não alcança o nível de renda real necessária para satisfazer o que se considera como sendo necessidades elementares. (FURTADO, 2000, p. 22-23)

O autor deixa claro que, ao se pensar em desenvolvimento, deve-se pensar de forma sistêmica; ou seja, não é só no acumular riquezas material-financeiras, mas incluir neste bojo uma outra gama de objetivos a serem alcançados quer sejam sociais, políticos e ambientais.

Sachs (1993 apud Romeiro 1999) conceitua Sustentabilidade ou eco-desenvolvimento como um processo de crescimento que concilie viabilidade econômica, desejabilidade social e prudência ecológica. Trata-se da passagem de uma civilização do “ter” para uma civilização do “ser”.

A **viabilidade econômica** pressupõe a concepção de sistemas produtivos onde os custos de produção, medidos pela produtividade obtida pelo trabalho, sejam compatíveis com os níveis de bem-estar social considerados como minimamente aceitáveis.

A **desejabilidade social** pressupõe a solidariedade sincrônica entre classes sociais, o que implica optar por padrões tecnológicos que, guardada a primeira condição, propiciem uma distribuição mais equitativa de renda gerada.

Finalmente, a **prudência ecológica** é uma exigência da necessária solidariedade diacrônica entre gerações, implicando o uso parcimonioso dos recursos naturais e renováveis com os sistemas de produção onde as leis da natureza são respeitadas de modo a não transformarem recursos renováveis em não renováveis.(Romeiro, 1991 apud Bastos 2006).

Romeiro (1999 apud Bastos 2006) nos remete à proposição de que é necessário e possível intervir e direcionar o processo de desenvolvimento econômico, além de estabelecer um trade off (perder uma qualidade ou aspecto de algo, mas ganhar em troca outra qualidade ou aspecto), ou seja, deixar de lado aquela noção econômica baseada no constante refutamento de que se a empresa for observar as questões ecológicas ela irá perder, mas entender que se houver alguma perda de produção, ela poderá por outro lado ser recompensado/beneficiada pelo crescente aumento na demanda dos “consumidor verde”.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu, pela primeira vez, com o nome de eco-desenvolvimento no início da década de 70. (Romeiro, 1999)

O volume publicado intitulado *World Conservation Strategy* de 1980 da *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* -IUCN², foi provavelmente o primeiro a dar a noção de sustentabilidade e a divulgação devida e, principalmente, a introduzir o conceito nas plataformas políticas internacionais. Neste momento surgiram os “preservacionistas” e “desenvolvimentistas”. Porém aquilo que deveria ter criado um forte vínculo entre ecologia e desenvolvimento, deixando bem claro que o desenvolvimento (aqui só como econômico) deveria ocorrer, tendo-se o cuidado de proteger a natureza e criar um “desenvolvimento para todos” e com isto a possibilidade de abrir caminho para a consolidação do Desenvolvimento Sustentável como conceito-chave para esta convivência entre economia e aspectos ambientais; criou outra realidade , ou seja, não criou o vínculo desejado para servir concretamente de pauta importante para as agendas políticas em âmbito mundial. (Nobre e Amazonas, 2002).

Assim o primeiro momento da presente pesquisa se refere à busca das conceituações do termo desenvolvimento sustentável, discutindo a visão dos diversos autores sobre o significado do termo, sua aplicação e interação. Num segundo momento, buscou-se encontrar como esta interação, ou seja, meio ambiente e desenvolvimento econômico ocorre. O que se observa não só nas agendas políticas Nacionais e Internacionais, mas em boa parte da sociedade civil nos últimos anos, é a busca constante para se encontrar um “intermediador”

² Organização Internacional dedicada à conservação dos recursos naturais, fundada em 1948; sua sede está localizada em Gland, Suíça. A IUCN reúne 78 nações, 112 agências de governo, 735 ONGs e milhares de especialistas e cientistas de 181 países.

mais apropriado para a implementação desta interação; ou melhor, aquele que possa colaborar para tanto. Diante da capacidade de escolher entre o certo e o errado, entre o prêmio e a punição, o próprio homem se coloca como o único ser da natureza que necessita de limites e liberdades impostas, daí surge à necessidade deste intermediador possuir por legitimidade o poder de polícia para que se necessário for possa impor uma ou outra ação, normatizando desta forma o que melhor deve ser feito para se alcançar a sustentabilidade. Assim se destaca o Poder Público local que, segundo a própria Constituição Federal de 1988, é um dos grandes, e talvez o mais importante responsável pela manutenção da perfeita ordem das relações entre o homem-capital-meio ambiente, valendo-se do poder de polícia para legislar, pondo fim assim à ambigüidade de certa forma alarmada por Furtado (2000).

Se o Poder Público local torna-se um excelente intermediador entre homem-natureza para a implementação de ações que possam colaborar ou induzir a população local em direção a sustentabilidade, cabe então o terceiro momento da pesquisa. Na busca por encontrar um “indicador” ou “norteador” para poder analisar se existe ou não a aplicabilidade das referidas ações, decidiu-se então fazer o levantamento delas à luz dos 8 objetivos do milênio, objetivos estes que surgiram em reunião da ONU ocorrida em 08 de setembro de 2000, da qual participaram todos os seus 189 estados membros, além de representantes de vários setores da sociedade. O desfecho da referida sessão foi a publicação da Declaração do Milênio das Nações Unidas. Seus objetivos e metas fundamentaram-se a partir dos resultados alcançados nos diversos acordos internacionais, ocorridos ao longo dos anos 90, sobre ambiente e desenvolvimento, direitos das mulheres, desenvolvimento social, racismo, etc., onde todos os participantes assumiram um compromisso a ser cumprido até 2015.

Escolheram os 8 objetivos pois em seu rol de “indicações” para as ações sustentáveis, encontram-se ações mínimas para se buscar a sustentabilidade, além de perpassar por todos os aspectos que levam à sustentabilidade, descritos por Sachs (1993 apud Romeiro 1999).

Lembra a UNESCO³ que os 8 objetivos podem ou não ser melhor desenvolvidos e profícuos se contemplarem os aspectos educacionais partindo já do ensino fundamental pois o mesmo é de responsabilidade exclusiva do Poder Público Municipal; pois cidadãos mais conscientes podem colaborar no presente e serem multiplicadores de ações positivas que colaborarão com as futuras gerações.

³ 2005-2014 - ONU A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. “A educação não é um fim em si mesma, é um direito fundamental e um instrumento-chave para mudar valores, comportamentos e estilos de vida: para alcançar um futuro sustentável é necessário fomentar, entre a população, a consciência da importância do meio ambiente”.

“De acordo com os documentos da UNESCO, o desenvolvimento sustentável é o objetivo mais decisivo da relação” homem-natureza “. Assim, todo processo educativo deveria ser” reformulado para o desenvolvimento sustentável “. (L Sauv , 1997)

Delimita o e Relevância da Pesquisa

  nas cidades que se ensaiam e se desenvolvem o crescimento econômico, a satisfa o dos anseios mínimos sociais (saneamento básico, segurança, educa o, ...) e a prudência ecológica, ou seja, o desenvolvimento sustentável e   do aprimoramento do conjunto desses itens que dependerá o futuro do planeta. (Sequinel, 2002)

Portanto se   nas cidades que os aspectos acima ocorrem, faz-se necessário entender que subsídios possuem o Poder Público Municipal, para poder gerir o espaço físico e geográfico que compõem as cidades e também para “alcançar” cada cidadão, pois pressupõe-se que, quanto mais o cidadão se torna consciente, mais poderá colaborar com essa gestão urbana. Assim não se deve ter d vida alguma sobre as respostas para: *onde, a partir de que, como e com a colabora o de quem* se pode chegar a sustentabilidade no âmbito municipal.

Compreendendo inicialmente que o meio ambiente corresponde ao lugar onde estou, surge a resposta ao *onde* - as cidades. Essas passam a ser a primeira instância deste processo; ou seja, como elas podem se tornar um local sustentável.

Segue-se ao segundo questionamento: *a partir do que*, e a Lei abaixo pode nos ajudar na resposta:

A Lei Federal n  10.257/2001 – Estatuto da cidade, deixa transparecer não são a necessidade da sustentabilidade urbana como a importância da interferência do Poder Público Municipal no processo de implanta o e manuten o dessa. Ressalta-se com rela o a essa legisla o, o seguinte:

“Capítulo I

Artigo 2  A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das fun es sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito   terra urbana,   moradia, ao saneamento ambiental,   infra-estrutura urbana, transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gera es.

Capítulo III

Artigo 39 – (...) assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.”

Ao refletir sobre o *como*, constata-se aqui a necessidade da interferência do Poder Público Municipal na aplicabilidade de políticas públicas, ações/mecanismos para se alcançar os objetivos da sustentabilidade, sendo estas aplicabilidades impostas pela legislação Federal vigente.

A resposta à *colaboração de mais quem*, se chega à educação (objetivo nº 2); que de acordo com a UNESCO (Instituiu o intervalo dos anos 2005-2014 como a Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável) se a mesma não for de qualidade não poderá criar a correta cidadania e sem essa não se poderá alcançar o Desenvolvimento Sustentável.

“A educação não é um fim em si mesma, é um direito fundamental e um instrumento-chave para mudar valores, comportamentos e estilos de vida: para alcançar um futuro sustentável é necessário fomentar, entre a população, a consciência da importância do meio ambiente.” (2005-2014 - Uma Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável - UNESCO, 2005 - www.unesco.org.br)

Assim, após detectar-se que, para a ocorrência da sustentabilidade urbana existe a necessidade da interferência direta do Poder Público Municipal, o qual pode ser responsabilizado civilmente por sua omissão, fica explícito que o desenvolvimento urbano, de forma a conceder aspectos sustentáveis (crescimento econômico, anseios mínimos sociais satisfeitos e prudência ecológica), deve ser precedido de políticas públicas conscientes e profícuas que possam viabilizar metas sustentáveis e, para tanto, se buscou nos 8 objetivos do Milênio um parâmetro

Assim as questões do presente são: Os entes das Administrações Públicas Municipais estão preocupadas com a sustentabilidade urbana de seus municípios? Se, estão buscam ações que realmente venham ao encontro dos pré-requisitos para se chegar a Sustentabilidade, ou as mesmas só estão no âmbito conceitual? Como medem a capacidade de satisfação destas ações? Quais indicadores mínimos são utilizados? Os 8 Objetivos do milênio já fazem parte de suas ações?

Objetivos

Objetivo geral

O Objetivo deste trabalho é estudar os conceitos ligados ao termo desenvolvimento sustentável, discutindo a visão dos diversos autores ligados a essa conceituação, ou seja, a favor ou contra, além de e investigar as ações desenvolvidas pelos administradores municipais de Ibitinga e São Carlos que possam contemplar aquilo que se define como sustentável em ações no âmbito do tripé sócio-econômico-ambiental, tendo como norteadores os objetivos do milênio.

Objetivo específico

Analisar no contexto levantado as ações ligadas aos 8 objetivos dando destaque à educação e ao meio ambiente.

Metodologia de desenvolvimento da pesquisa

Para o desenvolvimento do presente trabalho, valeu-se de pesquisas bibliográficas, pesquisas de campo, entrevista semi estruturadas (a qual foi aplicada no município de Ibitinga), análise de documentos (aplicada no município de São Carlos), tendo como ponto de partida os elementos que poderiam estar colaborando para se alcançar o desenvolvimento sustentável nestes municípios sendo norteados pelos 8 objetivos do Milênio.

Para melhor elucidação no que se refere às práticas acima seguem as seguintes definições dadas por Cruz e Ribeiro (2006 apud Bastos 2003):

- Pesquisa Bibliográfica: Todas as áreas de pesquisa, independentemente da sua classificação, supõem e exigem uma pesquisa desse tipo. Essa pesquisa pode visar a um levantamento de trabalhos realizados anteriormente sobre o mesmo tema, fornecendo subsídios para a redação da introdução e revisão da literatura do projeto ou trabalho. Em suma, uma pesquisa bibliográfica leva ao aprendizado sobre uma determinada área. Sua finalidade é colocar o investigador em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa.
- Pesquisa de Campo: Essa pesquisa consiste na observação atenta de um objeto (ou fenômeno) de interesse ensejado. Envolve técnica de coleta e apresentação de dados e uma discussão qualitativa dos resultados. Uma pesquisa de campo não permite o

isolamento e o controle das variáveis supostamente relevantes, mas permite o estabelecimento de relações constantes entre determinadas condições.

Na tentativa de agregar esforços para a obtenção de dados e inferência na relação das variáveis, usaram-se os seguintes instrumentos:

- Questionário, contendo um conjunto de questões de enfoque quantitativos (pela investigação de dados) e qualitativos (interpretação do fenômeno e sua compreensão), de forma dirigida, em alguns casos e ampla e irrestrita em outros, com perguntas abertas e fechadas.
- Entrevista procedida com o fim previamente especificado para a obtenção de dados existentes, mas não disponibilizados por alguma questão, como por exemplo na dificuldade de disponibilização destes para conhecimento do público em geral.
- Consultas de dados secundários, em anuários, publicações e relatórios oficiais, sites oficiais específicos, pesquisas e trabalhos correlatos.

Estrutura do Texto

O texto da presente pesquisa foi organizado da seguinte forma:

- A Introdução apresenta um breve histórico sobre as questões ambientais, os objetivos da pesquisa, metodologia de desenvolvimento e organização do texto.
- No capítulo 1 - Desenvolvimento Sustentável: Conceito e Evolução, descreve-se um histórico sobre o surgimento do termo desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, sua evolução e aplicabilidade e também foca-se o Brasil e a sustentabilidade, os céticos da sustentabilidade, a sustentabilidade urbana, além de uma discussão sobre ser a natureza delimitadora ou não do desenvolvimento.
- No Capítulo 2 - Administração Pública e Desenvolvimento Sustentável, são apresentados conceitos sobre o que é Administração Pública, em especial, a Municipal; sua responsabilidade diante dos munícipes ao encontro do desenvolvimento sustentável e sua omissão. Abordam-se aqui os objetivos do milênio.
- No Capítulo 3 - Estudo de Caso, apresenta-se uma caracterização dos municípios de São Carlos e Ibitinga, ambos localizados no interior do Estado de São Paulo, onde foram levantadas as ações administrativas em direção à Sustentabilidade e as ações

Educacionais e Ambientais que propicie condições para a conscientização e a cidadania.

Por fim, são apresentadas as principais conclusões do trabalho, bem como sugestões para trabalhos futuros, as referências bibliográficas e a bibliografia utilizada na pesquisa, apêndice além do roteiro das entrevistas realizadas.

Capítulo 1

Desenvolvimento Sustentável: Conceito e Evolução

“Há 7.000 anos atrás o homem começou a dominar as primeiras técnicas agrícolas e de criação animal, mas simultaneamente, era obrigado a manter estoques de sementes para serem usados no plantio, na primavera seguinte. Logo, havia necessidade de trabalhar sustentadamente.(Ciência & Ambiente, 2000, pg. 87).

1.1 Histórico

Para abordar o histórico sobre a evolução do desenvolvimento sustentável, optou-se por elaborar um quadro-síntese (quadro 1.1) que traz o ano de ocorrência e os eventos marcantes com relação ao tema abordado.

Quadro 1.1 : Quadro síntese da evolução e eventos relacionados ao desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento Sustentável: uma síntese	
Ano de ocorrência	Síntese
1948	Foi fundado em Gland, na Suíça a IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza.(Nobre e Amazonas, 2002)
1968	Foi criado o Clube de Roma, liderado pelo industrial Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King com mais 36 cientistas e economistas europeus. Esse clube pregava uma visão holística para buscar soluções para os problemas globais. Foi fundamental para difundir a interação entre produção industrial, população, danos ambientais, consumo e uso de recursos naturais. Surgiu a primeira etapa da ecodiplomacia.Brüseke(1995 apud Cavalcanti 2003)
1971	Foi elaborado o relatório FOUNEX (Cidade na Suíça), por um grupo de especialistas reunidos na cidade Suíça do mesmo nome. Destacou-se esgotamento ambiental, causado pelos padrões de produção e consumo dos países desenvolvidos, que acaba criando a pobreza e o sub-desenvolvimento de outras nações.

<p>1972</p> <p>(continuação) Quadro 1.1</p>	<p>René Dubos e Bárbara Ward escreveram “Only One Earth” (Uma Só Terra), obra que alerta sobre os impactos das atividades humanas sobre a biosfera, além de expressar otimismo sobre o futuro do planeta, se a humanidade colaborar com a idéia de um futuro comum.</p> <p>Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, organizada pelo PNUMA, realizada em Estocolmo, liderada por Maurice Strong, com a presença de 114 países. O Conceito de ecodesenvolvimento é apontado como uma doutrina satisfatória para o dilema meio ambiente x desenvolvimento.(Sachs 1980 apud Nobre e Amazonas, 2002)</p> <p>O Clube de Roma publicou “Os Limites do Crescimento”, que preconizava que em 100 anos, se mantidas as atuais taxas de crescimento populacional, exploração recursos naturais e geração de poluição a raça humana poderia desaparecer.</p>
<p>1973</p>	<p>Foi publicado “<i>Small is Beautiful</i>” (O Negócio é ser pequeno), por E.F. Schumacher. Essa obra sugere que muitos problemas sociais e ambientais que o mundo enfrenta resultam da idolatria do gigantismo. A economia moderna encara o mundo como um recurso para o lucro crescente e os seres humanos como unidades de trabalho para a lucratividade e continuidade do sistema econômico. Para Schumacher significa produzir, consumir e organizar tão localmente quanto possível, o que inevitavelmente implica em uma escala menor da produção.(Schumacher, 1983)</p> <p>No Brasil promulgou-se a Lei 73.030 de 30/10/1973 que criou a SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente, para fiscalizar as implicações do desenvolvimento nacional e do progresso tecnológico sobre o meio ambiente.(Bursztyn,1993)</p>
<p>1974</p>	<p>A ONU patrocinou a conferência de Cocoyok (reunião da UNCTAD - Conferências das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento e do UNEP -Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas), onde se afirmava que a causa da explosão demográfica era a pobreza, que também gerava a destruição desenfreada dos recursos naturais. Os países industrializados contribuíam para esse quadro com o alto índice de consumo.(Nobre e Amazonas,2002)</p>
<p>1975</p>	<p>A ONU voltou a participar e elaborar outro relatório - Dag-Hammarsköld, preparado pela fundação que tem o mesmo nome, com a colaboração de políticos e pesquisadores de 48 países. Esse completou o de Cocoyok, dizendo que as potências coloniais detêm as melhores terras das colônias e com isto forçam a população pobre a usar outros solos degradando-as.(Brüseke 1995, apud Cavalcanti, 2003)</p>
<p>1980</p>	<p>A IUCN- União internacional para Conservação da Natureza e Recursos Naturais, publicou o volume intitulado <i>World Conservation Strategy</i>. As questões ambientais passaram a ser incluídas nas plataformas políticas.</p>
<p>1981</p>	<p>No Brasil com a Lei Federal nº 6.938/81, criou-se a Política Nacional do Meio Ambiente. Surgiu o primeiro texto no Brasil conciliando</p>

	desenvolvimento econômico com preservação ambiental.
1985 (continuação) Quadro 1.1	Ainda no Brasil a Lei Federal nº 7.347/85, disciplinou a ação civil pública por danos causados ao meio ambiente.
1987	Novo relatório da ONU- Relatório Nosso Futuro Comum, foi realizado e entregue por <i>Gro Harlem Brundtland</i> - Relatório Brundtland.
1988	Foi inserido na Constituição Federal brasileira o Capítulo VI, no artigo 225 voltado às questões do Meio Ambiente.(C.F., 1988)
1989	No Brasil com a Lei Federal nº 7.797/89, criou-se o Fundo Nacional do Meio Ambiente, com o objetivo de desenvolver projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, elevando a qualidade de vida da população. A ONU, em 22/12/1989, convocou um encontro global sobre os cuidados e degradação ambiental.
1992	Nosso país sediou a ECO-92. O mundo atendeu ao pedido da ONU feito em 1989. Surgiu a segunda etapa da ecodiplomacia.(Revista PANGEA, 24/08/2001)
1997	Foi firmado, em dezembro, o Protocolo de Kyoto. Acordou-se em reduzir as emissões de CO2 em 5% entre 2008 e 2012 em relação às emissões de 1990. Surgiu a terceira etapa da ecodiplomacia.
2002	No Brasil, em âmbito federal, promulgou-se a Lei Federal nº 10.257 - Estatuto das Cidades. Houve o encontro da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (realizada em Joanesburgo, na África do Sul, entre 26 Agosto a 4 de setembro de 2002).
2005	Foi publicado pela UNESCO - A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável - 2005-2014 (UNESCO 2005)

Pela análise do quadro 1.1, observa-se que desde a década de 40, já havia uma preocupação com a utilização dos recursos naturais. Isso se acentuou nas décadas de 70 e 80, sendo que, na década de 90 e a partir do ano 2000, muitos efeitos previstos começaram a aparecer, intensificando a preocupação com a questão do desenvolvimento sustentável.

1.2 Conceitos

O que se vê na atualidade é o fomento inflamado ao redor da discussão para se encontrar formas e/ou maneiras para que o desenvolvimento possa conviver em harmonia com o meio ambiente, pois sem esse não haverá, ou possivelmente terá, o desenvolvimento, dificuldades para gerar seus frutos. Afinal, o que é o desenvolvimento, qual sua trajetória

conceitual durante o eixo histórico - início e atualidade - quais suas mudanças conceituais? Para tanto, se faz necessária a explanação dos conceitos a seguir.

Esta preocupação com o desenvolvimento data do próprio surgimento do estado moderno. Em uma primeira fase, a do estado absoluto, os governos estavam formando seus estados nacionais: estavam, portanto, voltados principalmente para a defesa contra o inimigo externo e a manutenção da ordem. Mas mesmo nessa época a preocupação com a economia dos grandes reis mercantilistas, principalmente ingleses, foi decisiva para o desenvolvimento do país. Em seguida, quando aqueles objetivos começaram a ser razoavelmente assegurados nos países mais desenvolvidos, quando os direitos civis à liberdade e à propriedade se afirmaram, e o império da lei ou o estado de direito se tornou uma realidade, o estado deixou de ser absoluto e passou a ser liberal. Era o século dezenove, no qual falava-se o tempo todo em retirar o estado da economia, mas os governos continuavam a ser instrumentos fundamentais do desenvolvimento. No século vinte, quando os pobres e as classes médias finalmente conquistaram a democracia, o desenvolvimento continuou absolutamente central, mas agora o estado democrático passou a ter como segundo objetivo econômico uma distribuição de renda mais equitativa.(...)

No quadro histórico inicial do desenvolvimento econômico, e por muito tempo ainda a industrialização identificou-se com o desenvolvimento porque, para os estados-nação que a realizavam, implicava a transferência para a indústria de sua mão-de-obra de atividade agrícolas e extrativas com menor valor agregado. A partir da segunda metade do século XX, assistimos, nos países ricos ou desenvolvidos, um processo de disindustrialização, mas ao mesmo tempo estes países continuavam a crescer satisfatório senão aceleradamente, na medida em que, agora, eles transferem sua mão-de-obra de atividades industriais simples para serviços com maior valor adicionado: para serviços tecnológicos e culturais mais sofisticados, visando à consolidação de “grifes” mundiais, só compatíveis com níveis de educação mais elevados. No processo de desenvolvimento econômico existe um objetivo geral claro por parte das nações, de suas elites e de seus governos: a melhoria do padrão de vida de sua população.(Bresser-Pereira, 2006 p.8 E 10)

O conceito de desenvolvimento pré-renascentista centrava-se na idéia de um processo de esclarecimento, de descoberta. Para a sociedade “desbravadora” do Renascimento, que estava convergida com os estados absolutistas e modernos, o desenvolvimento ajudou-os a explorar o universo. Assim, navegaram pelos sete mares, não só descobrindo novas culturas, mas assimilando-as.

Tendo em mãos estas descobertas e conhecimentos científicos, poderiam os burgueses renascentistas agora utilizá-las para construir novos engenhos e, na ocasião, engenhos de guerra; além de novas maneiras de curar doenças e reduzir custos de produção e agilizar a entrega de produtos. Tudo isto na visão renascentista era para facilitar e melhorar a vida, não só do europeu, mas de toda a humanidade.

“Assim, o significado de desenvolvimento foi acrescido de uma dimensão de valor. Não se tratava apenas de uma questão de revelar como as coisas funcionavam ou se desenrolavam, era também uma questão de fazer com que funcionassem melhor, ou se desenrolassem bem e não de forma indesejável. O objetivo era o progresso, o domínio das forças secretas – a física de Newton, a dialética de Hegel, a” mão oculta do mercado “, de Smith – para benefício da humanidade.” (Caiden e Caravantes, 1988)

Assim, o desenvolvimento, para o renascentista, passava a ser algo que não mais iria mostrar o que fazer e de forma melhor, mas o mesmo não teria limites; ou melhor, esses só ocorreriam na medida em que o próprio homem criasse. Assim, ser contra esse processo era ser contra a evolução do homem. Diante do êxtase criado pelo desenvolvimento, a cultura européia passou a se disseminar pelo Mundo, principalmente para aquele mundo que os europeus julgavam ter descoberto, como foi o caso da América e, ser contra o desenvolvimento e o progresso, era estar na contramão. Isso poderia acarretar o seu esmagamento.

Passavam então os renascentistas a perceber que esse desenvolvimento agora deixava de ser um mero instrumento de ajuda à compreensão de determinados fenômenos para gerar condições reais de ganhos e estes ganhos que era o que bastava a eles, pois viviam no afã pela busca de riqueza e alta produção pois não mais suportavam os “1000 anos de trevas” da Idade Média. Outro ponto que nos transparece é que essa riqueza ou esse desenvolvimento que estava sendo supostamente levado para toda a humanidade, já se refletia em uma pequena parcela da população principalmente nas mãos dos mecenas. A grande quantidade de outros cidadãos ficava à margem de tudo.

Assim, um termo que tinha como intuito descrever algo que não se conhecia e que se passava a conhecer, passou a representar não só a novidade, mas sua utilização que poderia gerar riquezas utilizadas por poucos. E estes, para não perderem o controle da obtenção segura destas riquezas/desenvolvimento, passaram a pregar que eram capazes de saber como conduzir este desenvolvimento para que o mesmo pudesse atingir o maior número de pessoas possível. Essa conceituação, ou até mesmo certeza, permaneceu como “verdade absoluta” até há pouco tempo. Um marco que expõe um processo de mudança neste pensamento é o da Brandt Commission, em relatório ao secretário-geral da ONU, em 1980, que diplomaticamente iniciou um processo de reestruturação do termo/conceito, como segue:

“O desenvolvimento nunca será, nem pode ser, definido de maneira a agradar a todos. Refere-se ele, falando-se em termos gerais, ao desejável progresso social e econômico, e as pessoas sempre terão opiniões diferentes sobre aquilo que é desejável” (BRANDT COMISSION, 1980).

O que se conclui é que, desde a concretização do conceito de desenvolvimento pré e pós renascentista, o principal intuito de sua mutação foi para que de forma prática e otimista, a população mundial fosse a ganhadora com estas mutações. Pode-se notar isso também na conceituação do desenvolvimento de Bresser-Pereira (2006), mas o próprio autor esclarece o que o desenvolvimento capitalista pode ocasionar com relação à melhoria de vida:

“Em conclusão, o desenvolvimento econômico promove a melhoria dos padrões de vida, mas não resolve todos os problemas de uma sociedade” (Bresser-Pereira, 2006 p. 22)

O capitalismo foi originalmente definido por Marx como o sistema econômico e social no qual os meios de produção estão historicamente separados dos trabalhadores, dando origem a uma classe capitalista ou burguesia, que detém o capital (a propriedade privada dos meios de produção), e a uma classe assalariada de trabalhadores ou proletários (Bresser-Pereira, 2005 p.135)

Definidas nesses termos gerais, as sociedades do século XXI continuam sendo capitalistas, apesar da enorme mudança que sofreram. A economia continua a ser essencialmente coordenada pela competição de mercado. A motivação do lucro ainda é primordial e a acumulação de capital com incorporação do progresso técnico continua sendo o meio por excelência de obter lucro. (Bresser-Pereira, 2005 p.135)

Bresser-Pereira (2005, 2006) procura dispor a idéia de que a “população” que receberá a boa influência do capitalismo/desenvolvimento será uma pequena parcela dessa, ou seja, acaba refletindo apenas no cotidiano dos próprios donos da produção. Além disto, a conceituação de que o capitalismo sempre estará buscando meios de aumentar o seu espaço de ocupação fica clara ao se ver que desde Marx até o início do século XXI esse é o intuito do capitalismo, que faz surgir a seguinte inquirição: onde entra a convivência pacífica com o meio ambiente, conforme já indicada pelo princípio 25, da Carta da Terra, (A paz, o desenvolvimento e a proteção ambiental são interdependentes e indivisíveis) ou ainda pelo desenvolvimento sustentável, já defendido por Ignacy Sachs, na década de 60?

Mendes (1987 apud Bursztyn 1993) ao discutir a direção tomada pelo processo desenvolvimentista, diz: o desenvolvimento econômico sucumbe, então, à própria armadilha e torna-se um processo interminável, mas também sem fins, ou pelo menos sem fins próprios. Na medida em que as necessidades fundamentais já foram saciadas, surgirá uma nova que sempre demonstrará ser insaciável. É que o próprio conceito de necessidades se alarga.

Constanza e Daly (1992) demonstram também que a necessidade de se pensar um novo modelo do desenvolvimento é ponto pacífico, pois dizem ser necessária a manutenção

dos estoques naturais acima do nível atual. Se assim não ocorrer, a sustentabilidade também não poderá ocorrer, e mais, inclui o papel importante da cobrança para a efetivação deste quadro à sociedade que não pode deixar de cobrar enquanto o quadro não estiver de forma a assegurar a garantia do processo da sustentabilidade.

“A minimum necessary condition for sustainability is the maintenance of the total natural capital stock at or above the current level. While a lower stock of natural capital may be sustainable, society can allow no further decline in natural capital given the large uncertainty and the dire consequences of guessing wrong. This "constancy of total natural capital" rule can thus be seen as a prudent minimum condition for assuring sustainability, to be relaxed only when solid evidence can be offered that it is safe to do so.” (Constanza e Daly 1992 Pg.37)

Devido ao próprio ritmo do desenvolvimento imposto pelo modelo capitalista vigente e aos seus fins desejados, passa a ser necessária à intervenção de vários setores nacionais e internacionais na busca de uma regulamentação de conceitos e estratégias viáveis para se resolver o grave problema do desenvolver-se, porém tendo a consciência da necessidade de se encontrar um meio para sobrevivermos, tendo em vista que, se não existir mais a humanidade, para que servirá produzir tanto e de forma desorganizada.

Conta-se que Mahatma Gandhi, ao ser perguntado se, depois da independência, a Índia perseguiria o estilo de vida britânico, teria respondido: “..a Grã-Bretanha precisou de grande parte dos recursos do planeta para alcançar sua prosperidade: quantos planetas não seriam necessários para que um país como a Índia alcançasse o mesmo patamar?...” (Sequinel, 2002)

Vivien (2005), em seu artigo *Le développement soutenable: un sujet controversé chez les économistes*, mostra sua preocupação com a forma com que os economistas ainda relutam em buscar conceituação para a convivência pacífica entre o desenvolvimento e o sustentável, ou seja, colocam a aplicabilidade da sustentabilidade como sendo o fim do desenvolvimento.

“Le développement soutenable: un autre développement ou la fin du développement? “

Tiezzi e Marchettini (1999) preconizam que, para as futuras gerações terem as mesmas oportunidades que a nossa geração e as anteriores tiveram e estão tendo, será necessário que, mesmo sendo longo o caminho a percorrer para que ecologia e a economia/desenvolvimento, se entendam esta última terá que se conscientizar de que só continuará existindo e o planeta também, se buscar contribuir para criar condições para um equilíbrio sustentável.

“Si riusciremo ad arrivare a un’economia da equilibrio sostenibile, così come indicato da Daly, le future generazioni potranno avere almeno le stesse opportunità che la nostra generazione ha avuto. In altre parole, il rapporto tra economia ed ecologia, ancora in gran parte da costruire passa dalla strada all’equilibrio sostenibile”

Não há conflito entre lucratividade e gestão ambiental com responsabilidade social. Ambas podem harmonizar-se na prática, segundo Almeida (2002, p.19)

1.3 O princípio e a evolução do termo Desenvolvimento Sustentável

O surgimento da discussão sobre a sustentabilidade ambiental na década de 60, tem a sua especificidade: a idéia de que, caso a utilização dos recursos naturais perseguir egoisticamente os próprios interesses, não conduzirá à utopia liberal do crescimento incessante da riqueza nacional, mas sim à catástrofe sem volta da destruição do planeta.(Nobre e Amazonas, 2002)

Como já exposto no presente trabalho, no quadro 1.1 e na introdução, em 1948 era criado, em Gland, na Suíça, a IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza em sua Estratégia Mundial da Conservação. Em 1968, nasceu o Clube de Roma, congregando cientistas, economistas e altos funcionários governamentais, com a finalidade de interpretar o que foi denominado, sob uma perspectiva ecológica, “sistema global”. O arcabouço teórico do pensamento do Clube de Roma reside na idéia de que o planeta é um sistema finito de recursos, submetido às pressões do crescimento exponencial da população e da produção econômica. As suas conclusões apontavam o horizonte do colapso do sistema. As suas propostas organizavam-se em torno da noção de um gerenciamento global da demografia e da economia, a fim de alcançar um estado de equilíbrio dinâmico. Severas medidas de controle da natalidade e mudanças radicais nos modelos produtivos, com ênfase numa “economia de serviços”, eram as recomendações centrais da nova escola de pensamento ecológico. A partir do Clube de Roma, nasceu a primeira etapa da “ecodiplomacia”, ou seja, um novo campo da política internacional voltada para a busca de soluções à perpetuação do meio ambiente e não sua destruição e elas continuam a fundamentar as concepções da maior parte das organizações ambientalistas.(Brüseke 1995 apud Cavalcanti 2003)

Em 1972, o canadense Maurice Strong, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, organizada pela PNUMA, em Estocolmo, lançou o conceito de ecodesenvolvimento, cujos princípios foram formulados por Ignacy Sachs. Os caminhos do

desenvolvimento seriam seis: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação. Foram os debates em torno do ecodesenvolvimento que abriram espaço ao conceito de desenvolvimento sustentável.(Sachs, 1980 apud Nobre e Amazonas 2002)

Para Sachs (1993 apud Bastos 2006), ao se planejar o desenvolvimento sustentável devem ser consideradas, **simultaneamente**, as cinco dimensões da sustentabilidade, que são:

1. **Sustentabilidade social** - busca da maior igualdade social possível.
2. **Sustentabilidade econômica** - é possibilitada pela alocação eficiente de recursos e um fluxo regular de investimentos públicos e privados.
3. **Sustentabilidade ecológica** - foca a questão dos recursos naturais.
4. **Sustentabilidade espacial** - foca a questão da ocupação territorial.
5. **Sustentabilidade cultural** - respeita as especificidades dos ecossistemas, das culturas e dos diferentes locais.

- 1ª DIMENSÃO - Sustentabilidade social, entendida como a consolidação de um processo de desenvolvimento, baseado em outro tipo de crescimento e orientado por outra visão do que é a boa sociedade. O objetivo é construir uma civilização do “ser”, em que exista maior equidade na distribuição do “ter” e da renda, de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições de amplas massas de população e a reduzir a distância entre os padrões de vida de abastados e não-abastados. Deve-se considerar o desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não-materiais, como corretamente enfatiza o PNUD, no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, ainda que tal ênfase não reflita o reducionismo de seus índices de desenvolvimento humano.
- 2ª DIMENSÃO - Sustentabilidade Econômica, possibilitada por uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado. Uma condição fundamental para isso é superar as atuais condições externas, decorrentes de uma combinação de fatores negativos, quais sejam: ônus do serviço e do fluxo líquido de recursos financeiros do Sul para o Norte, as relações adversas de troca, as barreiras protecionistas ainda existentes

nos países industrializados e, finalmente, as limitações do acesso à ciência e à tecnologia. A eficiência econômica deve ser avaliada mais em termos macrossociais do que apenas por meios de critérios de lucratividade microempresarial.

- 3ª DIMENSÃO - Sustentabilidade Ecológica, que pode ser incrementada pelo uso das seguintes alavancas: Aumento da capacidade de carga do planeta (“Espaçonave”) Terra por meio da engenhosidade ou, em outras palavras, intensificação do uso dos recursos potenciais dos vários ecossistemas - o mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida - para propósitos socialmente válidos; limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos facilmente esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes e ambientalmente inofensivos; redução do volume de resíduos e de poluição, por meio da conservação e reciclagem, de energia e recursos; autolimitação do consumo material pelos países ricos e pelas camadas sociais privilegiadas em todo o mundo; intensificação da pesquisa de tecnologias limpas e que utilizem, de modo mais eficiente, os recursos para a promoção do desenvolvimento urbano, rural e industrial, e; definição das regras para uma adequada proteção ambiental, concepção da máquina institucional, bem como escolha do conjunto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para assegurar o cumprimento das regras.
- 4ª DIMENSÃO - Sustentabilidade Espacial, voltada para uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e atividades econômicas, com ênfase nas seguintes questões: concentração excessiva nas áreas metropolitanas; destruição de ecossistemas frágeis, mas vitalmente importantes, por processos de colonização descontrolados; promoção de projetos modernos de agricultura regenerativa e agroflorestamento, operados por pequenos produtores, proporcionando para isso o acesso a pacotes técnicos adequados, ao crédito e aos mercados; ênfase do potencial para a industrialização descentralizada, associada a tecnologias de nova geração (especialização flexível), com especial atenção às indústrias de transformação de biomassa e ao seu papel na criação de empregos rurais não -agrícolas; e estabelecimento de uma rede de reservas naturais e de biosfera para proteger a biodiversidade.

- 5ª DIMENSÃO - Sustentabilidade Cultural, em busca das raízes endógenas dos modelos e modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudanças no seio da continuidade cultural e traduzindo o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

Araya, Díaz e Fernandez (1995) concluem que os requisitos indispensáveis para se ter o desenvolvimento sustentável seriam: todas as ações e resultados delas sejam sociais e culturalmente aceitáveis, economicamente viáveis, ambientalmente compatíveis e participativos entre si.

“A partir de todo lo dicho, los requisitos indispensables para alcanzar la sostenibilidad serían: que todas las acciones sean social y culturalmente aceptables, económicamente viables, ambientalmente compatibles, y que tengan un alto grado de participación y equidad.”

O conceito de Desenvolvimento Sustentável emergiu daquele de ecodesenvolvimento, introduzindo ainda mais imprecisões no termo. Cerca de 60 definições diferentes têm sido identificadas (Latouche, 1995).

O Conceito de desenvolvimento sustentável esteve, em sua origem, estreitamente ligado à idéia de conservação, tal como preconizada pela IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza em sua Estratégia Mundial da Conservação. Nesta acepção, a conservação era vista como o manejo da biosfera de tal modo a garantir os maiores benefícios sustentáveis para as presentes gerações, sem colocar em risco o atendimento das necessidades e aspirações das futuras gerações. No documento Estratégias para conservação mundial, (1980) da IUCN, foi definido o desenvolvimento como a modificação da biosfera e a aplicação de recursos humanos, financeiros, vivos e não-vivos para satisfazer às necessidades e melhorar a qualidade de vida dos homens. Estas duas definições, aparentemente incompatíveis, foram fundidas, dando origem ao conceito de desenvolvimento sustentável ou durável. Esse emergiu no contexto da conferência de Cocoyok, que ficou conhecida como a Declaração de Cocoyok, das Nações Unidas. A declaração afirmava que a causa da explosão demográfica era a pobreza, que também gerava a destruição desenfreada dos recursos naturais. Os países industrializados contribuía para esse quadro com altos índices de consumo. Para a ONU, não há apenas um limite mínimo de recursos para proporcionar bem-estar ao indivíduo; há também um máximo. (Nobre e Amazonas, 2002)

Em 1972, Dennis Meadows e os pesquisadores do “Clube de Roma” publicaram o estudo *Limites do Crescimento*. O estudo concluía que, mantidos os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, o limite de desenvolvimento do planeta seria atingido, no máximo, em 100 anos, provocando uma repentina diminuição da população mundial e da capacidade industrial. O estudo recorria ao neo-malthusianismo como solução para a iminente “catástrofe”. As reações vieram de intelectuais do Primeiro Mundo (para quem a tese de Meadows⁴ representaria o fim do crescimento da sociedade industrial) e dos países subdesenvolvidos (já que os países desenvolvidos queriam “fechar a porta” do desenvolvimento aos países pobres, com uma justificativa ecológica).

A ONU voltou a participar na elaboração de um outro relatório, o Dag-Hammarskjöld, preparado pela fundação de mesmo nome, em 1975. O relatório “Que Faire” foi realizado com colaboração de políticos e pesquisadores de 48 países. O Relatório Dag-Hammarskjöld completa o de Cocoyok, afirmando que as potências coloniais concentraram as melhores terras das colônias nas mãos de uma minoria, forçando a população pobre a usar outros solos, promovendo a devastação ambiental. Os dois relatórios têm em comum a exigência de mudanças nas estruturas de propriedade do campo e a rejeição pelos governos dos países industrializados. (Brüseke 1995 apud Cavalcanti 2003)

Desenvolvimento sustentável é um conceito político, um conceito amplo para o progresso econômico e social. Essas são palavras de Gro Harlem Brundtland, ao entregar seu relatório a Assembléia Geral da ONU em 1987 - Relatório Nosso Futuro Comum.

A segunda etapa da “ecodiplomacia”, sendo que a primeira surgiu a partir do Clube de Roma, teve como ponto alto a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 e a terceira etapa surgiu em 1997, com o Protocolo de Kyoto. A ECO-92 vinculou meio ambiente e desenvolvimento, politizando definitivamente o debate. Dela emergiu o conceito de desenvolvimento sustentável, expressão de estratégias econômicas destinadas a promover o crescimento da riqueza e a melhoria das condições de vida através de modelos capazes de evitar a degradação ambiental e a exaustão dos recursos naturais. As inquietações ligadas ao meio ambiente passaram a ser progressivamente uma das preocupações centrais da opinião pública dos países

⁴ Tese de Meadows - e os pesquisadores do “Clube de Roma” publicaram o estudo *Limites do Crescimento* (“*Limits to Growth*”). Tal estudo concluiu que, se os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais se mantiverem, o limite de desenvolvimento do planeta poderá ser atingido, em no máximo, 100 anos, ocasionando diminuição da população e da capacidade industrial. O estudo recorria a teoria defendida por Malthus, na verdade, neo-malthusiana, como solução para a iminente “catástrofe”

industrializados e das faixas mais bem sucedidas das populações dos países em desenvolvimento. Tornaram-se também um elemento crítico na elaboração das políticas públicas do fim do século XX. Contudo, a ECO-92 rejeitou a noção de que a defesa do meio ambiente pudesse conduzir à imposição de limites para o crescimento econômico dos países em desenvolvimento. (Revista PANGEA, 24/08/2001)

1.4 O Brasil e o meio ambiente sustentável

Devido à necessária e crescente onda de preocupação internacional, o Brasil passou a buscar também formas de participar mais ativamente deste debates e, para tanto, buscou formalizar estratégias internas; ou seja, passou a buscar maneiras de proteger o meio ambiente e não só ficou aguardando organizações de âmbito mundial encontrá-las.

A partir de 1973 o país buscou então criar suas ferramentas próprias e promulgou um grupo de Leis que viessem ao encontro destes anseios. Exemplo disto foi o Decreto Federal nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, que criou a Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA, subordinada ao Ministério do Interior, para examinar as implicações do desenvolvimento nacional e do progresso tecnológico sobre o meio ambiente. Assim, a partir da segunda metade da década de 70, o país tratou pela primeira vez da questão ambiental. (Bursztyn, 1993)

Em 1981, a Lei Federal nº 6.938 (Política Nacional do Meio Ambiente), passou a estabelecer objetivos e instrumentos para políticas ambientais. Foi então à primeira vez que surgiu um texto legal no Brasil conciliando desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.

Artigo 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

Artigo 5º - (...)

Parágrafo Único - As atividades empresariais públicas ou privadas serão exercidas em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.

Artigo 6º - Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos Municípios, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do meio Ambiente - SISNAMA.

A Lei Federal nº 7.347/85 instituída no ano de 1985 disciplinou a ação civil pública por danos causados ao meio ambiente.

Em 1988 com a nova Constituição Federal, dois importantes direitos foram assegurados a população; nela ficou claro a necessidade de se garantir os direitos do cidadão brasileiro e no TÍTULO VIII, em seu Capítulo VI, nossa Constituição Federal reservou todo um capítulo voltado ao Meio Ambiente. O artigo 225 (Capítulo VI) é composto por VII incisos e seis parágrafos que contemplam não só o direito ao meio ambiente equilibrado, mas a necessidade dos cuidados para com o mesmo.

Em 1989, o poder público, no âmbito Federal, buscou demonstrar sua vontade em colaborar com a proteção e manutenção de um Meio Ambiente equilibrado, ao criar, a partir da Lei Federal nº 7797/89, o Fundo Nacional do Meio Ambiente que passou a ter dotação no orçamento da União para criar fundos para as seguintes ações:

Artigo 1º - Fica instituído o Fundo Nacional de Meio Ambiente, com o objetivo de desenvolver os projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira.

Em 1992, o país sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, que demonstrou de forma muito prática o crescimento do interesse mundial pelo futuro do planeta. Muitos países deixaram de ignorar as relações entre desenvolvimento sócio-econômico e modificações no meio ambiente.

Becker (1992 apud Bursztyrn 1993) cita a importância da ECO-92 para a efetivação e/ou perpetuação do termo Desenvolvimento Sustentável, ao dizer que foi a partir daí que o desenvolvimento sustentável foi reconhecido como um novo paradigma universal, embora o conceito não seja claro.

Na visão de Swaminathan (2001 apud Sachs 2002), nossa civilização deveria passar a agir de uma nova forma, fundamentada no aproveitamento sustentável dos recursos renováveis. Isso não é apenas possível, mas essencial.

Quanto mais se deixar esse processo avançar - o da falta de cuidados com o planeta, tanto mais árduo será invertê-lo, se de fato não tiver sido já ultrapassado o limite de reversibilidade - point of no return.(Schumacher, 1983)

A tese pós-materialista explica os movimentos ambientais não em termos de uma preocupação com a crescente degradação dos recursos materiais e com o aumento da

poluição, mas, pelo contrário, em termos de uma mudança nos valores culturais voltados para temas relativos à “qualidade de vida”, fora do âmbito do consumo material.(Cavalcanti, 2002)

“Sustainable Development is fundamentally about reconciling development and the environmental resources on which society depends”.(Elliott, 1999 p. 34).

Elliott (1999) coloca que o desenvolvimento sustentável é extremamente importante, pois tem a capacidade de reconciliar o desenvolvimento com os recursos ambientais dos quais nós dependemos totalmente.

Para Georgescu (1976 apud Veiga 2005), a humanidade deverá apoiar a continuidade de seu desenvolvimento na retração, isto é, com o decréscimo do produto. O oposto do sucedido nos últimos dez mil anos.

O debate que contrapôs capitalismo e socialismo como pólos opostos, mutuamente excludentes, tende a revelar-se tão sem importância para o terceiro milênio quanto mostrou ser nos séculos XVIII e XIX o debate entre católicos e os vários reformadores sobre o que constituía o verdadeiro cristianismo. Cada vez mais, um provável futuro não-capitalista deixa de ser identificado com a utopia socialista. Nesse contexto, o 'desenvolvimento sustentável', com todas as ambigüidades e insuficiências inerentes à expressão, certamente anuncia a utopia que tomará o lugar do socialismo.(Veiga, 2005).

Utopia? O Desenvolvimento sustentável é uma utopia possível e sua construção é plausível: porque a crise atual dos paradigmas que movem o progresso industrialista autoriza a ousadia de se pensar um outro modo de desenvolvimento humano. A fórmula ainda não está elaborada. Com renovada ética, a ciência pode cumprir um importante papel nesse sentido, portanto não disparem sobre o utopista! (Boaventura, 2000 apud Bursztyn 2001)

1.5 O Conceito de sustentabilidade e seus questionadores

Em vez de restrição às possibilidades de expansão da economia, os recursos naturais podem, no máximo, criar obstáculos relativos e passageiros, já que serão indefinidamente superados por invenções. (Sólón, 2000).

Muito provavelmente Sólon (2000) ao dizer isto se lembrou de seu grande mestre, ou seja, Keynes⁵ que chegou a dizer que “a avareza, a usura têm que ser nossos deuses por algum tempo ainda”.

Interessante a visão de Bonalume (2005) ao colocar:

Qual a escala da economia que comportaria a reprodução econômica sustentável? Não existe resposta para essa pergunta. Pode-se argumentar tão somente que a escala deve respeitar, pelo menos a capacidade regenerativa dos recursos renováveis.

Lima (1997) diz que do ponto de vista daqueles que criticam o conceito, a ênfase recai sobre suas ambigüidades e contradições e são muitas as vulnerabilidades apontadas. Pode-se afirmar a título de síntese, que os principais ataques à proposta se ramificam em torno de algumas perguntas essenciais como:

- a. é realmente possível conciliar crescimento econômico e preservação ambiental, no contexto de uma economia capitalista de mercado?;
- b. não é o desenvolvimento sustentável apenas uma nova roupagem para uma proposta já superada?(e neste caso se trataria de mudar na aparência para conservar na essência);
- c. em não havendo consenso sobre o que é desenvolvimento sustentável e sobre como atingi-lo, qual interpretação será privilegiada, a visão estadista, de mercado ou da sociedade civil?;
- d. como atingir eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social em uma realidade mundo extremamente desigual, injusta, e degradada?
- e. como passar da retórica à ação?
- f. estão os países desenvolvidos e as elites das nações subdesenvolvidas dispostas a mudanças e sacrifícios?

Podemos apenas especular sobre estas questões, não respondê-las.

Herculano (1992 apud Lima 1997), por exemplo, explora a contradição semântica do termo, já que a associação das noções de sustentabilidade e desenvolvimento encerram um antagonismo de difícil solução. Lembra que sustentabilidade é um conceito da ecologia, que

⁵ John Maynard Keynes - foi um eminente economista inglês que elaborou uma sofisticada fórmula para salvar o capitalismo da depressão em que se encontrava (Crise de 1929). De 1930 até 1936, ele publicou uma série de artigos e livros (o mais famoso deles foi A Teoria Geral do emprego, juro e moeda) procurando mobilizar seus colegas economistas e influenciar os políticos para que seguissem sua receita.

significa tendência à estabilidade, equilíbrio dinâmico e interdependência entre ecossistemas, enquanto desenvolvimento diz respeito ao crescimento dos meios de produção, à acumulação e expansão das forças produtivas.

O que se observa é que muitos buscam explicar que o desenvolvimento sustentável é uma falácia e que a natureza terá de se ajustar às necessidades de produção capitalista tendo em vista a constante necessidade de se produzir devido ao grande número de habitantes do planeta e que tende a crescer cada vez mais. Assim, deixam de lado qualquer necessidade individual ou coletiva de se buscar maneiras de agredir cada vez menos o meio ambiente para poderem continuar usufruindo dele. Deixar pura e simplesmente para a tecnologia encontrar uma maneira de resolver os problemas de escassez de matéria-prima isto sim é uma falácia. Basta ver o desinteresse de uma das nações mais tecnológicas do mundo - os E.U.A, que tem seu governo claramente contrário à busca de soluções para minimizar os problemas com o aquecimento global.

Goldemberg (1989) alarma : O planeta Terra está ameaçado e é preciso “salvá-lo”. Ao mesmo tempo, essa operação de salvamento entra em choque com a utopia desenvolvimentista: “O lixo pode ser reciclado, a água poluída tratada e recuperada, bem como certos solos, mas é difícil evitar agressões a Terra, a menos que abandonemos o progresso como meta desejada por todos”.

O capitalismo desenvolvimentista diz que se podem encontrar as soluções para os problemas já gerados por ele, mas o que parece é que isto não passa de retórica, para barrar os movimentos em prol da sustentabilidade, que ficam constantemente criando “problemas” a esses.

O que esses “negativistas” da sustentabilidade querem deixar claro é que o desenvolvimento sustentável nunca irá ocorrer , mas Krause (2001 apud Buffara 2003) deixa uma idéia muito precisa de como se pode alcançar a sustentabilidade. São necessárias transformações políticas entre o Estado, a sociedade e os mecanismos clássicos da democracia representativa, a fim de que se aumente a consciência ambiental, fundamentada numa reelaboração interdisciplinar dos saberes e, por fim, que se elabore uma reorganização transetorial da administração pública. Só assim, será possível a construção de uma “cultura de sustentabilidade”.

Parece-nos que a grande dificuldade está realmente em se criar uma corrente sócio-político-econômica em direção à sustentabilidade e esta percepção fica preconizada nas palavras de Mattos (1997 apud Buffara 2003), que diz que desde a “Rio 92” não se tem percebido empenho dos governantes para encarar imediata e globalmente a ação necessária

para um processo de desenvolvimento sustentável. Também se admite que, para uma grande empresa, a idéia de desenvolvimento sustentável não parece muito atrativa, em virtude do atual modo de produção capitalista.

A passagem do atual mundo degradado para um em que o desenvolvimento seja sustentado (com sua implícita melhoria da qualidade de vida) exige radical migração da situação presente de insustentabilidade planetária para outro modelo civilizatório. Semelhante transição depende, em grande parte, de mudanças profundas na teoria do conhecimento e nas ciências em geral segundo Rodhe 1992 apud Cavalcanti, 1994.

Sem uma verdadeira e profunda mudança no modo de pensar e agir de toda a sociedade consolidada na atualidade (população, políticos e capitalistas), que busca a cada dia desenfreadamente “consumir” mesmo muitas vezes aquilo que nem lhe é uma necessidade primária e assim apoiando o capitalismo moderno a produzir mercadorias cada vez com menor durabilidade e a preços menores pois se torna mais em conta comprar um aparelho novo do que consertá-lo; não será possível um desenvolvimento sustentável. Sami Storch, advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) em matéria publicada em 10/08/2002, do Jornal da Tarde, diz que há reparos que podem custar caro, dependendo do que será feito e das peças que serão repostas. Para ele, esse tipo de atitude dá a entender que o interesse da empresa não é reparar o produto, mas obrigar o consumidor a comprar um novo, o que fere o artigo 39 do CDC. “O consumidor deve poder optar entre reparar o produto e comprar um novo”, lembra o advogado.

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

V - Exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

X - Elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços.

Para que o desenvolvimento seja sustentável e menos vulnerável a crises, princípios mínimos de austeridade, de sobriedade, de simplicidade e de não-consumo de bens suntuários têm de prevalecer. (Cavalcanti, 1994)

Consumir mais como medida de um padrão de vida mais alto é poderosa convenção da sociedade moderna que reflete uma ética do consumismo egoísta. Novas regras econômicas são uma necessidade. Se o desenvolvimento sustentável for confirmado como um objetivo econômico mais consensual, em lugar de pedir sempre mais consumo, o que se deve ter em vista é o consumo que pode ser levado adiante *sustentavelmente*. O espelho que deve orientar o homem com esse propósito é a natureza, a homeostase, a parcimônia termodinâmica, as quais correspondem a um estilo de vida severo, austero, sóbrio. (Cavalcanti, 1994)

Não é fácil pensar em renunciar ao desenvolvimento, pois crescer é apontado sempre como a via para se combater a pobreza e a miséria. A questão é que a pobreza também pode ser enfrentada por outros meios tais como, por exemplo, a redistribuição da renda e da riqueza e o planejamento familiar. Se existem pessoas em um país que só contam com um dólar por dia, ou menos, para sobreviver e a renda *per capita* média, aí, está acima da marca dos 2.000 dólares, então alguma espécie de crescimento deve ser contemplada, mas uma política distributivista não se pode excluir da estratégia. O desenvolvimento sustentável, significando alguma forma de crescimento, pode ser advogado em tal país, mas certamente ele não deve constituir um objetivo global. Com efeito, é necessário identificar o que se deve sustentar no desenvolvimento da vida na terra, o crescimento contínuo, um dado nível de bem-estar médio. (Cavalcanti, 1994)

1.6. Pode ser o meio ambiente delimitador do desenvolvimento ?

“O modelo de pensamento dominante na ciência econômica sempre foi mecânico e fascinado pela idéia de equilíbrio. A prevalecente suposição de que o sistema econômico poderia atingir um “ótimo” sempre ignorou a união entre os sistemas econômicos e bióticos, além de desdenhar a existência de limites naturais (Veiga, 2005 p.51)”

De acordo com Veiga o que se vê é que o meio ambiente ou a própria natureza podem ou não, serem delimitadores do desenvolvimento dependendo de quem analisa e a quem interessa construir a resposta requerida.

Hobsbawm (1995 apud Veiga 2005) também tem uma visão muito clara de quem é delimitador de quem:

“... do ponto de vista ambiental, o futuro da humanidade com certeza não será capitalista”

Assim, o que se vê na atualidade é um embate. De um lado, aqueles que querem uma mudança urgente na estrutura atual do capitalismo para “minimizar” as agressões ao planeta como um todo e, do outro, aqueles que acham utópico providenciar estas mudanças, alegando que a ciência tem e terá condições para buscar as soluções para tais problemas. O primeiro grupo solicita mudanças para minimizar os problemas. Assim, detecta-se que não está se pedindo para que ocorra uma mudança radical, mas que ela venha de forma sustentável. O outro grupo demonstra sempre buscar criar desculpas para não se fazer nada para ir ao encontro da sustentabilidade.

Castoriadis (1987) corroborando com o pensamento acima, descreve por que, para os capitalistas/desenvolvimentistas o ato de poupar a natureza torna-se uma ação delimitadora ao desenvolvimento:

“Por isso, não pode haver desenvolvimento sem um ponto de referência, um estado definido que deve ser atingido; e a natureza fornece, para todo ser, um estado “final” desse tipo. Não teria interesse nem sentido tentar explicar “causalmente” a ascensão do racionalismo ocidental através da expansão da burguesia, ou vice-versa. Temos de considerar estes dois processos: de um lado, a emergência da burguesia, sua expansão e sua vitória final são acompanhadas pela emergência, a difusão e a vitória final de uma nova “idéia”, a idéia de que o crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas é, de fato, o objetivo central da vida humana.”

Hobsbawm (1995 apud Veiga 2005) conclui que nem por isso devemos deixar ao “laissez fair, laissez-passer”⁶ do capitalismo ou dos cientistas céticos a palavra final sobre a importância dos cuidados para com a natureza e para com o desenvolvimento sustentável, mas coloca a política como a detentora do poder para dirimir esta controvérsia.

“Os especialistas científicos, sem dúvida, podem estabelecer o que se precisa fazer para evitar uma crise irreversível, mas o problema do estabelecimento desse equilíbrio não é de ciência e tecnologia, e sim político e social”

A partir destes pontos de vista cabe discutir inicialmente qual a resposta que Veiga (2005) defende e, num segundo momento, qual resposta é a mais apropriada para a nossa discussão.

Interessante exemplo discorre Veiga (2005) ao falar sobre o “nevoeiro” que se instalou sobre a expressão *sustentável*; a partir de 1987 (Relatório Brundtland), passou-se a buscar institucionalizar o termo no âmbito político, mas o que se percebeu é que por trás desta estratégia de institucionalização da problemática ambiental, houve uma preocupação em tornar o fato concreto em uma matéria a ser discutida no âmbito das organizações internacionais e dos governos nacionais; ou seja, dificultando a busca rápida para a resolução de um problema tão sério e premente que deveria ser destaque nas agendas políticas

⁶ *laissez faire, laissez aller, laissez passer*(Francês), que significa literalmente "deixai fazer, deixai ir, deixai passar". A expressão refere-se a uma ideologia econômica que surgiu no século XVIII, no período do Iluminismo, através de Montesquieu, que defendia a existência de mercado livre nas trocas comerciais internacionais, ao contrário do forte protecionismo baseado em elevadas tarifas alfandegárias, típicas do período do mercantilismo.

localmente, buscando de forma mais regionalizada a superação e adaptações necessárias ao modelo de desenvolvimento atual.

“...há um lado negativo na forma pela qual se adota a expressão. A tendência tem sido de aceitar o complemento” sustentável “com a mesma facilidade que se absorve uma nova gíria ou uma nova marca de sabonete.

Por isso, a pergunta que não pode ser evitada é a seguinte: quais são as razões que nos levam a julgar necessária essa qualificação do desenvolvimento? Trata-se simplesmente de um aperfeiçoamento da noção de desenvolvimento ou, ao contrário, estaríamos reconhecendo a necessidade de sua negação/superação? (Veiga, 2005 p.185)

Ao finalizar toda sua discussão sobre *desenvolvimento e sustentabilidade* Veiga(2005) imprimiu no último capítulo de seu trabalho sua resposta à pergunta acima:

“Este livro expôs evidências em favor desta última perspectiva. Procurou mostrar a necessidade de se colocar o qualificativo “sustentável” reflete, em última instância, o crescente esgotamento de um dos principais valores dos tempos modernos, e não uma mera insuficiência da noção de desenvolvimento.” (Veiga, 2005 p. 192)

Assim a resposta dada por Veiga (2005 p.207) abaixo sobre ser a natureza um delimitador do desenvolvimento é clara - não. Conclui que o que ocorre na realidade é que o desenvolvimento da forma que ainda acontece, ele sim é um delimitador ao adjetivo sustentável.

“...o capital procura se desvencilhar do incômodo conjunto de obstáculos que lhes impõem os recursos naturais ...”

A partir dos expostos e ao nosso intento de pesquisa, a resposta dada por Veiga (2005) é pertinente a nossa proposição, ou seja, pode-se alcançar o desenvolvimento sustentável desde que haja empenho de todos os envolvidos : sociedade, governo e o capital e assim ao invés de se ter “delimitadores” o que se teria seriam parceiros.

Fábio Bahr, em seu artigo *Sinal Verde para o Gestor Ambiental*, para a Revista Vencer!, Edição nº 56, de junho de 2004, na Seção *Ambição*, vem mostrar como o setor empresarial, na atualidade, pode buscar transformar a natureza e o meio ambiente num aliado na busca de lucros ou simplesmente tratá-los como delimitadores a seus ganhos. Nele, mostra como muitas empresas e o próprio governo estão à busca de profissionais para trabalharem como gestores ambientais e para tanto, vários cursos de nível técnico, graduação e de pós-

graduação estão sendo oferecidos para formar estes profissionais. Ele cita os casos da Petrobrás, Ford e Aracruz que exigem de seus fornecedores certificação de capacitação ISO 14000(certificação que prova que uma empresa é comprometida com a natureza e o desenvolvimento sustentável). A partir de então, buscaram-se profissionais que pudessem ajudar as empresas a obterem essa certificação.

Há alguns anos, a preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável deixou de ser exclusividade dos ecologistas e entrou definitivamente na pauta de questões prioritárias de governos e empresas. Naturalmente, cresceu a procura por profissionais especializados em planejamento e preservação dos recursos naturais e, com isso, abriu-se um promissor mercado de trabalho: o de especialistas em gestão ambiental ou gestor ambiental. Esse profissional é responsável pela definição da política de meio ambiente que a empresa ou instituição, pública ou privada, deve seguir. Entre as suas várias funções estão o planejamento e administração de programas de gerenciamento ambiental, a implantação de certificações, o controle de qualidade e a preservação ambiental. (Revista VENCER, junho de 2004)

1.7 A Sustentabilidade Urbana

“Assim, a cidade, no século 21, para ser palco de uma vida urbana sustentável, precisa superar sua degradação física, invertendo a lógica hoje em vigor de lugar de consumo para consumo (usufruto) de lugar, forjando alternativas concretas às exclusões e às injustiças prevalecentes, onde a diversidade dos possíveis usos dos recursos naturais - expressão que remete a natureza ao universo da cultura - e sua importância para a manutenção da qualidade de vida.(Sequinel, 2002 p.33).”

Portanto, a sustentabilidade das cidades e dos assentamentos humanos pressupõe a incorporação de alguns dos princípios de gestão ambiental a serem incorporados no estabelecimento de metas e no acompanhamento das ações articuladas e efetivadas pelos diversos atores sociais em direção à sustentabilidade dos espaços urbanos. Segundo o grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano, criado pela comunidade européia em 1991, tais princípios podem ser identificados como :

- 1 - Princípio de gestão urbana - a gestão urbana com vistas à sustentabilidade é essencialmente um processo político que requer planejamento e uma série de instrumentos orientados para as dimensões à integração.
- 2 - Princípio de Integração Política - A coordenação e integração política serão realizadas por meio da combinação do princípio de subsidiariedade com o conceito mais vasto da responsabilidade partilhada.
- 3 - Princípio da reflexão Ecológica - Esta mostra a cidade como um sistema complexo que é caracterizado por processos contínuos de transformação e desenvolvimento. Foca aspectos tais como a energia, os recursos naturais e a produção de resíduos como fluxos ou ciclos. A

manutenção, o restabelecimento, a promoção e o encerramento de fluxos ou ciclos contribuem para o desenvolvimento sustentável.

4 - Princípio de cooperação e parceria - A sustentabilidade é uma responsabilidade partilhada. A Cooperação e parceria entre diferentes níveis, organizações e interesses são elementos essenciais da ação em prol da sustentabilidade. A gestão sustentável é um processo de aprendizagem, no âmbito do qual “aprender fazendo”, partilhar experiências, ensino e formação profissional, trabalho multidisciplinar, parcerias e redes, consulta e participação da comunidade local, mecanismos educativos inovadores e aumento dos conhecimentos são elementos essenciais.

Finalmente, efetivar ações no sentido de procurar solucionar tanto os problemas que as cidades conhecem como os por elas causados, reconhecendo que as próprias cidades são capazes de encontrar muitas soluções criativas e potenciais, partilhando com outras cidades as experiências bem sucedidas, em vez de deslocarem esses problemas para escalas ou localizações diferentes, ou de os transferirem para as gerações futuras. Os padrões organizacionais e sistemas administrativos dos municípios devem adotar a perspectiva holística da reflexão ecossistêmica: integração, cooperação, homeostase, subsidiariedade e sinergia, elementos indispensáveis à gestão com vistas a sustentabilidade urbana. (Sequinel, 2002 p.34-36).

Quando se busca pensar no sustentável, deve-se lembrar que ele começa dentro das residências e destas, espalha-se pela comunidade/bairro e daí para a cidade.

Essa preocupação com a criação de municípios mais sustentáveis que possam contemplar os aspectos de Sachs (1993) não é algo novo, mas desde o final da década de 80 já entrava no campo das discussões. Durante o processo de democratização do país, (Década de 80) as contradições urbanas passaram a ser mais diretamente questionadas por diversos setores da população, clamando por melhores condições de vida. As políticas públicas e a legislação começaram então a espelhar este momento de ampliação da participação social.

Entre a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Urbanos - Habitat I (Montreal – Canadá em 1976) e Habitat II (Istambul – Turquia em 1996) onde até então se insistia em dizer serem as cidades o lugar onde a degradação ambiental e a poluição eram uma marca visível e irretratável, as cidades passaram de um local a ser evitado de qualquer forma, a serem consideradas um local que se pode dar jeito, que se pode transformar, e não um local a se evitar. (Romero e outros, 2004)

Visando a essa necessidade de interferência ativa do poder público Municipal na criação de meios mais ativos para o desenvolvimento sustentável urbano, o Congresso Nacional passou a buscar maneiras de responsabilizar de forma mais convincente o poder público Municipal e pensando assim, foi que em 2002 instituiu-se a Lei Federal nº 10.257 – Estatuto da Cidade, que deixa clara a necessidade da sustentabilidade urbana e também a

importância da interferência do Poder Executivo local no processo de implantação e manutenção desta:

Capítulo I

Artigo 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, transporte e os serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

Capítulo III

Artigo 39 – (...) assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.”

Ultramari (2001) define que existem vários obstáculos ao desenvolvimento sustentável nas cidades, porém deixa clara a necessidade da participação ativa do Poder Executivo Municipal para se alcançar os objetivos, mesmo de forma parcial, pois ele define os espaços urbanos como locais que exercem grande pressão negativa ao meio ambiente, porque são elas grandes consumidoras de energia que não produzem.

Sistemas urbanos produzem uma enorme quantidade de lixo que não pode ser inteiramente metabolizado em seus limites de espaço construído. A expansão urbana provoca profundas mudanças na ocupação da terra e no uso do solo, com impactos sobre o sistema natural, como áreas de preservação e agrícolas.

Assim o autor conclui que, após analisarmos essas características, o que nos é sugerido é que as cidades sejam um sistema longe de ser naturalmente sustentável e que qualquer tentativa nesse sentido seria extremamente difícil; o que poderia fazer crer que não seria correta a expressão desenvolvimento urbano sustentável.

Diante do exposto, falar em impossibilidade de se criar cidades sustentáveis é algo não só drástico como pontual, pois diante de todas as definições sobre sustentabilidade, o que se vê é que sustentabilidade não significa parar tudo, conforme Schumacher (1983) preconiza, basta que venham a ser criadas ações mínimas para entrarmos nos trilhos da sustentabilidade. Não se pode deixar de dizer que as grandes descobertas ou ações ocorreram e continuam a ocorrer em nosso planeta a partir de pequenas idéias assimiladas e adaptadas que passaram a um estágio de complexidade, transformando-se em um instrumentos importantíssimos para a

perpetuação da raça humana. Bastou crer e lançar a semente na terra para esperá-la germinar, crescer e frutificar-se.

Como política interna de âmbito federal, tem-se os Planos Diretores que foram criados na Constituição Federal de 1998, mas que a partir do Estatuto das cidades (Lei Federal nº 10.257/2001) veio não só para nortear como se fazer para se ter um ambiente urbano mais sustentável, mas para obrigar os municípios brasileiros com mais de 20.000 habitantes, a partir de audiências públicas, delinear qual o aspecto que o município terá para garantir a função social da cidade e da propriedade urbana. Ou seja, é justamente o Plano Diretor o instrumento legal que vai definir, no nível municipal, os limites, as faculdades e as obrigações envolvendo a propriedade urbana. (Estatuto das cidades, 2002)

A política de desenvolvimento urbano, estabelecida pelo município no Plano Diretor, que não tiver como prioridade atender às necessidades essenciais da população marginalizada e excluída das cidades, estará em pleno conflito com as normas constitucionais norteadoras da política urbana, com o sistema internacional de proteção dos direitos humanos, em especial com o princípio internacional do desenvolvimento sustentável. (Estatuto das cidades, 2002)

Goldin e Winters (1995) vêm corroborar com a questão de que um plano diretor deve ser bem estudado e idealizado antes de ser proposto, pois cabe aos governos incentivar o crescimento econômico, porém deve-se visar também ao desenvolvimento sustentável, pois do ponto de vista da institucionalização da sustentabilidade, os governos têm a maior parcela de responsabilidade.

Government policies which facilitate growth are vital to ensure sustainable development(...) From the point of view of sustainable development, government have an even greater responsibility. (Goldin e Winters, 1995 p. 6)

Assim, o que fica explícito na atualidade, é que existe uma tendência para criar conceitos e esses, muitas vezes (propositalmente) de forma utópica buscam emperrar a idéia de se alcançar o desenvolvimento sustentável, principalmente o urbano. Diz-se assim, pois isto fica claro diante das seguintes proposituras: para se alcançar a sustentabilidade, deve-se deixar de trazer novas indústrias para o município (mas, e os novos empregos?), pois dizem os “especialistas emperradores” da sustentabilidade que com as novas empresas ocorreria o advento da “poluição”. E assim, podem ser elencados vários outros percalços que acabam sendo criados para demonstrar quão difícil é para se implementar a sustentabilidade, deixando de se observar que ao impedirem o surgimento da tal “ação nociva”, acabam afastando a possibilidade de gerar a própria sustentabilidade. Existem outras conclusões em prol da

sustentabilidade: diminuir a rede de transporte coletivo, não ser viável ou legal autorizar a constituição de novos loteamentos, necessitar-se-á construir novos prédios escolares, centros de convivência entre outros e além disto tudo isto gerará “gastos” ao município.

Diante desta necessidade real de cidades sustentáveis, artigo propício foi o do Suplemento Ciência da Folha de São Paulo, de 16 de maio de 2007, na folha A-12, com o seguinte tema: Metrôpoles querem agir antes no clima. Assim discursa o Sr^o Michael Bloomberg, prefeito da cidade de Nova York, cidade que sediou o encontro no dia 15 de maio de 2007, ao afirmar que os prefeitos das 32 cidades representando os 5 continentes ali tinham sob si a tutela de cerca de 250 milhões de pessoas:

“Não vamos ficar sentados esperando que eles (Governos Federais) tomem a liderança. As cidades consomem 75% da energia e produzem 80% dos gases-estufa, portanto podem fazer a diferença de fato nossa batalha”. (Bloomberg, 2007, p.A-12)

Portanto, a sustentabilidade urbana é um objetivo real e possível a de ser alcançado, a partir da participação de toda a sociedade organizada e do Poder Público local.

Pode-se dizer na atualidade que o objetivo é real e possível, pois além de se encontrar disponível uma grande quantidade de leis no âmbito Municipal, Estadual e Federal para fornecer elementos corretivos e até mesmo punitivos pela falta de ações pertinentes à busca de processos sustentáveis que podem ser utilizadas pelos Poderes Executivos locais, pode-se notar que grande parte da população mundial está voltada para a implementação desses processos.

Capítulo 2

Administração Pública e Desenvolvimento Sustentável

Artigo 225: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.(Capítulo VI - Do Meio Ambiente - C.F./88)

2.1 Conceito de Administração Pública - *Latu Sensu*

Quaglia (1976 apud Costa 2004) caracteriza a Administração Pública como:

A Administração Pública pode ser entendida num duplo sentido: formal e material. No sentido material, a Administração Pública é a ação geral positiva e direta do Estado, em matéria administrativa, na realização do interesse geral, para a satisfação das necessidades coletivas, ação que se exterioriza em procedimentos especiais estabelecidos, seja pelo poder Legislativo, que se cumpre pela elaboração das leis, seja pelo Poder Executivo, que as executa, seja subsidiariamente pelo Poder Judiciário - que se propõe mantê-las, vetá-las ou modificá-las na sua aplicação; assim, pois, concorrem nesta ação todos os poderes. Administração Pública, no sentido formal, é o conjunto de ordens internas e procedimentos gerais do Poder Executivo e de recursos de proteção jurídica prestada a sociedade face à ação administrativa, integradas em políticas públicas, buscando satisfazer as necessidades dos cidadãos.

A Administração Pública pode ser classificada em: Administração Pública em sentido objetivo, que "refere-se às atividades exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes incumbidos de atender concretamente às necessidades coletivas", e Administração Pública em sentido subjetivo, que "refere-se aos órgãos integrantes das pessoas jurídicas políticas (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), aos quais a lei confere o exercício de funções administrativas." (Di Pietro, 1997, págs. 55-56)

Conforme Amato (1971 apud Costa 2004), pode-se tomar por ponto de partida a definição de que a administração pública é todo o sistema de governo, todo o conjunto de

idéias, atitudes, normas, processos, instituições e outras formas de conduta humana, que determinam:

- a) como se distribui e se exerce a autoridade política;
- b) como se atendem aos interesses públicos.

Em particular, os interesses públicos participam da administração pública, na medida em que são avaliados e integram programas e ações empreendidas pelo governo, dirigidas para o desenvolvimento desejável.

Di Pietro (1994) caracteriza a Administração Pública desta forma :

Administração Pública é o conjunto de decisões e operações mediante as quais o Estado procura, dentro das orientações gerais traçadas pela política, diretamente ou mediante estímulo e orientação das atividades privadas, assegurar a satisfação regular das necessidades coletivas de segurança e bem-estar dos indivíduos, obtendo e empregando racionalmente para esse fim os recursos adequados.

A natureza da administração pública, segundo Meireles (1995), é a de um encargo, para quem exerce, de defesa, conservação e aprimoramento dos bens, serviços e interesses da coletividade - o chamado *múnus público* - impondo-se ao administrador público a obrigação de cumprir fielmente os preceitos da moral administrativa que rege sua atuação. Os fins da administração pública resumem-se num único objetivo: o bem-estar da coletividade administrativa. Se dele o administrador se afasta ou desvia, trai o mandato de que está investido, porque a comunidade, ao instituir a Administração, o faz para que a mesma propicie o seu bem-estar social.

2.1.1. Administração Pública Municipal

Ensina Charles Tooke citado em Quaglia (1976 apud Costa 2004) que é na lei romana, que a origem da idéia de entidade corporada pode ser encontrada. Não foi senão por ocasião do aparecimento do "*municipium*", que a idéia de corporação se concretizou, no intuito de promover a administração de municipalidades subordinadas. A existência do "*municipium*" requeria a sanção do Estado, mas uma certa esfera de ação independente era assegurada aos homens livres da cidade. Dentro de limites prescritos, o "*municipium*" regulava os seus negócios locais, ele era responsável pelas obrigações e delitos de seus agentes, podia adquirir propriedade por compra ou por doação.

Com o advento de uma ordem política e social mais estável, em fins do século X, a corporação municipal reapareceu como uma instituição governamental, auxiliada pelo renascimento dos conceitos da lei romana.

Nos princípios do século XV, a autonomia municipal era a regra em quase todas as partes da Europa Ocidental. Essa liberdade municipal, entretanto, provou ser de curta duração, pois, com o crescimento do poder real e aparecimento subsequente dos Estados modernos apareceu a noção de “país-estado” em substituição ao modelo antigo da “cidade-estado”

A reconstrução moderna do governo urbano deu-se durante as transformações políticas, surgidas após a Revolução Industrial e se processaram muito tempo depois da própria Revolução Francesa, em 1789 (séc. XVIII)

O Estado Liberal, na reconstrução do governo municipal, veio conceder maior autonomia local, do ponto de vista político e administrativo. O crescimento das cidades modernas, com o aumento de suas populações, acarretou uma série de complexos problemas administrativos, impossíveis de serem resolvidos pelo distante poder central. A concentração de grandes massas urbanas, pela sua inevitável interdependência, exigia a promoção de sua segurança, saúde e comodidade. Daí as autoridades locais estarem sempre, e cada vez mais, solicitadas ao cumprimento duma multiplicidade de deveres e obrigações, antes sujeitos à iniciativa dos próprios indivíduos.

Segundo Delorenzo Neto (1969) citado em Quaglia (1976) e citado em Costa (2004), o “município” é uma unidade social fundamental, dotado de vida própria e com características estruturais que lhe emprestam condições para ser considerado base de formação econômica e moral e fonte de energia agregadora. Destaca ainda que município é a circunscrição do território do Estado, na qual cidadãos associados pelas relações comuns de localidade, de trabalho e de tradições, vivem sob uma organização livre e autônoma para fins de economia, administração e cultura.

Para Vedana (2002 apud Costa 2004), o Município pode ser entendido como uma entidade territorial de primeira base, que aproxima sociologicamente os homens, sob forma de agrupamento de pessoas próximas umas das outras, as quais, quando estão politicamente organizadas e têm por objetivo defender os interesses do agrupamento, se tornam pessoa jurídica de Direito Público Interno, membro integrante de uma Constituição.

De acordo com Meirelles (1990), o município brasileiro é entidade integrante da Federação e esta integração é uma peculiaridade nossa, pois em nenhum outro estado soberano se encontra o município como peça do regime federativo constitucionalmente reconhecida. É dessa posição singular do município que resulta sua autonomia político-

administrativa, diversamente do que ocorre nas demais federações, em que os municípios são circunscrições territoriais meramente administrativas.

A autonomia do município brasileiro está assegurada na Constituição da República para todos os seus assuntos de interesse local (art. 30 C.F.) e se expressa sob o tríplice aspecto político (composição eletiva do governo e edição das normas locais), administrativo (organização e execução dos serviços públicos locais) e financeiro (decretação, arrecadação e aplicação dos tributos municipais).

Segundo Jameson (1965 apud Costa 2004), a crescente demanda local e a descentralização de responsabilidades empreendidas pelo Estado transfere ao município a responsabilidade do exercício de atividades econômico-sociais (e por que não dizer ambientais) que suportem as novas necessidades coletivas, cuja satisfação depende da administração local.

Assim, pode-se considerar que, na gestão municipal, a partir de 1988, o planejamento urbano, mais especificamente o plano diretor, é uma das atribuições do poder executivo municipal, a fim de evitar que o processo de urbanização aconteça de forma desordenada, respeitando o ecossistema e promovendo a qualidade de vida da população, dentro dos limites territoriais disponíveis no município. Desta forma, compete à administração as atividades ligadas ao planejamento, organização, controle e fiscalização administrativa, racionalização e produtividade.

Por fim, o que se pode ver é que toda esta responsabilidade no planejamento perspicaz do meio urbano, coloca nas mãos do Poder Público Municipal uma grande responsabilidade para implementação da sustentabilidade local, pois conforme nos coloca Schenini, Nascimento e Campos (2004), um dos principais componente da gestão municipal é a prestação dos Serviços Públicos e esses claramente perspassam pelo tripé - sócio-ambiental-econômico que levam ao desenvolvimento sustentável.

“uma outra função componente da gestão municipal é a prestação dos Serviços Públicos, que são realizados em todas as áreas essenciais para o desenvolvimento, controle, manutenção da ordem e atendimento das necessidades básicas da sociedade. A seguir são apresentadas suas diversas áreas: planejamento urbano; obras e outros serviços do gênero; saneamento; transporte; assistência social; comunicação social; segurança; saúde; cultura; esporte; educação; indústria e comércio; turismo; agricultura; e meio ambiente”. (Schenini, Nascimento & Campos,2004).

2.2 A Administração pública municipal e o seu papel para o Desenvolvimento Sustentável

Conforme Buarque (2004 apud Bastos 2006), graças à redemocratização brasileira pós 1985 , a busca para se encontrar e criar um ecossistema condizente aos moldes de sustentabilidade passaram a ser matéria discutível também diante do bojo constitucional brasileiro que, buscaram uma maneira efetiva de incluir o poder público como sócio efetivo deste empreendimento, ou seja, a sustentabilidade, buscando assim privilegiar o conceito de “sustentabilidade”, a gestão durável dos recursos ambientais no espaço e no tempo. O espaço ao qual se refere este, é o urbano.

A Constituição Federal de 1988 consagra, no caput do seu art. 225, o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado – inclusive o meio ambiente urbano -, bem de uso comum do povo, cabendo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Ressalta-se que a Constituição do Estado do Amazonas, além de proclamar o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, determina que o “desenvolvimento econômico e social, na forma da lei, deverá ser compatível com a proteção do meio ambiente, para preservá-lo de alterações que, direta ou indiretamente, sejam prejudiciais à saúde, à segurança e ao bem-estar da comunidade, ou ocasionarem danos à fauna, à flora, aos caudais ou ao ecossistema em geral”(art. 229, § 1º)

Sobre o mesmo tema Buarque (2004 apud Bastos 2006) diz:

“O Desenvolvimento local demanda mudanças institucionais que aumentem a governabilidade e a governança, ou seja, a capacidade efetiva de execução e implementação de ações e investimentos, das instituições públicas locais, incluindo o município, construindo uma relativa autonomia das finanças públicas e acumulação de excedentes para investimentos sociais e estratégicos para a localidade.”

O estado de direito tem como função primaz cumprir os ditames legais e a partir destes exercer para a população que lhe dá o direito de responder por ela, condições mínimas de um meio ambiente capaz de satisfazer às suas necessidades.

Buarque (2004 apud BASTOS 2006) corrobora que o propósito central de uma proposta de desenvolvimento sustentável consiste em implementar iniciativas e ações que gerem, ao mesmo tempo, uma maior equidade social, um nível elevado de conservação ambiental e uma maior racionalidade(eficiência) econômica e essas devem partir do poder público local, pois o mesmo pode legislar sobre todos os âmbitos daquela localidade, conforme a lei preconiza.

Para ilustrar sua fundamentação, o autor fornece uma representação gráfica que, consolida o propósito da cabal elucidação ensejada (Buarque, 2004 p. 68 apud Bastos 2006). A seguir se reproduz a referida representação gráfica do desenvolvimento sustentável, elaborada pelo citado autor, através da figura 2.1

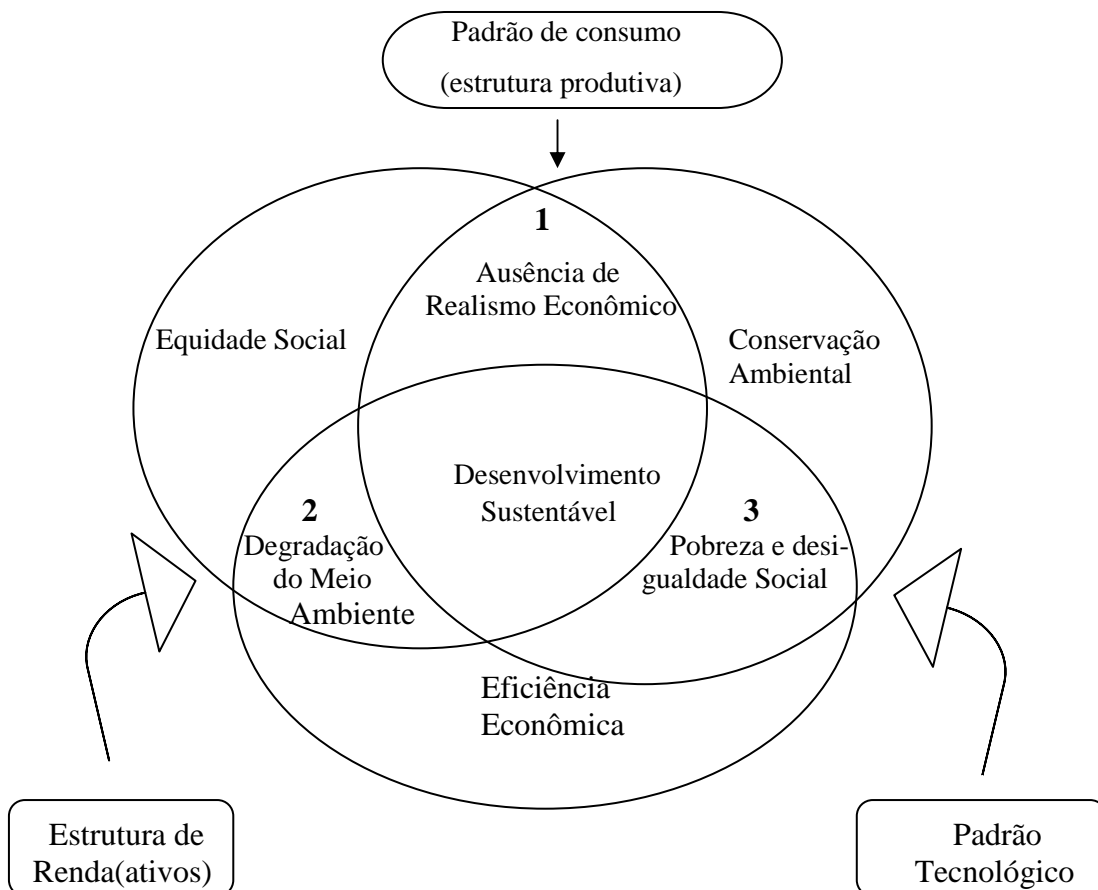


Figura 2.1 Gráfico do desenvolvimento sustentável (Buarque, 2004, p.68 apud Bastos 2006)

Segundo o autor, a representação gráfica oferecida pela Figura 2.1, demonstra que o objetivo deve se concentrar em empurrar os três círculos para o centro imaginário (na conjuntura atual acaba sendo função do Padrão de consumo, Tecnológico e Renda, podendo

ter a interferência do Poder Público), ampliando o espaço combinado na intersecção entre equidade social, conservação ambiental e eficiência econômica. Não obstante, não se deve perder a simetria desta intersecção, de maneira que qualquer movimento isolado em um dos círculos, em direção ao centro, pode provocar alterações na interação dos outros, o que neutraliza o efeito positivo desse. Assim, somente quando simétrica, indica a presença do desenvolvimento sustentável, independentemente de seu tamanho. Nesse caso, o tamanho proporá o nível do Desenvolvimento Sustentável naquela área em especial.

Assim, o tamanho do círculo (figura 2.1) irá variar de forma a destacar o desenvolvimento sustentável se houver a verdadeira governança do poder público local para tanto, até porque a própria lei não só o impulsiona para isto, como dá ao mesmo o poder para tanto, conforme nos ensina Mello (2007):

"é o fruto da submissão do Estado à lei é em suma: a consagração da idéia de que a Administração Pública só pode ser exercida na conformidade da lei e que, de conseguinte, a atividade administrativa é atividade sublegal, infralegal, consistente na expedição *de comandos complementares* à lei."

Preocupados com a necessidade de ter um parâmetro para iniciar as mudanças necessárias à sustentabilidade urbana, os Governos Federal, Estadual, Municipal, entidades civis, universidades, agências internacionais se reuniram inicialmente no ano de 1997, na cidade de São Paulo, no Encontro preparatório do Seminário Cidades Sustentáveis. Esse congresso congregou o Consórcio Parceria 21, consultores e cabeças de rede (Indivíduos responsáveis por uma região -coletor de dados), universidades, governos federal, estadual (RS, SP, RJ e MG) e municipal (SP, RS, RJ e MG), parlamentares e agências internacionais (ONU, PNUD), UPIS (União Pioneira de Integração Social - Faculdades Integradas/Brasília), ULAC (Universidade Latino-Americana e do Caribe) e GTZ (Agência de cooperação Técnica Alemã), e sociedade civil. Logo após, ocorreu o Workshop, no Rio de Janeiro na sede do IBAM/RJ (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), entre os dias 04 a 06/02/1999, sendo o encontro e as pesquisas concluídas expostas no Seminário Nacional, concluído em 06/04/1999, em Brasília. A partir dos diagnósticos disponíveis, os consultores temáticos, na formulação de suas respectivas proposições, consideraram, por um lado, a conveniência de propor aperfeiçoamentos nas políticas em curso no país e, por outro, a necessidade de apontar novas estratégias e instrumentos que assegurem a transição da situação atual das cidades para um futuro mais sustentável. O esforço de sistematização objetivou integrar e compatibilizar as inúmeras contribuições recolhidas de especialistas, consultores, 'cabeças-de-rede', do Grupo de Acompanhamento interministerial e de participantes do *workshop* e do Seminário

Nacional, identificando eventuais lacunas, superposições e conflitos a serem superados, decorrentes de abordagens setoriais e visões distintas sobre a cidade sustentável.

As contribuições apresentadas pelos consultores e pelos ‘cabeças-de-rede’, orientadas metodologicamente por termos de referência e por protocolos de consulta, apontam para a necessidade de introduzir mudanças substantivas na formulação e na implementação das políticas públicas urbanas – federais, regionais, estaduais e locais – para transformar o quadro de deterioração física, social e econômica e o de degradação ambiental que afetam o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras.

Embora se saiba que, em termos de meio ambiente, determinadas metas só possam ser atingidas a longo prazo, entende-se que os Municípios, os Estados e a União – atuando sempre em parceria com a sociedade – podem introduzir de imediato mudanças nas suas políticas urbanas capazes de gerar resultados até mesmo em curto prazo. Assim, para fins de calibragem temporal das proposições, adotaram-se no Seminário Nacional os seguintes horizontes de tempo para as implementações das ações: imediato (até dois anos), curto prazo (até quatro anos) e médio prazo (até dez anos).

Cabe comentar que o processo de filtragem das propostas e de fixação das estratégias de sustentabilidade considerou, conforme as premissas adotadas, uma conjuntura nacional marcada por dificuldades econômicas, políticas e institucionais que afetam, em última análise, o processo de desenvolvimento do país e, por conseguinte, das cidades brasileiras.

Sendo objetivo final do trabalho, ou seja, do Seminário Nacional sobre a Sustentabilidade Urbana contribuir para a formulação de políticas públicas e de ações, as organizações e os especialistas ali reunidos buscaram identificar propostas de alteração ou introdução de inovações quanto aos conceitos, às prioridades e aos critérios de alocação de recursos e instrumentos nas pautas operacionais das áreas/setores que executam a política urbana e/ou condicionam o processo de urbanização em curso.

As propostas enunciadas para cada um dos sub-temas indicados pelo Ministério do Meio Ambiente, uma vez sistematizadas e selecionadas por meio da aplicação de matrizes analíticas desenvolvidas pelos consultores de integração temática, foram consolidadas e ordenadas em quatro estratégias de sustentabilidade urbana, identificadas como prioritárias para o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras:

1. Aperfeiçoar a regulamentação do uso e da ocupação do solo urbano e promover o ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, considerando a promoção da equidade, a eficiência e a qualidade ambiental.

2. Promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão democrática da cidade, incorporando no processo a dimensão ambiental urbana e assegurando a efetiva participação da sociedade.
3. Promover mudanças nos padrões de produção e de consumo da cidade, reduzindo custos e desperdícios e fomentando o desenvolvimento de tecnologias urbanas sustentáveis.
4. Desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais visando à sustentabilidade urbana.

Abordam-se a seguir os novos marcos da gestão urbana e o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras, segundo o Encontro, anteriormente descrito, assim conclui:

2.2.1 Novos marcos da gestão urbana

A primeira e principal tarefa que se coloca aos gestores do ambiente urbano e das cidades seria a de reorganizar o sistema de gestão. A essa reorganização, ou reestruturação do sistema e das formas organizacionais da gestão, denomina-se *os novos marcos da gestão urbana*. Esses marcos são resumidamente os seguintes:

- a) mudança de escala, incentivando o surgimento de cidades menores ou de assentamentos menores dentro da grande cidade; preferência pelos pequenos projetos, de menor custo e de menor impacto ambiental; foco na ação local;
- b) incorporação da dimensão ambiental nas políticas setoriais urbanas (habitação, abastecimento, saneamento, ordenação do espaço, etc.) pela observância dos critérios ambientais para preservar recursos estratégicos (água, solo, cobertura vegetal) e proteger a saúde humana;
- c) integração das ações de gestão, para a criação de sinergias, a redução de custos e a ampliação dos impactos positivos;
- d) necessidade do planejamento estratégico, colocando sérias restrições ao crescimento não-planejado ou desnecessário;
- e) descentralização das ações administrativas e dos recursos, contemplando prioridades locais e combatendo a homogeneização dos padrões de gestão;
- f) incentivo à inovação, ao surgimento de soluções criativas; abertura à experimentação (novos materiais, novas tecnologias, novas formas organizacionais);

- g) inclusão dos custos ambientais e sociais no orçamento e na contabilidade dos projetos de infra-estrutura;
- h) indução de novos hábitos de moradia, transporte e consumo nas cidades (incentivo ao uso de bicicleta e de transportes não-poluentes; incentivo a hortas comunitárias, jardins e arborização com árvores frutíferas; edificações para uso comercial ou de moradia que evitem o uso intensivo de energia, utilizando materiais reciclados);
- i) fortalecimento da sociedade civil e dos canais de participação; incentivo e suporte à ação comunitária.

2.2.2 Desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras

Dentre as conclusões do referido encontro anteriormente descrito de que mesmo existindo diferentes categorias de cidades e estas demandarem prioridades e apresentarem problemas eventualmente específicos relativos ao seu desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade, a análise das mudanças e das tendências aponta não só para um conjunto de problemas ambientais urbanos comuns, como, também, para a necessidade de novas abordagens de políticas de desenvolvimento urbano que considerem o território, as bacias hidrográficas e a rede de cidades.

A concentração de problemas sociais demanda políticas, estratégias e ações, focalizando basicamente a preservação e a criação de postos de trabalho, voltadas especialmente para a grande população das regiões metropolitanas. Nelas, a sustentabilidade do desenvolvimento é também posta em xeque pelas carências geradas pela ocupação do solo, que demandam:

- urbanização das ocupações ilegais com reassentamento da população nos casos de áreas de preservação e de risco;
- necessidade de novos e maiores parques, além da preservação das áreas verdes ainda existentes, a fim de equilibrar a excessiva impermeabilização do solo metropolitano;
- avaliação dos limites do adensamento e coerência entre frota de veículos e espaço de vias postas à sua disposição, a fim de evitar e diminuir a disfunção metropolitana decorrente dos enormes congestionamentos no tráfego;
- solução para a deposição final do lixo, acompanhada pela fundamental alteração de padrões de consumo que produzem tal lixo;
- solução definitiva para o esgoto, mormente o doméstico, que polui os cursos d'água;

- definição de operações urbanas que permitam, de forma sinérgica, concentrar os esforços do setor público e do setor privado na recuperação de bairros;
- aumento da segurança e reencontro da cidadania respeitada com as instituições renovadas; ampliação, equipamento e reconquista dos espaços públicos, hoje cercados e transformados em terra de ninguém;
- recriação da solidariedade e da civilidade urbana.

As cidades de porte médio têm diversificado sua economia e consolidado seu papel de prestadoras de serviços, seja pelos depósitos e pela circulação dos consideráveis proventos da agricultura circundante; seja, no Sudeste e no Sul, em virtude da elevação de demandas de consumo e cultura, decorrentes da criação de numerosos cursos de ensino superior. Elas ainda não apresentam, por uma questão de escala, os efeitos dramáticos do crescimento nas metrópoles ou em grandes conurbações. Contudo, a invasão de áreas públicas, mormente ao longo de rios, córregos e encostas, pelo casario precário da população pobre já revela um problema que só tende a aumentar: a *cidade ilegal ou informal*, sem infra-estrutura e representando riscos de alagamento, deslizamento e proliferação de doenças em sua população.

A sustentabilidade de seu desenvolvimento é também dificultada pela migração, temporária ou permanente, de lavradores sazonais, criando em suas periferias verdadeiros bairros ilegais cuja população é apenas *desruralizada* e não propriamente *urbanizada*. A competição pela criação de empregos industriais tem levado prefeituras a renunciarem à cobrança de impostos, agravando seu desequilíbrio orçamentário e impedindo-as de realizar expansões de infra-estrutura e custeio de serviços essenciais, no campo da saúde, do saneamento e da educação.

Para que as cidades médias possam ter seu desenvolvimento sustentado, é mister que evitem repetir a imprevidência das metrópoles, aprendendo com a experiência. Entre outras medidas, urge que tenham planos diretores estratégicos, que providenciem mecanismos de reservas territoriais destinadas a parques, que revejam suas normas para a abertura de loteamentos, que aperfeiçoem sua legislação para adequar densidades ao sistema viário e que estabeleçam corredores exclusivos para transporte público e, eventualmente, corredores destinados a transporte de massa.

As cidades pequenas têm sofrido perda de população por migração em virtude de seu atraso comparativo, de carências da rede de ensino, dos escassos serviços de saúde oferecidos e da falta de apoio, até pouco tempo, para o desenvolvimento da agricultura familiar e da inexistência de empregos rurais não-agrícolas, que mantém baixas as oportunidades de

emprego e trabalho. Essas carências geram um círculo vicioso, passível de ser rompido mediante políticas, iniciativas e financiamentos adequados. O seu desenvolvimento poderá vir a ser sustentado com a aceleração de assentamentos de famílias sem-terra, criação de minicréditos e estímulo às cooperativas de construção habitacional. Embora iniciativas governamentais, como a criação do Conselho da Comunidade Solidária, focalizem os problemas sociais das cidades pequenas mais pobres, ainda é escassa a escala de intervenção e nem sempre satisfatória a sinergia e os esforços estatais.

As cidades em faixa pioneira apresentam, de forma geral, os piores exemplos de depredação e de descaso pela sustentabilidade em seu desenvolvimento. A ocupação do solo, margeando as estradas de penetração no Oeste brasileiro, obedece a técnicas primitivas: queimada de matas e matos para abertura de clareiras visando ao plantio, ou ainda, queimada seguida de movimentos de terra de má engenharia (terra arrastada) para colocação de pequenos lotes à venda. A ausência de políticas, de orientação técnica, de imposição de normas e de controle adequados gera cidades que, em curto prazo, repetirão os problemas de cidades mais densas.

Na categoria de cidades-patrimônio encontram-se as cidades históricas, como Ouro Preto, Salvador, São Luís, entre outras. Além da beleza e da importância de seus edifícios, ruas e praças, seu patrimônio estende-se à paisagem urbana como um todo e ao perfil de seu espaço construído. Essas características constituem um valor, cultural e econômico, que, por vezes, conflita com interesses vinculados a outros valores de seus habitantes, como a modernização de sua infra-estrutura, a venda de serviços a turistas, a expansão de negócios. Para sua sustentabilidade, como cidades patrimônio, sempre se deve recorrer à experiência acumulada nos órgãos estatais que, há décadas, se dedicam a essa tarefa, assim como aos exemplos de países com problemas semelhantes.

Os problemas de sustentabilidade das cidades que possuem patrimônios naturais (praias, montanhas, paisagens naturais excepcionais) apresentam desafios de outra ordem. Mais do que as anteriores, são elas alvo de súbitos aumentos de população usuária: durante os períodos de férias chega a decuplicar o número de usuários de água, esgoto, ruas, comércio, praia e demais espaços públicos de serviços, assim como de moradia. Embora os turistas distribuam renda considerável para o comércio local e para os habitantes permanentes, o consumo do lugar, o congestionamento, a depredação e o rebaixamento da qualidade de vida são também consideráveis e, por vezes, põem em risco, de forma definitiva, a sustentabilidade do desenvolvimento, ocorrendo o gradual abandono da cidade por parte dos turistas, que passam a frequentar outra localidade.

A ausência de políticas públicas para enfrentar os problemas típicos dessas subcategorias de cidade leva seus responsáveis locais a adotarem soluções urgentes, mas de alcance menor, paliativas e provisórias, frequentemente mediante obras que só aceleram, pela precariedade, a decadência dessas importantes cidades. A ausência de normas, a atividade comercial sazonal, sem restrições nem estímulos adequados, sem planejamento local e regional, assim como práticas administrativas frágeis têm levado à rápida insustentabilidade dessas cidades.

No que toca às ações e aos programas conduzidos pelos municípios, destacam-se aqueles cujos principais objetivos se concentram na elaboração de instrumentos de desenvolvimento sociopolítico, socioeconômico e de planejamento físico e territorial, especialmente as iniciativas que têm contemplado:

- a criação de órgãos e fóruns colegiados – consultivos e deliberativos – de gestão que estejam envolvendo os diversos agentes e/ou atores sociais e econômicos relevantes no processo de construção social de Agendas e/ou pautas de especial interesse para as comunidades;
- a adoção de formas de co-gestão dos serviços comunitários, aperfeiçoamento da regulamentação urbanística e edilícia e de instrumentos de gestão que visem à maior transparência, responsabilidade pública, eficiência e eficácia das ações governamentais;
- a construção de parcerias urbanas com o setor privado e a comunidade. Nesse rol, ressaltam-se as iniciativas que, através de um amplo processo de consultas e debates com todos os segmentos e forças sociais envolvidos, capitaneado pelo governo local, estejam lidando com a tentativa de:
 - a. repensar as formas de legitimação do investimento público que envolva a comunidade;
 - b. articular prospectivamente o potencial de desenvolvimento social e econômico local com as possibilidades oferecidas pelo contexto no qual estão inseridas (nos níveis estadual, nacional e global). A elaboração de orçamentos públicos participativos, assim como a implementação de instrumentos diversos, tais como planos estratégicos, planos diretores e de desenvolvimento local, ambiental, Agendas 21 locais, etc., dão substância a tais iniciativas.

2.2.3 Estratégias prioritárias para o desenvolvimento sustentável

A seguir serão abordadas as estratégias prioritárias para o desenvolvimento sustentável das cidades, conforme o Encontro sobre o Seminário Cidades Sustentáveis, onde se congregaram as entidades anteriormente citadas.

Estratégia 1

Aperfeiçoar a regulamentação do uso e da ocupação do solo urbano e promover o ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, considerando a promoção da equidade, a eficiência e a qualidade ambiental.

▪ Diretrizes da estratégia 1

- Democratizar o acesso a terra e priorizar a função social da propriedade urbana, contribuindo para melhorar as condições de moradia e de trabalho da população urbana;
- Reduzir as desigualdades socioeconômicas no uso e na ocupação do solo e nos espaços construídos e naturais da cidade, contribuindo para o combate à pobreza urbana.
- Preservar e recuperar o patrimônio construído e natural das cidades.
- Dar prioridade a programas e projetos que promovam a utilização das áreas já urbanizadas da cidade, em particular àquelas que dispõem de infra-estrutura e de serviços urbanos subutilizados.
- Dar prioridade aos sistemas urbanos de transporte coletivo, em detrimento do transporte individual, contribuindo para a racionalização do uso do solo, do sistema viário e dos espaços urbanos.
- Considerar a compatibilização do desenvolvimento regional e urbano com a base natural de recursos disponíveis e com os objetivos de sustentabilidade das cidades.
- Considerar a inserção regional das cidades e a sua integração com a área rural do entorno, na promoção do desenvolvimento urbano.

▪ Estratégia 2

Promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão democrática da cidade, incorporando no processo a dimensão ambiental e assegurando a efetiva participação da sociedade.

▪ **Diretrizes da estratégia 2**

- Capacitar as equipes técnicas e gerenciais dos três níveis de governo para o exercício das atividades de planejamento e de gestão urbana;
- Desenvolver e implantar mecanismos jurídicos e institucionais para o controle social da organização e da operação dos serviços públicos urbanos;
- Coordenar e articular as ações dos três níveis de governo, levando em consideração as diferentes escalas territoriais da rede urbana: regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, cidades médias e cidades de pequeno porte;
- Ampliar, no Legislativo e no Executivo, a participação substantiva dos atores sociais nos mecanismos/instituições responsáveis pelo planejamento, pela alocação dos recursos e pela gestão do espaço urbano.
- Fomentar o desenvolvimento e o uso de sistemas de informação capazes de instrumentalizar as ações de planejamento e de gestão ambiental, bem como as ações viabilizadoras (promotoras) da sustentabilidade e da melhoria da qualidade de vida urbana;
- Estimular as formas e os mecanismos institucionais de coordenação intermunicipal e estadual para o planejamento e a gestão sustentada dos recursos naturais e dos serviços de interesse comum;

▪ **Estratégia 3**

Promover mudanças nos padrões de produção e de consumo da cidade, reduzindo custos e desperdícios e fomentando o desenvolvimento de tecnologias urbanas sustentáveis.

▪ **Diretrizes da estratégia 3**

- Realizar amplas campanhas de comunicação visando à divulgação e à mobilização em torno dos princípios e dos objetivos da *Agenda 21* brasileira, com ênfase na necessidade de mudar os padrões de produção e de consumo;

- Promover o aumento da responsabilidade social e ecológica, mediante o fomento de programas para aumentar a consciência ambiental e fortalecer a cidadania;
- Apoiar as instituições e fortalecer os mecanismos de defesa do consumidor incentivando-os a promover o consumo sustentável;
- Ampliar os programas de reaproveitamento de resíduos e reciclagem de descartáveis, envolvendo fortemente o setor público nessas iniciativas;
- Fomentar as atividades de pesquisa e de desenvolvimento de programas que tenham por finalidade a melhoria da eficiência energética, a redução do uso de combustíveis fósseis bem como da geração de resíduos, contribuindo para a melhoria das condições ambientais da cidade;
- Fomentar os programas e as ações dos agentes econômicos públicos e privados que promovam a utilização ótima do ambiente construído, revitalizando as cidades e contribuindo para a geração de empregos e para a ampliação das receitas municipais.
- Fomentar a utilização de tecnologias urbanas sustentáveis;
- Rever a regulação da concessão da exploração e da operação dos equipamentos e dos serviços públicos urbanos, assegurando a sustentabilidade da cidade por meio da adoção de critérios ambientais e de equidade nas licitações e nos contratos.

▪ **Estratégia 4**

Desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais visando à sustentabilidade urbana.

▪ **Diretrizes da estratégia 4**

- Regular o acesso à base natural de recursos, desestimulando a utilização predatória dos recursos naturais e a poluição ambiental urbana;
- Adotar incentivos fiscais, federais e estaduais com a finalidade de regulamentar a utilização dos recursos naturais na produção de bens e serviços urbanos, eliminando, por outro lado, os incentivos perversos que contribuem para formas insustentáveis de produção e consumo da cidade;
- Incorporar os instrumentos econômicos de controle ambiental ao sistema tributário nacional;

- Apoiar as iniciativas e as ações empresariais destinadas a adaptar seus processos e produtos às restrições ambientais de acesso aos mercados externos;
- Apoiar a capacitação dos agentes públicos no manejo de instrumentos econômicos de controle ambiental e no monitoramento de seus impactos econômicos e ambientais;
- Fomentar estudos e pesquisas que contribuam para ampliar o conhecimento disponível sobre as relações entre economia e meio ambiente.

O que mais se destaca em todo este contexto é que não foi apenas o Brasil que passou a buscar alternativas para cidades sustentáveis, mas que esta preocupação é mundial. Satterthwaite (1999) já havia detectado que várias localidades na Europa e América do Norte estavam buscando, desde a última década (seu trabalho se deu em 1997), maneiras de melhorar seu ambiente urbano, reduzindo o uso de recursos e evitando desperdício para colaborarem com a Sustentabilidade.

In Europe and North América, many cities have put in place long-term programmes to improve their environment, reduce resource use and reduce waste. (Satterthwaite,1999 p.80)

2.2.4 A Administração pública: responsabilidade civil e omissão

Quando se busca saber sobre a responsabilidade civil do Estado, depara-se com o campo jurídico; e, neste, defronta-se com duas correntes interpretativas em relação a se saber se o Estado realmente é culpado ou não, diante de sua ausência ao gerir ações sustentáveis para a área urbana.

Para o início desta discussão e confrontação das idéias a fim de poder apurar a responsabilidade do Estado por conduta omissiva, deve-se indagar qual dos fatos foi decisivo para configurar o evento danoso e quem estava obrigado a evitá-lo. Assim, o Estado responderá, não pelo fato que diretamente gerou o dano, como numa enchente, por exemplo, mas sim por não ter ele praticado conduta suficientemente adequada para evitar o dano ou mitigar seu resultado, quando o fato for notório ou perfeitamente previsível.

A responsabilidade civil do Estado e portanto omissão à legislação a qual ele deve utilizar como seu parâmetro, poderá ser proveniente de suas situações distintas, a saber:

- a. de conduta positiva do Estado, isto é, comissivo, no sentido de que o agente público é o causador imediato do dano;
- b. de conduta omissiva, em que o Estado não atua diretamente na produção do evento danoso, mas tinha o dever de evitá-lo, como é o caso da falta do serviço nas modalidades em que este não funcionou ou funcionou tardiamente, ou ainda, pela atividade que se cria à situação propiciatória do dano por que expôs alguém a risco.

Ser o Estado responsabilizado de forma omissiva (Objetiva) ou comissiva (Subjetiva) é-nos como leigos, algo difícil de ser defendido ou discutido. Por isso, deve ser demonstrado e descrito o ponto de vista de dois juristas, de um lado Mello (2007) e do outro Dias (1979), que assim defendem suas interpretações: para Mello (2007), deve ser aplicada a teoria subjetiva à responsabilidade do Estado por conduta omissiva. Para isso, argumenta o autor que a palavra “causarem” do art. 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal somente abrange os atos comissivos, e não os omissivos, afirmando que estes somente “condicionam” o evento danoso. Comentando o supracitado artigo constitucional, ensina: “de fato, na hipótese cogitada, o Estado não é o autor do dano. Em rigor, não se pode dizer que o causou. Sua omissão ou deficiência haveria sido condição do dano, e não causa. Causa é o fato que positivamente gera um resultado. Condição é o evento que não ocorreu, mas que, se houvera ocorrido teria impedido o resultado.”

Já Dias (1979), adepto da responsabilidade objetiva, ao expor o seu entendimento sobre o termo *causa*, assim preceituou:

“Só é causa aquele fato a que o dano se liga com força de necessidade. Se numa sucessão de fatos, mesmo culposos, apenas um, podendo evitar a conseqüência danosa, interveio e correspondeu ao resultado, só ele é causa, construção que exclui a polêmica sobre a mais apropriada adjetivação. Se ao contrário, todos ou alguns contribuíram para o evento, que não ocorreria, se não houvesse a conjugação deles, esses devem ser considerados causas concorrentes ou concausas (Causa concomitante).”

Dessa forma, conclui Dias (1979), a inércia do Estado empenha responsabilidade civil a esse e a conseqüente obrigação de reparar integralmente o dano causado, na forma do art. 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal; portanto, a responsabilidade é objetiva.

Perspassando pelo dois expostos, para aplicação de nosso pressuposto de que o Estado tem na legislação uma obrigação explícita que é a de providenciar ações para o desenvolvimento de uma cidade enquadrada no quesito desenvolvimento sustentável, optamos em acatar os pressupostos de Dias (1979), que se baseando no art. 37, parágrafo 6º, da

Constituição Federal diz que o Estado é culpado pela sua inércia com relação a não fazer o que deveria ter sido feito.

Além da Constituição Federal pode-se ainda valer-se do artigo 2º, do Estatuto das Cidades (Lei 10.257/01), no seu inciso VIII, que nos afirma:

VIII- adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;

Quando a legislação passa a comentar o inciso ela diz: coloca-se a idéia do direito às cidades sustentáveis, como um dos princípios norteadores da política urbana. A sustentabilidade, aqui, é percebida no seu sentido mais amplo, indo além do equilíbrio ambiental e incorporando as dimensões econômicas e sociais.

As diretrizes gerais da política urbana estabelecidas no Estatuto das Cidades como normas gerais de direito urbanístico são, em especial, para os Municípios.

A possibilidade do uso desses instrumentos pelos Municípios, contrariando as diretrizes gerais da política urbana, poderá ser questionada, até por via judicial, em razão do pleno desrespeito à lei federal de desenvolvimento urbano (Estatuto das cidades) e às normas constitucionais da política urbana. Com base no próprio Estatuto das Cidades, essa prática poderá ser considerada como uma lesão à ordem urbanística, nos termos do artigo 53. Assim, cria-se um mecanismo dinâmico nas mãos das entidades da sociedade civil para poderem utilizar o instrumento da ação civil pública, visando a responsabilizar os agentes públicos e privados, responsáveis pelo uso indevido dos instrumentos de política urbana que acarrete lesão às funções sociais da cidade e ao direito às cidades sustentáveis. (Saule Junior e Rolnik, 2001)

O Poder Público municipal é o principal protagonista na área da saúde ambiental e a qualidade de vida, como a coleta, o tratamento e a disposição de resíduos, o abastecimento de água e o esgoto sanitário. Realiza obras de drenagem, de abertura e conservação de vias públicas e estradas vicinais e pode realizar o licenciamento ambiental de empreendimentos de impacto local, além de desenvolver (ou não) programas de combate à erosão, proteção de mananciais, controle do uso de agrotóxicos, educação ambiental etc. (Moisés, 1999)

Aos municípios cumpre, ainda, assim como às demais esferas do Poder Público, manter a fiscalização permanente dos recursos ambientais, implantar unidades de conservação, manter o controle das atividades poluidoras, monitorar a qualidade ambiental de

áreas críticas. Por outro lado, o município é também um empreendedor que se apropria de espaços, consome insumos e produz resíduo, podendo realizar obras sem a devida avaliação do custo social e ambiental perante os benefícios pretendidos.(Moisés, 1999)

Sabatini (1996) vem afirmar a idéia de que os governos são eleitos de forma democrática e, por conseqüência, devendo *governar* pelo povo, buscando dentro da imposição legal satisfazer às necessidades desta população, mas não usando dessas prerrogativas para atender a uma parcela específica da população e inclusive usando essa neutralidade a ele encampada para intermediar uma pacificação, quando houver conflito de interesses entre grupos desta sociedade.

“Es una tensión propia de la democracia. Las autoridades electas lo has sido con um programa de gobierno que representa los intereses de la comunidad. Su deber es impulsar esse programa y negociarlo em situaciones de conflicto por encima de intereses parciales o de grupos internos de la comunidad. Al mismo tiempo, su neutralidad es importante para garantizar la solución pacífica y oportuna de los conflictos.”(Sabatini, 1996)

Encontram-se, acima, subsídios pela teoria da culpabilidade do Poder público local em não fazer, ou simplesmente deixar de fazer algo em direção à manutenção da sustentabilidade, pois ele nos fala que o poder público é responsável pelos serviços públicos de relevância para o meio ambiente e para a qualidade de vida, não só autorizando obras públicas ou privadas, mas fiscalizando-as.

Assim sendo, se o poder público municipal se eximir de praticar ações que devam ser aplicadas para aquilo que conhecemos como desenvolvimento sustentável, novamente nos orientamos nos pressupostos de Dias (1979), que se baseando no art. 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal diz que o Estado é culpado pela sua inércia com relação à não fazer o que deveria ter sido feito.

A necessidade do poder público municipal em não ser inerte à questão da sustentabilidade ficou também bem explícita após a RIO-92, na qual foi instituída a Carta da Terra que, em seu princípio 8, coloca o poder público como o principal agente na busca do desenvolvimento sustentável:

Princípio 8:

Para atingir o desenvolvimento sustentável e mais alta qualidade de vida para todos, os Estados (esfera Federal, Estadual e Municipal) devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, também adotou, em sua declaração de princípios, o denominado *princípio da precaução*, assim redigido, no item 15 do texto:

“De modo a proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deve ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.”

Não é preciso, portanto, como ensina Machado (2005), que se tenha prova científica absoluta de que ocorrerá dano ambiental, bastando o risco de que o dano possa ser grave ou irreversível, para que não se deixe para depois as medidas efetivas de proteção ao ambiente. De acordo com o princípio da precaução, sempre que houver perigo da ocorrência de dano grave ou irreversível, a falta de certeza científica absoluta não deverá ser utilizada como motivo para adiar-se a adoção de medidas eficazes para impedir a degradação do meio ambiente.

Continua, dizendo que se costuma afirmar que as declarações de princípios oriundas de Conferências Internacionais não estão incluídas entre as fontes tradicionais do Direito Internacional e não são obrigatórias para os países membros da Organização que as adotou. Diz-se, também, que, em razão dessa peculiaridade, esses textos internacionais não têm aquela imperatividade jurídica própria dos tratados e convenções internacionais, não sendo, na terminologia do direito das gentes, *mandatórios*. Tecnicamente, as declarações de princípios não passariam de simples “recomendações”, sem força vinculante, o que em termos estritamente formais é rigorosamente exato.

Entretanto, isso não quer dizer que essas declarações de princípios não tenham nenhuma relevância jurídica. Não significa que elas não possam ser consideradas, senão como uma nova fonte do Direito Internacional, ao menos como uma nova técnica capaz de criar normas jurídicas internacionais. O fato de não serem mandatórias não pode levar à conclusão de que as declarações de princípios não exercem nenhuma influência na evolução, na

interpretação e na aplicação do direito interno dos países-membros da Organização Internacional que as concebeu.

Por um lado, há que se considerar que um determinado Estado, ao aderir a uma Organização Internacional, o faz voluntariamente e por isso passa a aceitar um certo número de obrigações decorrentes de seu ingresso na entidade. Há, dessa forma, sempre um engajamento inicial do Estado aos fins e propósitos da Organização.

Assim, quando o Estado procede em conformidade com certa diretriz traçada pelos órgãos da entidade, na realidade ele nada mais está fazendo do que obedecer ao tratado constitutivo da Organização, sobretudo na hipótese em que ele participa da formulação dessa diretriz em uma Conferência Internacional.

O Brasil, por exemplo, é membro da ONU e aderiu aos fins da entidade. Além disso, participou ativamente e até sediou a Conferência Internacional em que se adotou a Declaração Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, na qual se consagrou expressamente o princípio da precaução, tendo sido um dos responsáveis diretos pela formulação dessa importante diretriz relacionada à proteção do meio ambiente. Nessas condições, nada mais lógico e natural que esse e os outros princípios adotados sejam efetivamente observados entre nós.

Por outro lado, não se pode negar a influência que as Declarações de Princípios exercem sobre as normas jurídicas, tanto no plano internacional, quanto no plano da ordem jurídica interna dos países.

A partir da consagração do princípio da precaução, não pode mais haver dúvidas de que o Direito Ambiental no Brasil é o *direito da prudência*, é o *direito da vigilância* no que se refere à degradação da qualidade ambiental e não o *direito da tolerância* com as condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Esse é o enfoque que deve prevalecer em toda atividade de aplicação do Direito nessa área, inclusive na esfera judicial. (Mirra, 2001)

O fracasso das iniciativas que pretendem reverter a degradação ambiental provocada pelo homem representaria um bloqueio ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, declarou o administrador-adjunto do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Ad Melkert. Em seu discurso, durante a terceira assembléia do GEF (Fundo Global para o Meio Ambiente, na sigla em inglês), na África do Sul (29/08/2006), ele defendeu que a “gestão ambiental é chave para a redução da pobreza” e essa redução da pobreza/miséria, e da fome e da qualidade de vida só ocorrerão se a gestão ambiental for bem solidificada, a partir de uma educação de qualidade (meta nº 2).

A seguir serão detalhados as metas e objetivos do milênio, propostos pelo PNUD

2.3 Os objetivos do Milênio



Figura 2.2 – Logos dos objetivos do milênio

Necessário se faz explicitar de forma mais precisa onde, como e por quê se criaram os Objetivos do Milênio.

Em reunião organizada pela ONU, em 08 de setembro de 2000, com seus 189 estados membros conjuntamente com toda a sociedade desses, publicam a Declaração do Milênio das Nações Unidas. Criada em um esforço para sintetizar acordos internacionais alcançados em várias cúpulas mundiais, ao longo dos anos 90 (sobre ambiente e desenvolvimento, direitos das mulheres, desenvolvimento social, racismo, etc.), a declaração traz uma série de compromissos concretos que, se cumpridos nos prazos fixados (2015), segundo os indicadores quantitativos que os acompanham, deverão melhorar o destino da humanidade neste século.(PNUD,2000)

Os Objetivos do Milênio, que estão representadas iconograficamente pelos “logos” da Figura 2.2, estão sendo discutidos, elaborados e expandidos em muitos países. Entidades governamentais, empresariais e da sociedade civil estão procurando formas de inserir a busca por esses objetivos em suas próprias estratégias. O esforço no sentido de incluir vários desses objetivos do Milênio em agendas internacionais, nacionais e locais de Direitos Humanos, por exemplo, é uma forma criativa e inovadora de valorizar e levar adiante a iniciativa.

Concretos e mensuráveis, os 8 objetivos podem ser acompanhados por todos em cada país; os avanços podem ser comparados e avaliados em escalas nacional, regional e global; e os resultados podem ser cobrados de seus representantes, pelo povo, sendo que ambos devem colaborar para alcançar os compromissos assumidos em 2000. Também servem de exemplo e alavanca para a elaboração de formas complementares, mais amplas e até sistêmicas, para a busca de soluções adaptadas às condições e potencialidades de cada sociedade.

Sem a colaboração ativa do setor privado à consolidação de uma economia sustentável, não existe real viabilidade para se alcançarem os objetivos estabelecidos pela ONU e seus países signatários. A participação de empresas no âmbito doméstico, também é essencial para os investimentos que resultem no aumento da produtividade, através de padrões que induzam à qualidade de vida e à oportunidade no mercado de trabalho justo e equitativo (UN Millennium Project, 2005).

Em seguida detalharemos um a um os objetivos como se encontram descritos no endereço eletrônico do PNUD em parceria com a organização Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade - Nós Podemos.⁷

2.3.1 Objetivo 1

Erradicar a extrema pobreza e a fome

Um bilhão e duzentos milhões de pessoas sobrevivem com menos do que o equivalente a US\$ 1,00 por dia – dólares medidos pela paridade do poder de compra de cada moeda nacional. Mas tal situação já começou a mudar em pelo menos 43 países, cujos povos somam 60% da população mundial. Nesses lugares há avanços rumo à meta de, até 2015, reduzir pela metade o número de pessoas que ganham quase nada e que – por falta de oportunidades como emprego e renda – não consomem e passam fome.

2.3.2 Objetivo 2

Atingir o ensino básico universal (e de qualidade)

Cento e treze milhões de crianças estão fora da escola no mundo. Mas há exemplos viáveis de que pode ser possível diminuir o problema - como na Índia, que se comprometeu a ter 95% das crianças frequentando a escola, já em 2005 (www.pnud.org.br). A partir da matrícula dessas crianças ainda poderá levar algum tempo para aumentar o número de alunos que completam o ciclo básico, mas o resultado serão adultos alfabetizados e capazes de contribuir para a sociedade como cidadãos e profissionais. O primeiro ciclo é responsabilidade exclusiva do poder público municipal. Aqui cabe lembrarmos a

⁷ O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade foi criado em 2004 para conscientizar e mobilizar a sociedade civil e os governos para o alcance, até 2015, dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). É uma iniciativa da sociedade civil, apartidária e ecumênica, representada por um conjunto de empresas, governos e organizações sociais. Para envolver a sociedade e os governos no cumprimento dos ODMs, o Movimento busca mobilizar as diversas redes, fóruns de debate, Conselhos e demais movimentos temáticos

necessidade da boa estrutura do cidadão e esse, sabedor de sua parte na conservação do planeta para ele e para as futuras gerações.

2.3.3 Objetivo 3

Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

Dois terços dos analfabetos do mundo são mulheres e 80% dos refugiados são mulheres e crianças. Superar as disparidades gritantes entre meninos e meninas no acesso à escolarização formal será um alicerce fundamental (entre outros) para capacitar as mulheres a ocuparem papéis cada vez mais ativos, tanto no mundo econômico quanto na atividade política em seus países.

2.3.4 Objetivo 4

Reduzir a mortalidade infantil

Todos os anos, onze milhões de bebês morrem de causas diversas. É um número escandaloso, mas que vem caindo desde 1980, quando as mortes somavam 15 milhões. Os indicadores de mortalidade infantil falam por si, mas o caminho para se atingir o objetivo dependerá de muitos e variados meios, recursos, políticas e programas – dirigidos não só às crianças mas a suas famílias e comunidades também.

2.3.5 Objetivo 5

Melhorar a saúde materna

Nos países pobres e em desenvolvimento, as carências no campo da saúde reprodutiva levam a que a cada 48 partos uma mãe morra. A redução dramática da mortalidade materna é um objetivo que não será alcançado a não ser no contexto da promoção integral da saúde das mulheres em idade reprodutiva. O acesso a meios que garantam direitos de saúde reprodutiva e a presença de pessoal qualificado na hora do parto será portanto o reflexo do desenvolvimento de sistemas integrados de saúde pública.

2.3.6 Objetivo 6

Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças

Em grandes regiões do mundo, epidemias mortais vêm destruindo gerações e ameaçando qualquer possibilidade de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a experiência de países como o Brasil, Senegal, Tailândia e Uganda vem mostrando que podemos deter a expansão do HIV. Seja no caso da AIDS, seja no caso de outras doenças que ameaçam acima de tudo as populações mais pobres e vulneráveis como a malária, a tuberculose e outras, parar sua expansão e depois reduzir sua incidência dependerá fundamentalmente do acesso da população à informação, aos meios de prevenção e aos meios de tratamento, sem descuidar da criação de condições ambientais e nutritivas que estanquem os ciclos de reprodução das doenças.

2.3.7 Objetivo 7

Garantir a sustentabilidade ambiental

Garantir a sustentabilidade ambiental – possui como objetivos: incorporar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas e programas nacionais e inverter a perda de recursos ambientais . Um bilhão de pessoas ainda não têm acesso à água potável. Ao longo dos anos 90, no entanto, quase um bilhão de pessoas ganharam esse acesso à água bem como ao saneamento básico. A água e o saneamento são dois fatores ambientais chaves para a qualidade da vida humana e fazem parte de um amplo leque de recursos e serviços naturais que compõem o nosso meio ambiente – o clima, as florestas, as fontes energéticas, o ar e a biodiversidade – e de cuja proteção dependemos nós e muitas outras criaturas neste planeta. Os indicadores identificados para esse objetivos são justamente "indicativos" da adoção de atitudes sérias na esfera pública. Sem a adoção de políticas e programas ambientais, nada se conserva adequadamente, assim como sem a posse segura de suas terras e habitações, poucos se dedicarão à conquista de condições mais limpas e saudáveis em seu próprio entorno.

Portanto, a missão do poder público municipal em direção ao desenvolvimento sustentável, de acordo com o que se tem conhecimento , residirá na busca de viáveis soluções para a crise urbana e deverá ser pensada a partir do desenvolvimento sustentável do ambiente, segundo o qual a qualidade de vida nas cidades poderá ocorrer com o planejamento e administração sustentável do uso do solo, de acordo com o estabelecimento de um tipo de uso mais adequado do solo.

2.3.8 Objetivo 8

Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento

Muitos países pobres gastam mais com os juros de suas dívidas do que para superar seus problemas sociais. Já se abrem perspectivas, no entanto, para a redução da dívida externa de muitos Países Pobres Muito Endividados (PPME). Os objetivos levantados para atingir esse objetivo levam em conta uma série de fatores estruturais que limitam o potencial para o desenvolvimento – em qualquer sentido – da imensa maioria dos países do sul do planeta. Entre os indicadores escolhidos, estão as ajudas oficiais para a capacitação dos profissionais que pensarão e negociarão as novas formas para conquistar acesso a mercados e a tecnologias, abrindo o sistema comercial e financeiro não apenas para países mais abastados e grandes empresas, mas para a concorrência verdadeiramente livre de todos.

Conclui-se assim que não só os governos locais, mas toda sociedade civil e ONGs devem se empenhar no alcance dos objetivos, para que o sucesso seja alcançado.

2.4 Ecoeficiência Industrial e "ambientalização do consumo"

Segundo Donaire (1995), as preocupações com as questões ambientais em processo crescente atingiram o mercado, mudando inclusive o comportamento do consumidor, que exige produtos menos agressivos ao ambiente e tornam-se tão temíveis quanto os órgãos de controle. Essa colocação do autor pode ser traduzida em números:

- Pesquisas realizadas pela *Opinion Research/EUA* revelaram que, já em 1990, 27% afirmaram ter boicotado produtos por causa dos maus antecedentes ambientais do fabricante (Ex. Navio Exxon Valdez e posto Esso) e, 71% dos consumidores americanos mudaram a marca que consumiam devido a considerações ambientais (Duarte, 1997).
- Outra ilustração clara da mudança da postura do consumidor é a que a ABAL - Associação Brasileira do Alumínio apresenta. Em 1995, a organização constatou que a reciclagem fora apontada como oitava qualidade mais importante para o consumidor e, em 2000, a reciclagem aparece em primeiro lugar em importância (Gazeta Mercantil, 2000)

Nesse sentido, reforçando a tendência de incorporar ao produto os requisitos ambientais, a fim de satisfazer às necessidades do consumidor, Makower (1991), ao apresentar os dois objetivos-chave do Marketing Ambiental, cita:

- Desenvolver produtos que equilibrem necessidades dos consumidores, preço viável e conveniência, com compatibilidade ambiental, significa exercer um impacto mínimo sobre o meio ambiente; e
- Projetar uma imagem de alta qualidade, incluindo sensibilidade ambiental quanto aos atributos do produto e da embalagem e quanto ao registro de trajetória de seu fabricante no que se refere ao respeito ao meio ambiente.

Segundo Pauli (1996), a empresa que quiser ser vendedora no futuro terá que assumir compromissos morais, éticos e ambientais, pois esses constituirão o componente crítico da estratégia competitiva. Segundo este autor, o conceito de competência mudou, incorporando esses fatores ignorados anteriormente e que o consumidor passou a desejar.

Com vistas a alcançar um desempenho ambiental que satisfaça às necessidades do mercado tal como apontadas acima e, conseqüentemente, obter ganhos efetivos através da aplicação de posturas proativas na gestão dos processos, é necessária a utilização de ferramentas de gestão ambiental que possam avaliar as variáveis ambientais, ao longo desses.

Desta forma, é indiscutível que as empresas requeiram ferramentas técnicas, as quais lhes forneçam informações sobre impactos ambientais, associadas às atividades de produção de bens e serviços e que lhes respaldem uma atuação responsável. Neste contexto, a Análise do Ciclo de Vida do Produto (ACV), metodologia desenvolvida buscando uma avaliação objetiva dos impactos ambientais associados ao produto, em todos os seus estágios, desde a aquisição da matéria-prima até o descarte do produto final, torna-se excelente instrumento de Gestão Ambiental, visando aos propósitos acima traçados.

Através da aplicação da ACV na fabricação de seus produtos, a empresa poderá concluir qual ou quais os produtos que contribuem efetivamente, de forma negativa, para a elevação de padrões de emissões de poluentes nos méis líquidos, gasoso e sólido. Poderá verificar também, por exemplo, qual ou quais os produtos, relacionados em seu mix de fabricação, contribuem de forma significativa para o não atendimento a padrões de poluentes estabelecidos pela legislação, bem como aqueles padrões exigidos pelos clientes.

Assim destaca-se a Ecoeficiência, que é a forma pela qual os gestores se baseiam para gerir e direcionar as atividades empresariais (processos produtivos, bens e serviços) e seus impactos ao meio ambiente. É uma filosofia de gestão empresarial que incorpora a gestão ambiental.

Ser ecoeficiente implica adotar uma visão estratégica inovada e renovada de forma constante, contribuindo, assim, para o processo de desenvolvimento socioeconômico do país. São sete os elementos da ecoeficiência segundo Almeida (2002 apud Lisboa 2003)

- Redução do consumo de materiais com bens e serviços;
- Redução do consumo de energia com bens e serviços;
- Redução da emissão de substâncias tóxicas;
- Intensificação de reciclagem de materiais;
- Maximização do uso sustentável de recursos renováveis;
- Prolongamento da durabilidade dos produtos;
- Agregação de valor aos bens e serviços.

Nos últimos anos, houve alguns avanços na forma de pensar e agir dos consumidores. Mas ainda o grande desafio é de influenciar e modificar o pensamento das pessoas em relação ao consumo.

O consumo sustentável implica necessariamente numa politização, ou o que, segundo alguns autores, é denominado de "ambientalização do consumo", no sentido de caracterizar as práticas de consumo que transcendem as ações individuais, na medida em que articulam preocupações privadas e questões públicas. (Portilho, 2005)

O consumidor está passando por uma nova fase de consumo, portanto passa a desejar produtos ambientalmente mais econômicos, recicláveis e biodegradáveis, desde simples utensílios domésticos até carros que poluam menos o ambiente ou que possam ser reciclados. Esse consumidor pode ser denominado de Consumidor verde, devido a essa preferência. (Agner, 2006)

Lario, Díaz & Maya (2002), ao se referirem aos novos hábitos da população, na União Européia, com relação à disseminação do crescimento na busca por mercadorias produzidas de forma mais sustentável, destacam que, de 1992 ao ano 2000, houve um crescimento sustentável de quase 800% de áreas com agricultura ecológica.

La evolución positiva seguida por la agricultura ecológica en la Union Europea queda patente al comprobar el crecimiento sostenido desde 1992, año en que se promulga la mayoría de normas que la regulan y promueven, hasta la actualidad. Así, durante los nueve años transcurridos desde 1992 hasta 2000, la superficie de cultivo ha experimentado un aumento de casi el 800%, lo que supone un índice de crecimiento anual de 85%.

Se a característica de consumo da população mundial de forma mais sustentável está se solidificando, surge um questionamento: Para “salvamos” o planeta ainda nos nossos dias e para as futuras gerações todos devemos participar deste processo? A resposta óbvia para

tanto deveria ser sim, porém em um interessante estudo sobre as variáveis psicográficas que influenciam o comportamento do consumidor ecológico realizado na Espanha, entre os meses de janeiro e fevereiro do ano de 2001, por Andrés, Salinas & Esteban (2004), utilizando-se de uma amostra de 150 indivíduos na expectativa de encontrar o perfil do consumidor verde ou ecológico, demonstrou ao final da pesquisa que os governos e a sociedade civil deverão despende muito esforço em educação e melhoria na qualidade de vida, para que “toda” a população possa se tornar ecologicamente consciente ao consumir não só produtos, mas serviços.

En relación con los valores y estilos de vida de los individuos, hemos que las personas con un estilo de vida más austero reciclan más y lo mismo ocurre con las que poseen una ideología religiosa. Con respecto a la personalidad, se ha demostrado que las personas más solidarias o las que muestran un carácter más fuerte tienen un comportamiento ecológico mayor que las que no lo son. Y en el caso de la variable actitud, que recogía el compromiso real, verbal y afectivo con respecto al medio ambiente, ha quedado claro su relación con el comportamiento ecológico de los individuos.

Y aunque señalaron que existía una mayor predisposición a desarrollar comportamientos ecológicos en las personas con mayor nivel de educación. (García, Durana, Abando & Molina, 2003 p. 46)

Aurobindo (1997 apud Ribeiro 2000), corroborando com a afirmação acima de que o “todos” deve ser um todo completo, busca mostrar que enquanto o ser humano não pensar de forma holística ele próprio irá se deteriorar lentamente por pensar ser o único ser que deve receber benemesses.

Esse sentido de unidade também se recupera na visão holística, que se ocupa do todo (em grego, *holos*) e de sua relação com cada parte.

O meio ambiente é muito importante para ser tratado apenas a partir da razão, da ciência e da tecnologia. Essas, ainda que contribuam para seu conhecimento, são insuficientes para provocar mudanças significativas para proteger e melhorar o ambiente.

2.5 Agenda Ambiental na Administração Pública

O programa Agenda Ambiental na Administração Pública, identificado como A3P, é, nesta perspectiva, uma ação de caráter voluntário, que pretende induzir à adoção de um

modelo de gestão pública que corrija e diminua impactos negativos gerados durante a jornada de trabalho. Esse programa vêm sendo coordenado pela Secretaria de Políticas para o desenvolvimento sustentável, do Ministério do Meio Ambiente e tem levado sua experiência aos órgãos governamentais, nos três níveis de governo, mediante solicitação dos interessados.

A seguir, passamos a descrever o Programa, Agenda e Objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, contido no manual da A3P, encontrado no endereço eletrônico do Ministério do Meio Ambiente.

2.5.1 Programa Agenda Ambiental na Administração Pública

A sobrevivência das organizações públicas ou privadas está assentada - sem a menor dúvida - na nossa capacidade de atualizar o seu modelo de gestão, adequando-o ao contexto da sustentabilidade. Esse contexto envolve a inserção de critérios ambientais e sociais, mas é sobretudo uma ambiência nova, um modo de perceber as relações coletivas dentro de um constante aprimoramento da qualidade de vida do trabalhador, sua saúde e bem-estar. As demandas geradas pela administração pública nas três esferas, federal, estadual e municipal, revelam excessivo consumo de recursos naturais, razão pela qual o governo federal precisa assumir papel estratégico na indução de novos referenciais de produção e consumo, orientados para a sustentabilidade. Cabe também aos órgãos que compõem a administração pública dar o primeiro passo na direção da redução do consumo de recursos naturais, diminuindo impactos ambientais em suas atividades, incentivando o combate ao desperdício e criando programas de práticas de reaproveitamento e reciclagem de materiais.

2.5.2 Agenda Ambiental na Administração Pública

É um programa de caráter voluntário que se propõe a inserir critérios ambientais nas áreas de governo, visando a minimizar ou eliminar os impactos ao meio ambiente, provocados por atividades administrativas ou operacionais.

2.5.3 O objetivo da Agenda Ambiental na Administração Pública

É um programa que cuida da inserção de critérios ambientais nas áreas de governo, visando a minimizar ou eliminar os impactos ao meio ambiente, provocados por atividades administrativas ou operacionais.(Figura 2.3)

A implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública requer planejamento, além do desenvolvimento de ações educativas e de treinamento, das quais vai depender o seu sucesso. A ação só será efetiva com o comprometimento da instituição em minimizar ou eliminar impactos ambientais, diretos ou indiretos, decorrentes de suas atividades. Esse planejamento deverá apresentar procedimentos para atingir os objetivos estabelecidos e ter em destaque as ações de educação e treinamento.

Alguns aspectos geradores de impactos ambientais, devem ser observados em levantamentos preliminares e na elaboração de diagnóstico de cada instituição.

A figura 2.3 representa a implementação das ações públicas para preservação ambiental.



Figura 2.3 Implementação das ações públicas para preservação ambiental em seu âmbito

Fonte: <http://www.mma.gov.br/port/sds/a3p/doc/a3p.pdf>(pg17)

Muitas organizações e instituições governamentais ou não-governamentais têm construído agendas ambientais e agendas 21. Nesse processo, pensar sobre o meio ambiente e

suas interfaces equivale a desenvolver um plano de ações que contemple as possibilidades de execução de cada instituição.

Numa perspectiva mais ampla, à A3P soma-se toda instituição que já se moveu no sentido de que é preciso repensar sua posição diante das ações que vêm sendo realizadas antecipadamente pela iniciativa privada.

Antes de desencadear uma ação dessa natureza, é preciso que seja estabelecido um processo metodológico básico, contínuo, capaz de orientar as etapas, desde a sua concepção até a implementação das ações e sua manutenção.

Capítulo 3

Estudo de Caso nos municípios de Ibitinga e São Carlos

3.1 Detalhamento do desenvolvimento do estudo de casos

Para atingir os objetivos propostos no início deste trabalho, ou seja, estudo de caso sobre os mecanismos gestores de ação ao encontro do desenvolvimento sustentável nos municípios de Ibitinga/SP e São Carlos/SP, organizou-se a pesquisa de campo da seguinte forma: durante o 2º semestre de 2006 e 1º semestre de 2007, fez-se o levantamento das informações por meio de entrevistas e análise do documentos.

Com relação às entrevistas, essas foram realizados com o Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente e a Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e da Educação na cidade de Ibitinga, ocorrendo no final do primeiro trimestre de 2007. A entrevista foi aberta, ou seja, delimitou-se apenas o tema geral – ações municipais em direção ao desenvolvimento sustentável – e a partir daí exploraram-se os aspectos colocados pelo entrevistado. Foram realizadas duas entrevistas em cada secretaria, totalizando por volta de 6 horas de entrevistas.

Já no município de São Carlos, houve o levantamento de publicações, Boletim Observatório Econômico de São Carlos-2006, Projetos & Parcerias- Resultados de Projetos de Parcerias da Prefeitura Municipal com Universidades e Instituições de Pesquisa-2001-2004, Anais da II Mostra de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas Municipais-2005, São Carlos – 3º Milênio Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável (Tundisi, e outros 2000) e informações junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia. Somado a isso, levantou-se uma apresentação realizada pelo Prefeito Municipal de São Carlos com relação às ações municipais e aos objetivos do milênio, realizada neste ano de 2007, no Centro da Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP.

Serão apresentadas as características gerais de cada município, com o intuito de apresentar o contexto em que se desenvolveu a pesquisa. Logo após apresentam-se as informações levantadas e uma análise geral.

3.2 Levantamento de dados característicos e ações do município de Ibitinga

3.2.1 Ibitinga “Capital Nacional do Bordado”

As informações a seguir foram baseadas no site da prefeitura municipal de Ibitinga - www.ibitinga.sp.gov.br , IBGE (www.ibge.gov.br/home/estatistica/contagem2007/default. e www.ibge.gov.br/cidadesat.)

O município de Ibitinga possui o Brasão conforme ilustra a figura 3.1.



Figura 3.1. Brasão do Município de Ibitinga

A origem do nome Ibitinga é tupi-guarani:

- ibi = terra
- tinga=branca

Em 1842, aconteceu em Minas Gerais a Revolução Liberal, rebelião que foi controlada pelas forças Imperiais, mas os fatos forçaram muitas famílias a procurarem novas terras. Essa é uma das teorias para explicar a migração para o interior paulista. Outros historiadores acreditam que a decadência da mineração do ouro seja o motivo.

Foi no final desse ano que as famílias mineiras, Landim e de Pedro Alves de Oliveira (Velho Amaro), chegaram à região de “Campos de Araraquara”, de onde “os Amaro” partiram para o norte e fundaram a cidade de Boa Vista das Pedras, mais tarde conhecida como Itápolis. “Os Landim” rumaram para o sul e se estabeleceram na cachoeira de Wamicanga, povoado que foi quase dizimado pela febre palustre e por ataques indígenas. Partiram então, em direção ao nordeste até chegarem na confluência dos córregos Saltinho e São Joaquim, terra que foi dividida entre o clã, para que fosse melhor cultivada.

A Miguel Landim coube a região entre o Córrego São Joaquim e o *Córrego Água Quente*, onde foi formado o povoado da "Capela da Água Quente", sendo que, o ano provável da fundação é 1860.

No dia 03 de outubro de 1870, Miguel Landim e sua esposa Ana Custódio de Jesus, doaram à Mitra Diocesana o patrimônio onde se formou a Vila de Ibitinga.

Em 1885, por Lei provincial de número 105, Ibitinga foi elevada à categoria de "Distrito de Paz" e em 04 de julho de 1890, por força da Lei de número 66, assinada pelo então governador, Prudente de Moraes Barros, teve a sua emancipação político-administrativa.

Em 1987, o município tornou-se Área de Proteção Ambiental.

Em 1992, de acordo com a Lei nº 8.199, o município foi elevado a "Estância Turística"

3.2.1.1 A Indústria e o comércio do Bordado

A indústria e o comércio de bordados são os grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico de Ibitinga nos últimos anos.

Nos anos 30, o bordado se propagou através das mãos mágicas de mulheres como dona Dioguina Martins Sampaio Pires, dona Maria Gonçalves Amorim Grilo, dona Marieta Macari Pires e dona Maria Braga. Elas ensinavam a arte do bordado em máquinas de costurar, conhecida como "maquininha", para as moças e jovens senhoras ibitinguenses. O bordado era o complemento da renda familiar.

A evolução na forma de produção e nas matérias-primas utilizadas foi rápida e as máquinas elétricas chegaram através da "Escola de Bordados Singer" (nos idos de 1969-1970), que foi montada por Gottardo Juliani, revendedor da marca, que projetou a máquina elétrica especialmente para atender ao mercado de Ibitinga. Neste momento, o bordado passava a se tornar fonte principal de renda. Hoje, a tecnologia aprimorou as máquinas e os produtos utilizados na fabricação das confecções bordadas, mas o grande "segredo do sucesso" é a mão-de-obra, com acabamentos e processos artesanais, que se especializa a cada dia.

3.2.1.2 A Feira do Bordado "33 anos de História"

A Feira do Bordado aconteceu pela primeira vez em 1974 e em 1975, foi oficializada como Festividade de Interesse Turístico, sendo denominada de “Feira do Bordado de Ibitinga”. Os setores da indústria e do comércio iniciaram um processo de reciclagem, buscando a qualificação da mão-de-obra e aumentando a oferta de trabalho no mercado de produção de confecções bordadas.

Nesse período, a cidade se desenvolveu rapidamente. O então Prefeito Municipal, Sr Nicola Lucínio Sobrinho, valorizando o trabalho dos ibitinguenses, condicionou para Ibitinga o título de Capital Nacional do Bordado, codinome que hoje é conhecido em todo o país.

3.2.1.3 Indicadores Físicos do Município de Ibitinga

- Área: 689 Km²;
- Distância até Capital: 360 Km;
- Terreno levemente inclinado;
- Solo argiloso do tipo – Terra Roxa, com estreita faixa de solo arenoso;
- Está localizada a 455 metros acima do nível do mar;
- Clima quente com inverno seco; Temperaturas Médias: Máxima 32°C - Mínima 5°C;

3.2.1.4 Indicadores Geográficos do Município de Ibitinga

O município está localizado no centro geográfico do Estado de São Paulo, Vale do médio Tietê, à sua margem direita, sendo a latitude 21°45'23 “e longitude 48°49'08”. Os municípios limítrofes são:

- Norte: Itápolis;
- Leste: Tabatinga e Nova Europa;
- Sudeste: Boa Esperança do Sul;
- Sul: Itaju;
- Sudoeste: Iacanga;
- Noroeste: Borborema.

3.2.1.5 Indicadores de Hidrografia do Município de Ibitinga

Abundante rede fluvial contorna e limita o Município: Rio São Lourenço, Ribeirão dos Porcos e Rio Jacaré Pepira, tributários do Rio Tietê e cortando o município no sentido leste/oeste corre o Rio Jacaré-Guaçu, que também deságua no Tietê.

A sede do município é banhada pelos córregos Água Quente, Capim Fino, Taquara do Reino, Saltinho e São Joaquim.

3.2.1.6 Indicadores Demográficos do Município de Ibitinga

- População em 2000(IBGE): 46.620;
- População em 2007(IBGE): 49.951
- Taxa de Urbanização (Em %) em 2000: 94,08;
- Taxa geométrica crescim. anual da população - 1991/2000 (Em % a.a.) 2000: 2,25.

3.2.1.7 Indicadores Econômicos do Município de Ibitinga

- PIB a Preço de mercado corrente (IBGE,2005) - R\$ 479.225,00
- População (IBGE, 2007) 49.951 habitantes
- PIB per capita R\$ 9.594,00

3.2.1.8 Indicadores Educacionais do Município de Ibitinga

O município conta hoje com três Faculdades que são: FACEP-Faculdade Centro Paulista de Ibitinga, FAIBI - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ibitinga e ITE - Instituição Toledo de Ensino, oferecendo os cursos de Administração, Direito, Turismo, Letras, Pedagogia e cursos Latu sensu nas áreas de Educação, Administração e Direito.

3.3. As ações municipais em direção ao desenvolvimento Sustentável e os Objetivos do Milênio: município de Ibitinga

O item a seguir apresenta as ações levantadas no município de Ibitinga com relação ao desenvolvimento sustentável, relacionando-as com os objetivos do milênio.

Os objetivos do Milênio foram instituídos pela ONU e ratificados pelos países membros como uma coletânea de todas as conclusões levantadas nos últimos encontros mundiais desse órgão. Assim, os objetivos abrangem: educação, saúde, desenvolvimento, sociedade e meio ambiente. Essa abrangência se mostra adequada para direcionar a análise do presente trabalho.

No caso específico de Ibitinga, a metodologia utilizada, foi à entrevista aberta, pois o município não possui nenhum material publicado, demonstrando as ações e resultados para

que se pudesse analisar. Assim, a seguir, transcrevem-se os resultados das entrevistas realizadas no município de Ibitinga.

3.3.1 Análise das ações envolvendo o Objetivo 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome

Em entrevista realizada no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social com a Srta. Vanessa P. de Oliveira, Assistente social responsável pela coordenação de projetos sociais, essa colocou que a mentalidade da Assistência no Município deixou nos últimos 2 anos de ser “assistencialista”, ou seja, só ficar entregando cesta básica e pagando contas de luz e água e passou para uma nova fase que ela definiu como: “ensinar a pescar.”

Observou-se que os gestores públicos entrevistados não compartilhavam de uma visão “uniforme” sobre o desenvolvimento sustentável. A maioria visualiza como uma “processo de crescimento econômico estável” e indicaram não haver uma discussão profunda envolvendo os gestores e a sociedade com relação ao tema.

“O governo Federal, através de suas secretarias responsáveis, vem impondo vários projetos de âmbito social e, assim, várias secretarias municipais apenas estão fazendo aquilo que já vem pronto e explicado, mas nossa secretaria “abraçou “a idéia de irmos mais adiante; ou seja, deixarmos de ser apenas assistencialistas e passamos a ser instrutores de como se pescar. Isso apesar de sermos apenas 3 assistentes sociais para uma população total de 49.951(Dados Secretaria planejamento do Estado de São Paulo)”, são palavras da Assistente,

Os projetos desenvolvidos são:

1. Projeto Ação para o Trabalho: com recursos do Governo Federal, Estadual e Municipal, criou-se a oficina profissionalizante de costura reta industrial (fotos 1 e 2).

O município vinha à Secretaria em busca de satisfazer suas necessidades emergenciais. A secretaria então o incluía no Programa Renda Cidadã (São R\$ 60,00 por mês. Programa do Governo do Estado de São Paulo) e, para esses cidadãos, o maior problema era a falta de emprego, falta essa que se dava, pois ele não conhecia absolutamente nada do processo com relação à Indústria do bordado.

Assim, se por parte da pessoa é demonstrado interesse nesse aprendizado, o mesmo é incluído no projeto profissionalizante e com os R\$ 60,00 da Renda Cidadã ele se dirige ao Banco do Povo e através de um financiamento simplificado, adquire sua própria máquina e o produto de seu trabalho passa a ser vendido nas feiras artesanais do município.

Após 1 ano e meio, já foram formadas 164 pessoas/profissionais qualificados, dos quais 101 estão registrados em empresas do setor.



Foto 1: Centro de Aprendizado “Ação para o Trabalho”



Foto 2: Oficina de Costura-“Ação para o Trabalho” - Ibitinga

2. Resgate da cidadania: no município existem três focos de favelamento conhecidos como “Dorme em pé, São Francisco (foto 3) e São João da Escócia” num total aproximado de 95 famílias/casas.

Nesses locais, grande parte dos moradores não possui documentos, há incidência de alcoolismo, drogas e alto índice de natalidade e alguns deles possuem registros de passagem pela polícia.



Foto 3: Núcleo de “favelamento” São Francisco-Ibitinga

Nesse projeto, o que se busca é dar a eles a cidadania, através do encaminhamento para se fazer os documentos e assistir palestras, além de visitas domiciliares.

3. Projeto Acolher: devido às grandes áreas de plantio de cana-de-açúcar no município, nos períodos de safra deslocam-se principalmente dos municípios de Riachão do Jacoipe e Cícero Dantas, ambos do Estado da Bahia, vários trabalhadores agenciados por empreiteiros que visam apenas ao interesse pela mão-de-obra desses, ou seja, garantem a eles apenas a sua colocação em alguma(s) fazenda(s) para o trabalho. Assim, a moradia e o dinheiro para fazer a primeira compra de alimentos ficava por conta dos empreiteiros. Isso se tornava uma tarefa quase impossível, até porque vinham sem documentos. Então o município criou esse programa que acolhe os mesmos, incluindo-os no renda cidadã, porém alojando-os em instalações ainda um tanto precárias, mas que pelo acompanhamento observa-se que após uns 3 meses, eles já passam a conseguir se instalar decentemente em casas por eles alugada .

4. Cooperativa de Reciclagem (foto 4): a Prefeitura eliminou os moradores do “lixão” e construiu uma cooperativa de reciclagem no local, onde uma associação administra, rendendo aos mesmos no mínimo R\$ 700,00 por mês.(foto 5)



Foto 4: Cooperativa no “lixão”- Ibitinga



Foto 5: Cooperados trabalhando na seleção de materiais Ibitinga

Todos esses programas são considerados e planejados pela Secretaria de Serviço Social com o intuito de não serem assistencialistas. Além desses, existem os que são puramente assistencialistas, ou seja, os emergenciais: distribuição de cestas básicas, roupas, remédio e leite em pó para crianças de até 7 anos, além de ajudar com passagem de ônibus.

3.3.2 Análise das ações envolvendo o Objetivo 2: Atingir o ensino básico universal

No que foi levantado após a entrevista com a Sr^a Secretária Municipal da Educação, Branca Elizabeth Corrêa Vergaças, o único programa desenvolvido pelo município relaciona-se à capacitação dos professores, e após esse programa cada escola passa a desenvolver projetos que mais representem a realidade de sua localidade. A cobrança da efetivação desses projetos fica praticamente a cargo da direção da própria escola.

Apesar da realização do referido programa, a Prefeitura investiu nos últimos anos na construção e reforma de algumas unidades escolares de bairros como por exemplo a construção da EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil) do Jardim Felicidade, além da construção, no Jd Natália, do CIEI - Centro Integrado de Educação de Ibitinga que, segundo a Prefeitura será um modelo para a região, pois no mesmo espaço estarão contidas áreas amplas para atividades físicas, incluindo ginásio coberto e piscina.

Há também um investimento maior na segurança dos estabelecimentos de ensino, com monitoramento e um maior efetivo de guardas municipais fazendo as rondas escolares, visando a combater as ações de vandalismo.

3.3.3 Análise das ações envolvendo o Objetivo 3: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

A Srta. Vanessa P. de Oliveira (Assistente Social) uma das responsáveis pelos projetos e programas de assistência no município, esclareceu que não existe nenhum projeto voltado a promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres de forma objetiva; ou seja, um projeto que desenvolva essas ações diretamente, mas esclareceu que em boa parte dos projetos da Secretaria do Desenvolvimento Social há um tratamento especial para as mulheres, como por exemplo buscar identificar os casos de violência doméstica, onde após a identificação, o casal é submetido a visitas das agentes e é incluído num processo de triagem com psicólogos.

3.3.4 Análise das ações envolvendo o Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil

Em entrevista, a Coordenadora da vigilância epidemiológica e planejamento do município, a enfermeira Maria da Graça Endres, descreve a seguir as ações referentes não só ao objetivo 4, mas também os objetivos 5 e 6:

1. Comitê Mortalidade materno e Infantil: Implantado em 2004, com a portaria nº 8.744 de 17/06/2004 e alterada pela de nº 9.127 de 19/07/2006, o Comitê é composto por 6 profissionais, sendo: uma técnica em enfermagem do posto de saúde e uma enfermeira, um ginecologista e obstetra e um pediatra, além de mais uma enfermeira do Hospital Municipal e mais uma do Pronto socorro. A função deles é fazer o levantamento das causas da morte da criança, observando se a mesma poderia ser evitada. O comitê sugere ao gestor (hospital, Centro de Saúde, etc) que melhore suas ações, para que isso não mais ocorra, não sendo punitivo, pois os óbitos podem ou não ser evitados.
2. Capacitação para profissionais: devido ser entre zero a 28 dias o período em que ocorre a maior incidência de óbitos entre os recém-nascidos, existe no município uma Capacitação para profissionais voltados à assistência hospitalar para esses pacientes.

3 - Garantia do atendimento ao recém-nascido, crítico na referência. Quando se diz referência, está-se buscando demonstrar qual cidade tem o atendimento hospitalar mais sofisticado para o atendimento da região. No caso de Ibitinga, é Araraquara.

Hoje, o município já conseguiu a promessa de instalação de uma UTI neonatal, pois o mesmo conseguiu criar uma micro região (Itápolis, Tabatinga, Nova Europa e Borborema), atingindo assim o número mínimo de casos para a criação da mesma.

4 - Imunização do recém nascido no berçário. Já no berçário as crianças são imunizadas contra a Hepatite B e a BCG (Tuberculose). Essa ação acaba sendo um diferencial, pois, conforme foi explicitado, uma boa parte dos municípios, por muitas vezes não possuem recursos disponíveis para contratar um funcionário para esse serviço, ou seja, fazer a visita ao hospital todos os dias para vacinar essas crianças, acaba deixando para a criança tomar todas essas vacinas quando ela tiver alta e procurar o Centro de Saúde para ser imunizada. O problema reside exatamente no quanto irá demorar para esses pais irem ao Centro de Saúde e com isto a criança fica sem a imunização.

Além disto, desde a primeira consulta, as crianças passam a ser monitoradas e suas anotações colocadas em uma planilha para verificar se sua nutrição está correta.

3.3.5 Análise das ações envolvendo o Objetivo 5 : Melhorar a saúde materna

Conforme descrito no início das considerações do Objetivo 4, acima, passamos a enumerar as ações envolvendo o Objetivo 5:

1. Captação precoce das gestantes em todas as Unidades Básicas: nesse programa, evita-se a grande burocracia e o atraso no cuidado com a gestante, pois quando a mulher ia a uma Unidade Básica com sintoma de gravidez, só se conseguia fazer o exame após ser realizado uma consulta médica, e essa deveria ser agendada. Até ela ser consultada e captada para o pré-natal, já havia, às vezes, se passado 4 meses. Há aproximadamente 2 anos (2005), criou-se o teste rápido de gravidez. A gestante chega com indícios, já se faz o teste em todas as unidades básicas. Dando positivo, a paciente já sai da Unidade Básica com o pedido de todos os exames e encaminhada já para o pré-natal. Quando da primeira consulta, o médico já recebe todos os resultados dos exames e a gestante já é encaminhada para o pré-natal.

2. Prioridades: a gestante que chega a uma unidade de Saúde e queixa-se de algo, imediatamente é colocada para pronto atendimento. Ela tem a garantia ao pré-natal, em qualquer uma das Unidades Básicas de Saúde do município.

Garantia de todos os exames e vacinas acordados com o SIS pré-natal (Programa de Humanização no pré-natal e nascimento), programa do Ministério da Saúde, que consiste em passar para as Secretarias Municipais de Saúde um rol de itens para serem cumpridos pelas gestantes, acompanhadas mês-a-mês, como por exemplo: todas as vacinas devem ser tomadas, todos os exames e pré-natais realizados e, se assim for, ao serem cumpridos esses passos as Secretarias são “premiadas” por gestante que acompanhadas terminaram com êxito todo o processo com uma verba que hoje (2008) equivale a R\$ 40,00.

3. Execução do protocolo de redução da Transmissão vertical do HIV nas gestantes infectadas; ou seja, quando se descobre nos exames pré-natais que a gestante é portadora do Vírus, ela inicia o tratamento no próprio município.
4. Vigilância nutricional das gestantes: durante o pré-natal a gestante é monitorada em relação a sua nutrição.
5. É garantido o encaminhamento (oferecendo nesse caso a ambulância para o transporte) dentro do Sistema de referência e contra referência à gestante de risco e, neste caso, a referência é São Carlos e Ribeirão Preto.
6. Curso de gestante; educativo e em grupo. Realizado pelo Centro de Saúde Central
7. Planejamento familiar: programa da Rede básica e do Hospital onde a mulher é captada no pré-natal e pós-aborto, incluída dentro de um grupo educativo no qual entra em contato com todos os métodos contraceptivos e escolhe o melhor pra si.

3.3.6 Análise das ações envolvendo o Objetivo 6: Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças

Para todas as doenças transmissíveis de forma viral, a Secretaria Municipal de Saúde de Ibitinga vale-se dos programas de observação de casos, desde sua suspeita, até sua confirmação e encaminhamento para tratamento que é realizado no próprio município.

Para a Dengue, o município possui uma equipe de funcionários qualificados para fazer visitar de 45 em 45 dias em pontos estratégicos, como por exemplo: borracharias, floriculturas, escolas, hospitais e a cada dois meses nas residências, sendo que o município é dividido em 5 setores.

Os casos de suspeitas, ao serem identificados nas unidades de saúde do Município, no Pronto Socorro, na Santa Casa ou no Hospital Aliança (Rede Particular-UNIMED) são encaminhados ao Centro de Saúde Central do Município e a partir de então esses pacientes passam a ser monitorados e tratados. O objetivo central da Secretaria é que, quanto mais rápido os casos são identificados mais rapidamente passam a ter os cuidados necessários para terem seus sintomas tratados e para que possam, em casos mais graves (como a AIDS), terem uma condição de vida mais humanizada.

No caso da Hepatite viral, o município conta com um ambulatório para atendimento e acompanhamento aos pacientes infectados.

3.3.7 Análise das ações envolvendo o Objetivo 7: Qualidade de vida e respeito ao Meio Ambiente

As informações sobre os projetos ou programas de sustentabilidade ambiental do município, foram explicitadas através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, na pessoa do Srº secretário, Gumercindo José R. Bernardi.

Na visão do secretário, o programa de maior vulto realizado a partir de outubro de 2007 e com previsão de término não fixada, é o programa de recuperação das matas ciliares do município. O programa contou com a parceria de órgãos do poder público estadual, da participação do município, entidade educacional de pesquisa e ONG.

O levantamento das árvores nativas que poderiam ser plantadas às margens foi realizado por biólogos da USP (Universidade de São Paulo) de Piracicaba. Os recursos para o programa vieram do Banco Mundial (valores que virão após a consecução de etapas) , o programa é dirigido e criado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e a de Agricultura e a ONG ECOIBI é a responsável pela execução do programa no município. O referido programa tornou-se realidade no município devido à viabilização dada pela lei nº 2.899, de 14 de agosto de 2006, que “Cria o Programa de Preservação Ambiental de Córregos e Nascentes do Município”, de autoria do Srº Secretário Gumercindo José R. Bernardi, enquanto vereador em exercício.

Art. 1º - Fica criado o Programa de Preservação Ambiental de Córregos e Nascentes que abastecem o sistema de captação de águas superficiais do Município da Estância Turística de Ibitinga.

Art. 2º - Os córregos a serem preservados são os denominados Córregos da Água Quente, Córrego da Cruz do Cigano, Córrego Queixada e seus respectivos afluentes e nascentes.

Outro programa é o do viveiro municipal que tem condições de produzir 200 mil mudas/ano para a produção de árvores nativas e árvores para a área urbana.

Quanto ao programa de coleta seletiva, ocorre apenas no momento em que o “lixo” chega no aterro sanitário; ou seja, não existe uma campanha de conscientização para tanto, que poderia ser realizado conjuntamente com a Secretaria Municipal de Educação. Essa seleção ocorre no aterro, inclusive por que no local existe uma usina que seleciona o mesmo para envio à reciclagem. Quanto ao aterro, foi implantado um programa de melhoramento do mesmo, onde foi implantado um sistema de monitoramento de contaminação do lençol freático; sistema de dispersão de gases, proporcionado por uma canalização que expelle os gases acumulados no subsolo.

Nos dados levantados no SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto, fornecidos pelo Srº Antonio Geraldo Bazoni (Chefe de setor de serviços) demonstra-se que no município a cobertura é de 98% das residências que têm água encanada e tratada e na rede de esgoto, 95% dela é coletada. Após a construção da Lagoa de tratamento dos efluentes passará de simples coleta para tratamento dos mesmos, sendo que os 3% de diferença entre água e esgoto reside no fato de haver ainda algumas casas ribeirinhas que lançam o esgoto diretamente nos córregos que estão presentes no município (Saltinho e São Joaquim) e isso ocorre devido à dificuldade de se retificar as áreas para a passagem do mesmo, pois essas propriedades têm como limite de sua extensão a rua e o córrego.

O Município de Ibitinga é cortado por dois córregos: o Saltinho (2 Km + 900 m aproximadamente) e o São Joaquim (5 Km aproximadamente).

O Córrego Santinho está com 90% de seu leito canalizado e com os coletores de esgoto implantado lateralmente à margem do mesmo. Já o São Joaquim está com 20% de seu leito canalizado, porém já possui aproximadamente 80% de seu percurso com a rede de coletor de esgoto efetivado. Todas essas canalizações já estão direcionadas para a Lagoa de

tratamento dos efluentes que está com seu projeto aprovado pelo DAAE, DEPRN, inclusive já foi realizada uma prospecção arqueológica no local, pois surgiu vestígio de população antiga na área. No momento, está apenas faltando a autorização final da CETESB, que possui todo o processo em seu departamento.

Ainda discorrendo sobre a qualidade de vida que emana da verdadeira sustentabilidade, em entrevista realizada junto à Secretaria do Planejamento, na pessoa da Sr^a secretária Maria Luiza da Silva Rodrigues, o município que hoje conta com 50.076 habitantes (IBGE censo 2007) possui aproximadamente um déficit 1.700 habitações. O programa que colaborou para a redução deste déficit foi um convênio realizado entre a prefeitura e o CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) para a construção de 295 unidades de casas pelo sistema de mutirão no Bairro Santo Antonio (foto 6), que se iniciou em 2003, cujas casas serão entregues nesse ano (2007). O mutuário forneceu a mão-de-obra e o CDHU o material, que será pago pelo mutirante, de acordo com a quantidade de pessoas na família e a renda total desses.



Foto 6: Casas Mutirão - Bairro Santo Antonio - Ibitinga

Das 295 unidades, aproximadamente 95 delas foram direcionadas para o processo de exclusão de 02 pontos de favelamento do município, que são as localidades denominadas São Francisco (“dorme em pé”) e São João da Escócia, além de três famílias do ex-lixão, alvo que, segundo a secretária foi alcançado.

Para a efetivação de novas políticas públicas em direção à sustentabilidade ambiental e à qualidade de vida do município, o poder público local, através da Lei nº 2.908, de 06 de outubro de 2006, que Instituiu o Plano Diretor Participativo do Município da Estância Turística de Ibitinga, estabelece diretrizes gerais de política de desenvolvimento urbano. Em seu artigo 2º, deixa muito claro esse compromisso:

Art. 2º - O Plano Diretor é o principal instrumento da política de desenvolvimento urbano e ambiental da Estância Turística de Ibitinga, traça as regras da política urbanística, aprofundando as orientações quanto ao conceito de qualidade de vida, satisfação dos valores da dignidade da vida e da

pessoa humana e é aplicável a todo o território municipal e referência obrigatória para os agentes públicos e privados que atuam no Município.

Além das legislações supracitadas, não se pode deixar de incluir no rol das mesmas a Lei nº 2.292, de 31 de março de 1998, que “dispõe sobre licenciamento de projetos, para fins de implantação de obras, equipamentos e atividades promovidos por entidades públicas ou particulares de significativa repercussão ambiental e na infra-estrutura urbana”, propositada pelo Projeto de Lei nº 109/97, de autoria dos Vereadores Francisco das Chagas Azevedo e João Batista Barbosa.

Art.1º - O licenciamento de projetos de implantação de obras, equipamentos e atividades promovidos por entidades públicas ou particulares de significativa repercussão ambiental e na infra-estrutura urbana deverão ser instruídos com Relatório de Impacto Ambiental - RIMA - conforme disposto nesta Lei.

§ 1º - São projetos de significativa repercussão ou impacto ambiental aqueles que provocam a deterioração das condições da qualidade de vida instaladas em um agrupamento populacional ou alterar as propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente e afetar:

- a) a saúde, a segurança e o bem-estar da população;*
- b) as atividades sociais e econômicas;*
- c) a biota;*
- d) as condições sanitárias e estéticas do meio ambiente;*
- e) a qualidade de recursos ambientais;*
- f) o patrimônio cultural artístico, histórico e arqueológico do Município;*
- g) a qualidade de acesso à infra-estrutura urbana instalada;*
- h) as relações convencionais e de vizinhança.*

§ 2º - São projetos com significativa repercussão na infra-estrutura urbana aqueles que provocam modificações estruturais no ambiente urbano e afetam, direta ou indiretamente:

- a) o sistema viário;*
- b) o sistema de saneamento básico;*
- c) o sistema de drenagem;*
- d) o sistema de eletricidade e telecomunicações;*
- e) qualquer outro elemento da infra-estrutura não relacionado nos incisos anteriores.*

Art. 7º - Enquanto não for aprovado o Relatório de Impacto Ambiental pelo órgão competente, não será concedido o licenciamento da obra ou atividade e

nenhuma providência de implementação, implantação e executória do empreendimento, mesmo preliminar, poderá ter início.

§ único - A sociedade civil terá sua manifestação assegurada não só pela audiência pública, como pelas demais formas previstas em lei, devendo o Executivo garantir em regulamentação procedimentos e atribuições dos órgãos municipais a respeito.

3.3.8 Análise das ações envolvendo o Objetivo 8: Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento

Nesse objetivo, conforme a visão holística de desenvolvimento já analisada por Furtado (2000) no início de nosso trabalho, onde o desenvolvimento deve alcançar três dimensões que são o incremento da eficácia do sistema social de produção, a satisfação das necessidades elementares da população e a consecução de objetivos da classe dominante, pode-se observar que em todos os objetivos já analisados, cada um deles tem uma parte a desempenhar na questão do desenvolvimento, tendo em vista que as ações dos objetivos 1, 2, 5 6 e 7 estão ligados à dimensão da satisfação das necessidades elementares da população e no caso do nº 7 também na eficácia do sistema de produção e, por conseqüência, se a população estiver bem acolhida pela municipalidade a consecução dos objetivos da classe dominante será mais facilmente alcançada.

Ainda para satisfazer o objetivo 8, o município tem em funcionamento, desde janeiro de 2002, o Banco do Povo, o qual atende aos munícipes de baixa renda e que não tem como comprovar renda.

Pode-se concluir que o poder público local buscou encontrar maneiras de avançar em direção aos Objetivos do Milênio, mas que se identificou carências na consecução de ações para os Objetivos 2, 3, 7 e 8, destacando-se o 3 e 8 que possuem não uma carência, mas uma ausência de ações. Por outro lado, para com os objetivos 1, 4 e 5, as ações desenvolvidas alcançam resultados altamente satisfatórios, como é o caso da proteção dos recém nascidos que está servindo até mesmo de modelo para outros municípios.

3.4 Levantamento característico e ações do município de São Carlos

3.2.2 São Carlos “Capital da Tecnologia”

As informações a seguir foram baseadas no site da prefeitura municipal de São Carlos-www.saocarlos.sp.gov.br, IBGE (www.ibge.gov.br/home/estatistica/contagem2007/default e www.ibge.gov.br/cidadesat).

A figura 3.2 apresenta o brasão do município de São Carlos.



Figura 3.2: Brasão do município de São Carlos

A região começou a ser povoada, no final do século XVIII, com a abertura de uma trilha que levava às minas de ouro de Cuiabá e Goiás. A história de São Carlos teve início em 1831, com a demarcação da Sesmaria do Pinhal. Na data da fundação, 4 de novembro de 1857, a povoação era composta por algumas pequenas casas ao redor da capela e seus moradores eram, em sua maior parte, herdeiros da família Arruda Botelho, primeiros proprietários das terras da Sesmaria do Pinhal.

São Carlos foi elevada à categoria de vila em 1865 e a Câmara Municipal foi empossada. Em 1874, a vila contava com 6.897 habitantes e destacava-se na região pelo seu rápido crescimento e importância regional. Em 1880, passou de vila a cidade e em 1886, com uma população de 16.104 habitantes, já possuía ampla infra-estrutura urbana.

Entre 1831 e 1857, foram formadas as fazendas de café pioneiras, marcando o início da primeira atividade econômica de maior expressão, em São Carlos. A lavoura cafeeira chegou à Fazenda Pinhal, em 1840, e se espalhou por todas as terras férteis no município, tornando-se o principal produto de exportação.

A cidade surgiu no contexto da expansão da lavoura cafeeira, que foi marcante nas últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras do século XX. A chegada da ferrovia, em

1884 propiciou um sistema eficiente para escoar a produção para o porto de Santos e deu um grande impulso ao desenvolvimento da economia da região.

Nas últimas décadas do século XIX, ocorreu o fenômeno social que mais influência deixou na região central do Estado de São Paulo: a imigração. São Carlos recebeu imigrantes alemães, trazidos pelo Conde do Pinhal em 1876 e, de 1880 a 1904, o município foi um dos principais pólos atrativos de imigrantes do Estado de São Paulo. A grande maioria deles era originária das regiões setentrionais da Itália. Os imigrantes vinham para trabalhar nas lavouras de café e, graças às suas habilidades, atuavam também na manufatura e no comércio.

No início do século XX, existiam inúmeras sociedades culturais e de ajuda mútua que desenvolviam atividades sociais, com a finalidade de promover a educação, destacando-se a Vittorio Emanuele, de 1900 e a Dante Alighieri, de 1902. A presença de imigrantes italianos era tão grande que, durante as primeiras décadas do século XX, o governo italiano manteve um vice-consulado em São Carlos. A crise cafeeira de 1929 levou os imigrantes a deixarem a atividade rural, passando a trabalhar no centro urbano como operários nas oficinas, no comércio, na prestação de serviços, na fábrica de artefatos de madeira e de cerâmica e na construção civil.

Os fazendeiros aplicavam os lucros obtidos com o café na constituição de várias empresas em São Carlos: bancos, companhias de luz elétrica, de bondes, telefones, sistemas de água e esgoto, teatro, hospitais e escolas, fortalecendo a infra-estrutura urbana e criando condições para a industrialização. Com os conhecimentos dos imigrantes e com a chegada de migrantes de outros centros urbanos, nas décadas de 30 e 40, a indústria consolidou-se como a principal atividade econômica de São Carlos, que chegou à década de 50 como centro manufatureiro diferenciado, com relevante expressão industrial entre as cidades do interior do Estado.

O setor industrial desenvolveu-se também a partir de oficinas que serviam às plantações de café. A fabricação de máquinas de beneficiamento, sapatos, adubos, ferragens, móveis, macarrão e charutos, assim como as alfaiatarias, cervejarias, fundições, serrarias, tecelagem, uma indústria de lápis e além das olarias, marcaram a economia de São Carlos, nos anos 30. Nas décadas de 50 e 60, a indústria solidifica-se com a instalação de fábricas de geladeiras, compressores, tratores e uma grande quantidade de empresas pequenas e médias, fornecedoras de produtos e serviços. Na segunda metade do século XX, a cidade recebeu um grande impulso para o seu desenvolvimento tecnológico e educacional com a implantação, em abril de 1953, da Escola de Engenharia de São Carlos, vinculada à Universidade de São Paulo (USP), e, na década de 70, com a criação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

3.2.2.1 Indústria e Comércio de São Carlos

Atualmente, a atividade industrial é marcada pela presença de grandes indústrias: Volkswagen (motores), Tecumseh (compressores), Faber Castell (lápiz), Electrolux (geladeiras e fogões), além de empresas têxteis, de embalagens, de máquinas, tintas, lavadoras, equipamentos ópticos e uma grande quantidade de indústrias médias e pequenas dos mais diversos setores de produção. Destacam-se as empresas de base tecnológica, resultantes da capacidade científica e tecnológica instalada na cidade.

O comércio atende às necessidades da cidade e da região, oferecendo produtos e serviços de qualidade e o setor agropecuário é importante na produção de leite, cana, laranja, frango, carne bovina e milho.

3.2.2.2 Indicadores geográficos de São Carlos

- Limites de coordenadas
- 47°30´ e 48°30´ Longitude Oeste
- 21°30´ e 22°30´ Latitude Sul
- Municípios vizinhos: Ibaté, Itirapina, Rincão, Santa Lúcia, Analândia, Luís Antônio, Araraquara, Descalvado, Brotas, Américo Brasiliense e Ribeirão Bonito

3.2.2.3 Indicadores Físicos de São Carlos

Total: 1.132km² (IGC) / 1.140,92 (IBGE, 2000);

Urbana: 67,25km² - 6% da área total;

Urbana ocupada: 33km².

Altitude Média: 856 metros

Mínima: 520 metros

Máxima: 1000 metros

Clima: Temperado de altitude, apresenta verão chuvoso e inverno seco.

Precipitação de 1512mm.

3.2.2.4 Indicadores Demográficos de São Carlos

População na área urbana - 95,1%

Crescimento Demográfico - 2,4% ao ano

População total no Município 213.314 habitantes (Fundação SEADE, 2005)

10.452 na área rural

202.862 na área urbana

Distritos

Água Vermelha: 3.296 habitantes

Sta. Eudóxia: 3.034 habitantes

3.2.2.5 Indicadores Econômicos de São Carlos

Renda per capita/2005 (IBGE, 2005) - R\$ 13.828,70

PIB do Município a Preço de mercado corrente/2005 (IBGE, 2005) - R\$ 2.949.858,00

3.2.2.6 Indicadores Educacionais e tecnológicos de São Carlos

O vigor acadêmico, tecnológico e industrial conferiu à cidade o título de Capital da Tecnologia. Suas universidades e centros de pesquisa são reconhecidos pela excelência e diversidade. A Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) oferecem ensino gratuito e de qualidade e já incorporaram à história de São Carlos suas contribuições à ciência e à capacitação profissional de milhares de alunos.

Reforçando o caráter de pólo de desenvolvimento científico e tecnológico, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) mantém dois centros de atividades instalados na cidade: o Centro de Pesquisa de Pecuária do Sudeste e o Centro Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Instrumentação Agropecuária, produzindo tecnologia de ponta nas áreas de melhoramento genético bovino e de desenvolvimento de equipamentos agropecuários.

Instituída em 1984, a Fundação ParqTec é outro ponto de destaque nesse cenário tecnológico. Trata-se de uma organização não-governamental sem fins lucrativos que tem o objetivo de gerenciar e promover o desenvolvimento do Pólo Tecnológico de São Carlos, a partir da transferência de tecnologia das universidades e centros de pesquisas para as empresas.

Diante da concentração de universidades e centros de pesquisas, São Carlos apresenta grande concentração de cientistas e pesquisadores: um pesquisador doutor (PhD) para cada 230 habitantes e um pesquisador para cada 42 habitantes.

3.4 As ações municipais em direção ao desenvolvimento Sustentável e os Objetivos do Milênio: município de São Carlos

O item a seguir apresenta as ações levantadas no município de São Carlos com relação ao desenvolvimento sustentável, relacionando-as com os 8 objetivos do milênio. Além de se verificar as ações, também serão demonstradas ao final de cada meta as prioridades e estratégias municipais propostas pelo poder administrativo local; além de se verificar especificamente, no caso do objetivo de número 8, a inclusão de alguns projetos em andamento.

No caso específico de São Carlos, a metodologia utilizada foi o levantamento de apresentações de resultados realizadas pelo Poder Público local e documentos. Assim, a seguir, transcrevem-se os resultados do levantamento dos dados realizados no município.

“(...) trabalhar para a ampla promoção do desenvolvimento econômico e social, à luz das Metas do Milênio”.

A citação acima é como o Prefeito de São Carlos, Newton Lima Neto, que conceituou um Governo Participativo, quando apresentou - São Carlos e as Metas do Milênio: balanço, prioridades e estratégias municipais, em outubro de 2007.

Para iniciar um processo de convalidação para a afirmação acima e assim referendar o compromisso do Poder Público local de São Carlos em caminhar rumo aos objetivos do Milênio, em 1991, São Carlos, em relação ao ano de 2000 obteve um avanço do IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) Além disso, o que se vê é que existe um compromisso (meta) para melhorar ainda mais o índice, até o ano de 2010. (Quadro 1.2)

Quadro 1.2 - Evolução geral da última década do IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de São Carlos.

Ano	IDH-M
1991	0,803
2000	0,841
2010 (meta)	0,900

Pode-se assim afirmar que São Carlos se destaca na busca da melhoria deste índice, pois conforme o PNUD, os países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

3.4.1 Análise das ações envolvendo o Objetivo 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome

Em parceria com instituições de pesquisa, como a EMBRAPA e a UFSCar, a prefeitura Municipal de São Carlos passou a incrementar e fomentar a agricultura familiar. O Intuito é apresentar métodos para coordenar o processo produtivo da agricultura familiar, frente aos demais agentes da cadeia agroindustrial, além de equipar os pequenos agricultores com técnicas de diagnósticos, planejamento, controle e melhoria da qualidade de seus produtos.

Essa parceria foi implantada desde 2003, surtindo efeitos positivos, pois de acordo com Projetos & Parcerias, 2004 (Publicação especial da Prefeitura Municipal de São Carlos para a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia ocorrido entre 18 a 24 outubro de 2004), até 2003 não havia nenhuma família beneficiada e em 2006 já eram 57.

Os Empreendimentos de Economia Solidária são outro programa desenvolvido pelo Município, por meio da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia de São Carlos. Essa preocupação para com a Economia Solidária não se dá somente no âmbito de uma Secretaria que deseja fazê-lo, mas a mesma passou a se enraizar na estrutura organizacional da própria Prefeitura, quando em 2004, com a LEI Nº 13.486, de 16 de dezembro que dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de São Carlos, consolida-se a Economia Solidária no organograma da administração municipal, por meio da reestruturação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia (SMDS), que passou a contar com o Departamento de Apoio à Economia Solidária (DAES). Dentre os projetos está a criação de diversas cooperativas, como por exemplo:

1. A Implantação de Tecnologias para Cooperativas na Cadeia de Reciclagem. Esse projeto é uma parceria entre pesquisadores da Incubadora Regional de Cooperativas Populares – Incoop da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a ONG

RAMUDÁ, uma organização que atua em projetos de valorização comunitária, na área sócio-ambiental, educação e cultura com a Prefeitura Municipal de São Carlos.

2. Programa de apoio aos catadores autônomos de materiais recicláveis atuantes no município de São Carlos/SP – PACA. O projeto é uma parceria entre pesquisadores da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), algumas secretarias e autarquias da Prefeitura Municipal (PMSC) e uma organização não-governamental para proteção do meio ambiente (APASC), que tem como objetivo fornecer, a partir da reivindicação formal dos próprios catadores autônomos de materiais recicláveis do bairro Santa Angelina, alternativas para uma melhor gestão sócio-ambiental de suas atividades,

Devido ao apoio da Prefeitura Municipal aos programas e projetos de empreendimentos solidários, as 03 cooperativas existentes em 2001, em 2007 passaram para 20 e isso acarretou um envolvimento de 645 trabalhadores.

Outro fomentador na criação de ações para suprir e cumprir os pressupostos do objetivo 1, é o Banco do Povo (órgão ligado à Nossa Caixa Nosso Banco) que tem como função primaz disponibilizar microcrédito sem burocracia a tomadores autônomos, de baixa renda e com dificuldades de comprová-la. Até o ano de 2001 não havia sido implantado no município o mesmo, sendo inaugurado em janeiro de 2002. Até o final de 2007, cerca de 820 financiamentos haviam sido liberados, alcançando a significativa marca de mais de R\$ 2.451.000,00 em empréstimos, para um público empresarial predominantemente informal (79%). Nesse período, houve a geração de mais de 300 novos postos de trabalho nesses empreendimentos.

Uma demonstração de que durante o período entre os anos de 2001 a 2007, a geração de emprego foi também uma das preocupações do Poder Executivo do Município de São Carlos. Fica claro quando se vê que a taxa de evolução demográfica foi de 2,40% e a criação de empregos no setor formal foi de 4,43%. Assim, no período de 2001 a 2007, com o balcão de empregos, foram oferecidas/intermediadas mais de 20.000 vagas, resultando na contratação de 18.000 trabalhadores. A média de contratações mensais, por meio da intermediação do Balcão de Empregos, tem aumentado anualmente, pulando de 125 em 2001, para 276 - média de janeiro a dez/2007 -, com o número médio de 13 contratações ao dia.

Em 20/12/2007, foi inaugurada a cozinha industrial do Programa Restaurante Popular, instalado no Centro de Convenções e Exposições Comendador Oscar Ferreira – São Carlos Exposhow. Instalado em um espaço de 800 m², cuja capacidade operacional gira em torno de 3 mil refeições por turno, seus alimentos são preparados por 16 cozinheiras da Coopercook, cooperativa ligada ao Departamento de Economia Solidária da Secretaria Municipal de

Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia. A comida é transportada em veículos especiais, seguindo todos os padrões de segurança, aquecimento e condicionamento. A proposta é atingir trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, estudantes, aposentados, moradores de rua e famílias em situação de risco de insegurança alimentar e nutricional. Inicialmente somente café da manhã foi servido de segunda a



Foto 7: Restaurante Popular. Refeição R\$ 1,00. Inauguração - Presença do Prefeito Newton Lima Neto -São Carlos

sábado, das 5h às 7h, cujo cardápio é café com leite, suco, misto frio (pão com presunto e mussarela) e bolo. A partir de 27/12/2007 passou a ser fornecido na unidade do Aracy também o jantar, pelo preço de R\$ 1,00 (foto 7) O atendimento é aberto para toda a população, no horário das 18h às 20h, de segunda a sexta.

- Prioridades e Estratégias Municipais para o Objetivo 1, do Município de São Carlos

- Universalizar o Programa de Monitoramento do Estado Nutricional das Crianças, em Escolas Públicas (0 a 12 anos);
- Cobertura integral das famílias cadastradas no Mapa da Pobreza (elaborado em parceria com a UFSCar);
- Ampliar os empreendimentos voltados à Economia Solidária.

3.4.2 Análise das ações envolvendo o objetivo 2: Atingir o ensino básico universal

De 2001 para o ano de 2006, o número de professores na rede municipal de ensino obteve uma evolução de 84,02%; ou seja, enquanto no ano de 2001 eram 532 profissionais, no ano de 2006 passou para 979 profissionais. O número de crianças atendidas nas creches municipais do ano de 2001 para 2006, cresceu 285,60%, ou seja, de 646 (2001) para 2491 (2006).

A redução na taxa de 25% nas matrículas na rede municipal de crianças com idade de Pré-escola, foi compensada com o aumento 33% nas matrículas do Ensino Fundamental. Esse

remanejamento se deu porque o Ensino Fundamental, que tinha seu ciclo de 8 anos, passou para 9 anos.

Desde de dezembro de 2001, quando da realização da *I Conferência Municipal de Educação*, a Prefeitura Municipal de São Carlos iniciou uma ampla discussão com a comunidade acerca da necessidade e conteúdo de um futuro “Estatuto da Educação”. Em outubro de 2006, com a presença do ministro da Educação, Fernando Haddad, foi lançado e iniciou-se a implementação do “Estatuto da Educação” em São Carlos, com perspectivas bastante positivas ainda em um futuro próximo. Aliado a isso, as capacitações dos professores.

- Prioridades e Estratégias Municipais para o Objetivo 2, do Município de São Carlos

- Universalizar o acesso das crianças às creches;
- Melhorar os indicadores relacionados ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
- Concluir a implantação do “Estatuto da Educação”.

3.4.3 Análise das ações envolvendo o Objetivo 3: promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, do Município de São Carlos

Em uma parceria entre a UFSCar (Departamento de Psicologia e de Pedagogia) e a Secretaria de Cidadania e Assistência Social, do Município de São Carlos, está sendo desenvolvido um trabalho de prevenção da violência doméstica e apoio psicológico às mulheres. O projeto denomina-se “Programa de Atendimento à mulher vítima de violência doméstica - Casa Abrigo”. O programa atendeu, no ano de 2001, a 11 mulheres. Já em 2006, o atendimento se estendeu a 83 mulheres, vítimas de violência, além de ter sido recolhido à Casa Abrigo, no ano de 2006, um total de 18 mulheres contra 07 do ano de 2001.

- Prioridades e Estratégias Municipais para o objetivo 3, do Município de São Carlos

- Reativar o Conselho Municipal da Mulher;
- Criar grupos de debate sobre os direitos da mulher em centros comunitários;
- Concluir a construção da rede de atendimento à mulher vítima de violência.

3.4.4 Análise das ações envolvendo o objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil, do Município de São Carlos

Enquanto a média nacional (Dados da Câmara dos Deputados; ano de 2006) é de 20,0 óbitos por 1000 crianças nascidas (em 1990 era de 57- Brasil), no Município de São Carlos a média entre os anos de 2001 a 2006 foi de 8,47 óbitos por 1000 nascidos vivos.

Esta redução também é conseqüência do aumento do número das consultas de pré-natal pelo qual as gestantes passaram. Assim, das crianças nascidas e cujas mães estiveram presentes em 7 ou mais consultas de pré-natal, o “sucesso” no nascimento de crianças que no ano de 2001 era de 50,39%, saltou em 2006 para 92,97%.

Os cuidados com a imunização (sarampo, pólio, hepatite e outras) de crianças menores de 1 ano, que no ano de 2001 era de 92,37%, atingiu no ano de 2006 o percentual de 97,44%.

- Prioridades e Estratégias Municipais para o Objetivo 4, do Município de São Carlos

- Reduzir o índice de mortalidade infantil, abaixo de 8 óbitos por 1.000 nascidos vivos;
- Atingir a universalização da vacinação, nas crianças menores de 1 ano.

3.4.5 Análise das ações envolvendo o Objetivo 5 : Melhorar a saúde materna, do Município de São Carlos

Conforme conceituação do IPAS Brasil⁸, a mortalidade materna é definida como sendo o óbito de uma mulher durante a gestação ou dentro de um período de 42 dias após o término da gestação, independentemente da duração ou da localização da gravidez, devido a qualquer causa relacionada ou agravada pela condição gestacional ou ainda por medidas relativas a essa, porém não devida a causas acidentais ou incidentais. No ranking mundial, o Brasil ocupa a 65ª posição, com 140 mortes maternas por 100.000.

A taxa de mortalidade materna no município de São Carlos entre os anos de 2001 a 2006, esteve na média de 33,66%. Assim, para cada 10 mulheres apenas 3 chegaram a óbito. Porém, devido à melhora na assistência às gestantes, esse número tenderá a se reduzir ano a ano, conforme os dados a seguir descrevem.

⁸ IPAS Brasil -Desde 1994 esta Organização não-governamental Internacional no Brasil vem trabalhando pela melhoria da atenção para as mulheres em situação de violência sexual e nas complicações derivadas do aborto inseguro nas várias regiões do país visando contribuir para a redução da morbi-mortalidade, à não-discriminação e o direito a viver uma vida livre de violência para mulheres e adolescentes.

- Entre o ano de 2001 e de 2006 foram 99,73% dos partos assistidos por profissionais qualificados da área. Este índice só foi possível porque o número de consultas de pré-natal entre o ano de 2001 e o ano de 2006 cresceu 78%.

- Prioridades e Estratégias Municipais para o Objetivo 5, do Município de São Carlos

- Reduzir ainda mais a taxa de mortalidade materna;
- Atingir a universalização de 7 ou mais consultas às mães gestantes.

3.4.6 Análise das ações envolvendo o Objetivo 6: Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças, do Município de São Carlos

De acordo com o PNUD, até 2015, as nações deverão ter adotado maneiras para deter a propagação do HIV/Aids e começar a inverter a tendência atual.

O Brasil foi o primeiro país em desenvolvimento a proporcionar acesso universal e gratuito para o tratamento de HIV/AIDS, na rede de saúde pública. Hoje, no Brasil, mais de 180 mil pessoas recebem tratamento com antiretrovirais, financiados pelo governo. A sólida parceria com a sociedade civil tem sido fundamental para a resposta à epidemia no país.

A preocupação com o avanço da epidemia de HIV/aids no mundo e a necessidade de uma resposta global à questão, resultaram na criação do Programa conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids – UNAIDS, em 1996. O UNAIDS é co-patrocinado por dez agências do Sistema das Nações Unidas. A missão global do UNAIDS é liderar, fortalecer e apoiar uma ampla resposta à epidemia de HIV/Aids e que, segundo esse órgão, a prevalência (o percentual de pessoas infectadas pelo HIV no total da população) de HIV no Brasil é de 0,5% e há 620 mil pessoas infectadas. O Brasil é considerado um país de baixa prevalência. Aproximadamente 240 mil mulheres em idade reprodutiva têm o vírus da Aids e a maioria não sabe. Apenas 62% das mulheres grávidas têm acesso ao teste do HIV durante a gestação.

Diante deste exposto preocupante, no Município de São Carlos a taxa de prevalência do HIV/AIDS entre mulheres grávidas de 15 a 24 anos que em 2001 era de 2,69% do total da população dessas mulheres, no ano de 2006 foi reduzido para 1,94%, ou seja, isso demonstra que há um bom trabalho de monitoramento e acompanhamento dessas mães.

No combate à Dengue, destaca-se também a presença do poder público Municipal que, a partir do trabalho da Vigilância Sanitária do município, gerou uma redução nos casos de dengue, graças à melhor vigilância não só sobre os possíveis focos, mas na eliminação desses. Assim, dos 20 casos em 2001, em 2006 foram apenas 06.

- Prioridades e Estratégias Municipais para o Objetivo 6, do Município de São Carlos

- Aumentar o número de campanhas anuais acerca dos perigos e formas de transmissão do HIV/Aids;
- Intensificar ainda mais a distribuição de preservativos;
- Erradicar a existência de casos autóctones de dengue no município.

3.4.7 Análise das ações envolvendo o Objetivo 7: Qualidade de vida e respeito ao Meio Ambiente, do Município de São Carlos

Em prol da qualidade de vida dos munícipes, a Prefeitura Municipal de São Carlos desenvolveu vários projetos relacionados à Segurança Pública: o “Plano Municipal Integrado de Segurança Pública”.

Com o projeto o número de homicídios que no ano de 2001 foi de 11 indivíduos por 100 habitantes, no ano de 2006 foi reduzido para 6,10. Com relação aos furtos (qualificados ou não), de 2001 para 2006 houve uma redução de 10,21%. Assim, das 3087 ocorrências anteriores a 2001, em 2006, apesar de neste período a população ter crescido 15,10%.

Criou-se o NAI (Núcleo de Atendimento Integrado), responsável pelo público adolescente, no tratamento dos delitos e homicídios, onde dos 156 delitos graves em 2001, em 2006 reduziu-se para 73. Enquanto em 2001 houve 05 homicídios, em 2006 não houve nenhuma ocorrência, mesmo tendo a população com idade entre 12 a 17 anos crescido em 18,2%.

Além dos programas e projetos desenvolvidos, acima relacionados à segurança dos munícipes, cabe também destacar os que são ligados diretamente ao meio ambiente natural.

Assim descreve o poder público local sua conceituação sobre como deve ser uma política ambiental profícua:

Promover, por meio da integração com a sociedade o uso sustentável dos recursos naturais, a conservação e a melhoria da qualidade sócio-ambiental do município de São Carlos e região.

Considerando que a integração com a sociedade, o uso sustentável dos recursos naturais e a conservação e melhoria da qualidade sócio-ambiental torna-se imprescindível para o município de São Carlos, projetos estão sendo desenvolvidos nesse âmbito, tais como:

- Programa de Recuperação de Espaços Públicos (via Orçamento Participativo);
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Implantação do Programa Reluz;
- Incentivo à Coleta Seletiva, que atingiu em 2006 a cobertura em 60% das residências de São Carlos;
- Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)(foto 8);



Foto 8 : Estação de Tratamento de Esgoto de São Carlos - em construção

- Mais de 250.000 árvores plantadas desde 2001;
- Programa de Recuperação de Nascentes (córrego Santa Fé e São Rafael) e Matas Ciliares (“Plantando o Futuro”);

Com o Programa “Plantando o Futuro”, já foram reflorestadas cerca de 45 ha de matas ciliares: recomposição da mata ciliar da nascente do Córrego Jatobá, com 5000 mudas de árvores plantadas; recomposição da mata ciliar da nascente do Córrego do Mineirinho – São Carlos V, com 400 mudas de árvores plantadas.

- Usina de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil (foto 9) - “Programa Futuro Limpo”. Esta tem como intuito a Gestão Sustentável de Resíduos de Construção Civil, a partir da disposição adequada dos resíduos gerados em obras e demolições.
- Usina de Reciclagem de Entulhos (PROHAB);



Foto 9 : “Programa Futuro Limpo”
PROHAB - São Carlos

A usina funciona desde 2006 e representa um marco no desenvolvimento sustentável da região além de ser ponto de partida para a transformação do resíduo gerado em obras, por meio da **reciclagem** e a **produção** de artefatos de cimentos, como blocos e bloquetes intertravados, utilizados em outras obras. A mão-de-obra é composta de reeducandos da penitenciária "Dr. Antonio de Queiroz Filho", de Itirapina/SP. Essa iniciativa é muito importante para a **ressocialização** dessas pessoas, lembrando que, além do salário recebido mensalmente, para cada 03 dias de trabalho, têm 01 dia descontado da pena total;

- Prioridades e Estratégias Municipais para o Objetivo 7, do Município de São Carlos

- Finalizar e lançar o 2º Plano Municipal Integrado de Segurança Pública;
- Construir uma sede definitiva para o NAI (Núcleo de Atendimento Integrado);
- Intensificar o Programa de Humanização do Trânsito;
- Construir o 2º e último módulo do Hospital-Escola;
- Ampliar para 100% a cobertura da Coleta Seletiva;
- Criar o “Programa Municipal de Incentivo à Redução das Emissões de Carbono”.

3.4.8 Análise das ações envolvendo o Objetivo 8: Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento do Município de São Carlos

Identificaram-se os seguintes programas e projetos da Prefeitura Municipal de São Carlos, que contemplam o Objetivo de número 8.

- Plano Diretor Participativo (Lei Nº 13.691, de 25 de Novembro de 2005);

Diz-se participativo pois no Título I - Dos princípios, objetivos e diretrizes gerais da política Urbana, em seu Capítulo I no artigo 2º inciso XII, a gestão participativa fica bem clara como se segue:

XII - gestão democrática da cidade, mediante participação da população e das associações representativas dos vários segmentos da comunidade nos processos de decisão, planejamento, formulação, execução, acompanhamento e fiscalização do desenvolvimento urbano;

Essa participação se efetivará, pois o gestor municipal buscará fornecer condições propícias para que isto venha a ocorrer, como vemos no Título I - Dos princípios, objetivos e diretrizes gerais da política Urbana, em seu Capítulo I, no artigo 2º, incisos I a XI e XIII, como prescreve a seguir a Lei Nº 13.691, de 25 de Novembro de 2005 - Plano Diretor:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA URBANA

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 2º Os agentes públicos, privados e sociais responsáveis pelas políticas e normas explicitadas neste Plano Diretor devem observar e aplicar os seguintes princípios:

I - promoção da justiça social, da erradicação da pobreza, da erradicação da exclusão social e redução das desigualdades sociais e regionais;

II - promover a cidade sustentável para todos, valorizando os aspectos relativos à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para as presentes e futuras gerações;

III - respeito às funções sociais da cidade e à função social da propriedade;

IV - recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

V - transferência para a coletividade da valorização imobiliária inerente à urbanização;

VI - universalização da mobilidade e acessibilidade;

VII - prioridade ao transporte coletivo público e ao não motorizado particular;

VIII - organização da circulação, garantindo a paz no trânsito;

IX - preservação e recuperação do meio ambiente natural;

X - fortalecimento do setor público, recuperação e valorização das funções de planejamento, articulação e controle da Política Urbana;

XI - descentralização da Administração Pública;

XIII - estimular o surgimento de novos negócios, especialmente daqueles que se enquadram nas vocações da cidade.

- Instalação de infra-estrutura nos Distritos Industriais via PPP (Parceria Público-Privada) - 1º Distrito Industrial Miguel Abdelnur

A parceria pública-privada foi firmada entre a Prefeitura Municipal de São Carlos e os empresários instalados no distrito, liderados pelo CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, regional de São Carlos) para viabilização das obras de infra-estrutura. As obras de infra-estrutura realizadas foram: implantação do sistema coletor de águas pluviais, pavimentação asfáltica e paisagismo/gramagem.

- Criação, implantação e manutenção de Incubadoras de Empresas (CEDIN, ParqTec, entre outras);

O Centro de Desenvolvimento de Indústrias Nascentes – CEDIN (foto 10)– fornece suporte para atender às necessidades das empresas emergentes estimulando a criação e consolidação de diversos tipos de empreendimentos. Para tanto, a incubadora oferece aos empresários, além de infra-estrutura, serviços de apoio como: orientação à comercialização dos produtos; orientação no gerenciamento do negócio; orientação jurídica; assessoria na busca de novas tecnologias; gestão financeira e custos, entre outros; sempre priorizando a necessidade do empresário e o perfil do empreendimento.

O CEDIN, atualmente, atende 16 empresas residentes e 08 empresas associadas (possuem os mesmos direitos das incubadas, mas não usufruem do espaço físico), totalizando 24 empresas.

Já foram graduadas quatro empresas, sendo duas empresas antes dos 12 meses de incubação. São elas:



1. PDA: focada em agronegócio;
2. RS Máquinas: trabalha na construção de máquinas termoplásticas

Foto 10 :Frente do CEDIN - São Carlos

Além do CEDIN, outra incubadora de empresas (esta voltada à alta tecnologia), instituída em dezembro de 1984, é a Fundação Parque de Alta Tecnologia-(ParqTec) uma entidade de direito privado e sem fins lucrativos que tem como missão:

- Gerir e promover o Pólo de Alta Tecnologia de São Carlos;

- Implantar mecanismos de ligação entre as universidades e os centros de pesquisa com as empresas, contribuindo dessa forma para o engrandecimento do complexo são-carlense de tecnologia e para o desenvolvimento regional.

A Incubadora do ParqTec foi pioneira na América Latina, sendo implantada em 1985, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e já apoiou mais de 60 empreendimentos. Seu objetivo é estimular a criação e consolidação de empresas a partir da transferência do conhecimento gerado nas universidades e centros de pesquisa locais.(foto 11)

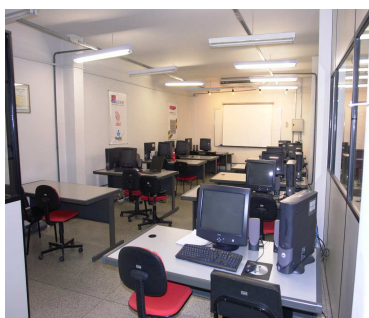


Foto 11: sala treinamento - ParqTec - São Carlos

Atualmente o ParqTec administra duas incubadoras (CINET – Centro Incubador de Empresas Tecnológicas e o SOFTNET - Centro Incubador de Empresas de Software) que ocupam uma área de 1.260 m², dividida em 17 módulos. As empresas incubadas contam com laboratórios de multimídia, informática, eletrônica, oficina mecânica, rede local de computadores, showroom, centro de informação tecnológica e diversificado serviço de consultoria e assessoria.

- Fomento à Economia Solidária;

Público alvo das ações do Departamento de Apoio à Economia Solidária:

- Trabalhadores desempregados ou em risco de desemprego;
- Trabalhadores com baixa escolaridade e qualificação profissional.

Observa-se que o público alvo é constituído em sua maioria por mulheres; pessoas de baixa renda e com moradia em localidades com precárias condições urbanas.

O suporte para a ampliação e a consolidação dos espaços públicos existentes de produção, distribuição e comercialização de produtos e serviços de empreendimentos solidários, avançou significativamente com:

- A oferta da casa do artesão no Centro Integrado de Turismo;
- O box na praça do comércio;
- A loja do artesanato solidário, no Box, no mercado municipal;
- A feira de artesanato, na praça XV;
- As 3 centrais de triagem, aterro de resíduos da construção civil;
- O varejão da agricultura familiar;
- A cozinha experimental;

- A panificadora autogestionária; entre outros.

Projetos em andamento, no Município de São Carlos

- a) Centro Público de Economia Solidária - já em funcionamento
- b) Proposição e Implantação de Tecnologias para Cooperativas na Cadeia de Reciclagem
- c) Programa de apoio aos catadores autônomos de materiais recicláveis, atuantes no município de São Carlos/SP – PACA.
- d) Proposta de inclusão social e geração de renda para os catadores de entulho de São Carlos/SP, no contexto do Plano Integrado de Gerenciamento dos Resíduos de Construção e Demolição do município, conforme Resolução CONAMA 307/2002.
- e) Implantação do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de São Carlos
- f) CENTCOOP - Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis de São Paulo
 - Programa Compra Direta Local de Alimentos (Agricultura Familiar);
 - Centro Tecnológico da Agricultura Familiar (CTAF);
 - Desoneração tributária;
 - Cursos de capacitação, oficinas de preparação para a realização de entrevistas visando ao emprego, parcerias com o Terceiro Setor;
 - Programa Passe Emprego (mais de 50.000 passes distribuídos em 2006);
 - Programa de Inclusão Digital / Telecentros.

- Prioridades e Estratégias Municipais para o Objetivo 8

- Implementar o Espaço Empresarial Online;
- Proporcionar meios físicos adequados à instalação de novos empreendimentos e estímulo à inovação tecnológica;
- Fomentar o nascimento de novas empresas;
- Proporcionar um tratamento diferenciado e simplificado às micro e pequenas empresas;
- Ampliar as possibilidades de acesso ao microcrédito

Pode-se concluir que o poder público local possui uma política bem direcionada na busca de ações que possam avançar em direção aos Objetivos do Milênio, com resultados altamente satisfatórios, destacando-se em especial as ações para o objetivo 7.

Conclusões

Essa dissertação teve como preocupação básica apresentar e analisar os conceitos ligados ao termo desenvolvimento sustentável, através de um levantamento bibliográfico com a visão dos diversos autores ligados a esse tema e investigar as ações desenvolvidas pelos entes administrativos dos municípios de Ibitinga (a partir de entrevistas) e São Carlos (através da análise de documentos e apresentações) ambos localizados no Estado de São Paulo. Verificaram-se ações que pudessem contemplar aquilo que se define como Sustentável, no âmbito do tripé: sócio-econômico-ambiental, tendo como norteadores os 8 objetivos do Milênio, propostos pela ONU e que, se cumpridas nos prazos fixados (2015), deverão melhorar o destino da humanidade, neste século segundo o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, destacando-se destes, os objetivos 2 - atingir o ensino básico universal com qualidade e o objetivo 7 - garantir a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida.

No primeiro momento da pesquisa, foi possível levantar dados bibliográficos que pudessem conceituar o termo Desenvolvimento Sustentável e os autores ligados a esse tema, onde foi possível identificar como favoráveis e não favoráveis à aplicabilidade do desenvolvimento sustentável.

Em relação ao segundo momento da pesquisa que buscou identificar se os entes administrativos dos municípios de Ibitinga e São Carlos procuram desenvolver ações que possam ir em direção ao tripé do Desenvolvimento Sustentável tendo como norteador os 8 objetivos do milênio; conclui-se que ambos os municípios buscam concretizar ações que possam atingir os 8 objetivos.

Ao serem levantadas as no município São Carlos, pode-se notar que para todos os 8 objetivos, ou está em andamento um programa ou algum projeto específico voltado para contemplá-los, como se pode relacionar:

- a implementação das cooperativas e o fomento à Economia Solidária para o objetivo 1;
- concretização da criação do Estatuto da Educação e o aumento do número de professores na rede municipal de Ensino Fundamental e conseqüentemente o aumento da oferta do número de vagas, para o objetivo 2;

- A Casa Abrigo, para o objetivo 3;
- cuidados especiais para a redução do índice de óbitos em recém nascidos, para o objetivo 4;
- Quase 100% de todos os partos foram acompanhados por profissionais habilitados da saúde, além do aumento do número de consultas de pré-natal, para o objetivo 5;
- cuidados diante dos casos de doenças transmissíveis como AIDS e Dengue, para o objetivo 6;
- Plano Municipal Integrado de Segurança Pública que diminuiu os casos de homicídio e furtos no município, além dos programas de recuperação de espaços públicos, ETE, Plantando o Futuro, Programa Futuro Limpo com a Usina de reciclagem de resíduos da construção, coleta seletiva em mais de 60% das habitações tendo projetos para ampliar a 100% e o Programa Municipal de incentivo à redução das emissões de carbono, para o objetivo 7;
- e finalmente o plano diretor participativo, com criação, implantação e manutenção de incubadoras de empresas (CEDIN), a feira de artesanato na praça XV, o varejão da agricultura familiar, para o objetivo 8.

No caso do município de Ibitinga , pode-se notar que existe uma certa ausência de conhecimento sobre o termo desenvolvimento sustentável e sobre os 8 objetivos do milênio, ao contrário do município de São Carlos, que nos pareceu conhecer não só o significado dos termos e programas como buscou alcançá-los da forma específica proposta pelo PNUD.

Assim, pode-se dizer que no município Ibitinga buscam-se desenvolver ações que sejam socialmente sustentáveis, porém o que se vê é que o executivo não se coloca de forma sincronizada com seu secretariado, para buscar alcançar o incremento de ações que atinjam os 8 objetivos. Mas, mesmo diante das possíveis falta de sincronismo, o que se notou é que uma parte do Secretariado busca criar, em seu âmbito, ações profícuas como se pode destacar com méritos o trabalho desenvolvido pelo CRAS - Centro de referência de Assistência Social, que desenvolve dois importantes projetos: Ação para o Trabalho e o Projeto Acolher, acompanhado do projeto Resgate da cidadania, para o objetivo 1.

Assim sendo relacionam-se a seguir as ações desenvolvidas para se satisfazer os 8 objetivos - no município de Ibitinga:

- Nota-se que no caso educacional (Objetivo 2) , existe apenas um programa, ou seja, o de capacitação dos professores, o que do ponto de vista de se alcançar uma ampla cidadania demonstra ser pouco;
- Para o objetivo 3, o município de Ibitinga não conta com nenhum programa ou projeto específico;
- Programa altamente satisfatório é desenvolvido para o objetivo 4, chamado de Imunização do recém nascido no berçário;
- O programa de Captação precoce das gestantes em todas as unidades básicas e de Vigilância nutricional delas é um bom programa para atingir o objetivo 5;
- Para se alcançar o Objetivo 6, a Secretaria Municipal de Saúde de Ibitinga mantém um programa efetivo de visitação a residências para precaver-se do alastramento e surgimento de casos de dengue. Funcional, apesar de simples;
- O município de Ibitinga possui uma rede de saneamento básico e água tratada que alcança quase os 100% das residências; o plano diretor está praticamente concluído; uma ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) está para iniciar sua construção; o déficit habitacional é insignificante. Mas um ponto falho se destaca, mesmo possuindo o município diversas legislações voltadas para a preocupação com o meio ambiente: o poder administrativo municipal demonstra ações muito falhas, que provocam uma carência muito grande, quando se fala em ações para alcançar o Objetivo 7;
- Para satisfazer o Objetivo 8, o que se observa de concreto é o funcionamento, desde janeiro de 2002, do Banco do Povo.

Em relação ao terceiro momento da pesquisa, o que fez com se buscasse destacar a análise de quais ações estão sendo desenvolvidas no âmbito dos Objetivos 2 e 7, o interesse em destacar estes dois objetivos se deu, pois os mesmos tornaram-se de grande importância para o arcabouço do presente tema; pois como foi visto nessa pesquisa, a educação de qualidade preenche todos os pré-requisitos para colaborar para a implementação de uma correta e profícua consciência sustentável nos pequenos cidadãos, aos quais caberá a manutenção das futuras gerações. Além disto, cabe aqui levantar as ações relacionadas à proteção do Meio Ambiente e qualidade de vida desenvolvidas em ambos os municípios, no presente, para que possam estes pequenos cidadãos mais conscientes terem uma planeta “vivo” para morarem, além de que os bons exemplos de sustentabilidade devem, depois de tudo o que vimos, ser efetivados a partir do Poder Público Municipal.

Após estes expostos, passamos então a dispor, iniciando pelo Objetivo 2 e posteriormente pelo 7, as ações desenvolvidas para estes dois objetivos:

- o Objetivo 2

No município de São Carlos, a evolução de 84,02% no número de professores na rede municipal de ensino de 2001 para 2006, conseqüentemente provocando o aumento na oferta de vagas às crianças e a busca em concluir o Estatuto da Educação além de ter como prioridade e estratégia a melhoria nos indicadores relacionados ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), além das capacitações aos professores e o compromisso do representante do poder executivo, o Sr. Prefeito Newton Lima Neto, com a educação, percebe-se que muito já se fez e ainda está se fazendo, mas para se alcançar um ensino básico universal e de boa qualidade devemos nos lembrar que nunca se terá um conjunto de ações que possam sanar todas as dificuldades ligadas à busca deste objetivo/meta.

Já no município de Ibitinga demonstrou-se que os programas ou projetos direcionados a este objetivo estão caminhando a passos lentos e curtos, pois o que se viu foi apenas a execução de um programa - o de capacitação dos professores, que ao nosso ver (aqui falando como profissional da área da Educação) não é o bastante para poder oferecer um ensino básico de qualidade e universal.

Mas pode-se destacar uma boa iniciativa do executivo local, que é o início da construção do CIEI - Centro Integrado de Educação de Ibitinga, que será um importante centro de desenvolvimento educacional e físico para as crianças do ensino fundamental. Porém nesta fase, só alcançará uma parte da população, já que está sendo construído apenas um centro.

- o Objetivo 7

No município de São Carlos, os programas e projetos para a qualidade de vida e respeito ao meio ambiente demonstraram estarem avançados, pois, de 2001 para 2006, tanto os índices de homicídio como de furtos foram reduzidos. Essa redução não se deu por acaso, mas resultou da criação do Plano Municipal Integrado de Segurança Pública e do NAI - Núcleo de Atendimento Integrado, órgão responsável pela reintegração de jovens e adolescentes infratores.

Além da segurança pública, os projetos ou programas voltados para o Meio ambiente também são profícuos. Entre eles, pode-se destacar o programa de Recuperação de áreas degradadas, incentivo à coleta seletiva (que já em 2006 alcançava 60% das residências buscando agora alcançar 100%); a ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) modelo de referência; o programa de recuperação da mata ciliar; o programa Futuro limpo que concebeu

a usina de reciclagem de entulho da construção civil; construção do 2º módulo do Hospital-Escola e o Programa de Incentivo à redução das emissões de carbono.

Talvez um dos mais importantes marcos da gestão pública na atualidade - Os Planos Diretores, que surgiram como obrigatoriedade, a partir da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto das Cidades), tem também um destaque todo especial no município de São Carlos, com a Lei Municipal nº 13.691/2005, aprovou o seu Plano Diretor Participativo, no qual instituiu-se de forma participativa democrática um elenco de artigos e incisos que buscaram contemplar diretrizes pontuais para que o Poder Público local pudesse organizar-se de forma a ter subsídios para poder implementar uma organização urbana que contemple a Sustentabilidade (social-ecológico-econômico).

Já no município de Ibitinga, pode-se destacar que em quase 100% das residências a água é tratada e corresponde ao mesmo índice ao saneamento básico; que o déficit habitacional é reduzido; que a construção de ETE - Estação de Tratamento de esgoto está para ser iniciada e existe o programa de recuperação das matas ciliares (programa do qual estou participando através da ONG ECOIBI).

Pode-se concluir finalmente dizendo que no município de São Carlos todas as ações levantadas estão satisfazendo os 8 objetivos e que para os objetivos 2 e 7 e principalmente o objetivo 7 o município possui diversas ações a contento, sem deixarmos de lado a afirmação de que sempre poderemos fazer melhorias nas ações e até mesmo implementar novas.

Já no caso do município de Ibitinga, identificou-se que existem carências e um fator pesa contra a municipalidade que é em alguns momentos, a ausência na consecução de ações ligadas a alguns dos 8 objetivos, como por exemplo nos de nº 3 e 8 e que em alguns pouco se articula, como é o caso dos objetivos 2 e 7. Porém vê-se que nos casos dos objetivos 1, 4 e 5 as ações desenvolvidas resultam satisfatórias e até mesmo modelo, como é o caso da imunização já no berçário.

Assim pode-se ainda concluir que o levantamento realizado das ações desenvolvidas pelos entes administrativos em ambos os municípios poderão (do nosso ponto de vista) ajudar aos mesmos identificar quais ações devem ser aprimoradas e/ou melhoradas para se alcançar o mínimo no “caminho” rumo a sustentabilidade.

Conclui-se ainda que a partir deste trabalho, identificou-se e se levantou a possibilidade de se usar os 8 objetivos do milênio como indicadores/parâmetros, mínimos para que as Administrações Públicas locais (assim independente da localidade) possam ter instrumentos para que se possa conhecer e/ou avaliar se suas ações em uma secretaria estão alcançando minimamente a sustentabilidade; sustentabilidade esta preconizada na

conceituação de Sachs (1993 apud Romeiro 1999). Também se identificou que para alguns dos 8 objetivos não existe um indicador numérico que possa quantificar a satisfação alcançada (Para a mortalidade infantil por exemplo, a ONU já instituiu estes indicadores numérico). Assim para que os 8 objetivos possam ser utilizados como indicadores quantitativos profícuos será necessário demandar novas pesquisas para que se possam estruturar estes indicadores numéricos quantitativos. Assim, conhecedor da importância, da criação dos mesmos buscarei intentar pesquisas posteriores para tanto.

Recomendações para trabalhos futuros

Esse trabalho permite outras oportunidades de investigação. Como sugestão para outras pesquisas, podem-se citar:

- Por que, se o Desenvolvimento Sustentável é hoje (aparentemente) a única maneira de se salvar o planeta, ainda existe tanta resistência para sua aplicação? O que causa esse entrave?
- Que Indicadores podem ser utilizados para se medir o grau de satisfação alcançado pelas ações desenvolvidas em torno dos 8 objetivos do milênio, ou seja, uma ação desenvolvida por um gestor público e que se diz satisfazer os objetivos está realmente satisfazendo-os a contento?
- Os planos diretores, agora obrigatórios pelo Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001 - art. 4º, inciso III letra a) para cidades com mais de 20.000 habitantes, serão colocados em prática, ou simplesmente vão se tornar apenas mais um compêndio para as estantes das Câmaras Municipais? O pior, serão confeccionados, porém não alcançarão uma verdadeira Política Urbana, conforme preconiza o Capítulo I - art. 2º em seus dezesseis incisos.
- O Estatuto das Cidades, no seu bojo, ao não obrigar os municípios que tenham menos que 20.000 hab a terem seu plano diretor, não acabou cometendo um “crime” contra o Meio Ambiente? Políticas Públicas de gestão Urbana devem estar sempre presentes na agenda administrativa de qualquer gestor; considerando que o bem estar dos munícipes é um dever constitucional. Denota-se isso pois, na maioria das vezes, transparece que quando há a inexistência de uma obrigatoriedade legal, as ações acabam ficando relegadas à segundo plano .

Referências Bibliográficas

AGNER, Von Thompson Copperfield. *Eco-eficiência baseada nos princípios da produção mais Limpa para uma Madeireira*. Dissertação de Mestrado PPGEF em Engenharia de Produção da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2006.

ALMEIDA, Fernando. *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002

ANDRÉ, Elena Fraj; SALINAS, Eva Martínez; ESTEBAN, Ildefonso Grande. Un estudio exploratorio sobre las variables psicográficas que influyen en el comportamiento del consumidor ecológico. Universidad de La Rioja. *Revista de Economía y Empresa*, Vol. 21 , nº 50 , Volume XXI(2ª época. 1º Cuatrimestre 2004)p. 61-87.

ARAYA, Pablo; DIAZ, Rafael; FERNANDEZ, Luis Fernando-Compiladores. *El Desarrollo Sostenible: un desafío a la política económica agroalimentaria*. 1ª ed.. San José - Costa Rica. Editorial DEI(Departamento Ecumênico de Investigaciones), 1995.

BASTOS, Alexandre Marucci. *Gavião Peixoto: Sua História e as dimensões de sustentabilidade no seu desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado no PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - UNIARA. Araraquara, 2006.

BAHR, Fábio. *Sinal Verde para o Gestor Ambiental*. Revista Vencer! Seção Ambição, Edição nº 56 de junho/2004.

BONALUME, Wilson Luiz. *Desenvolvimento Insustentável: Imprecisão e ambigüidade nas ciências ambientais*. Curitiba: ETB Editora, 2005.

BRASIL. Lei nº 6938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus Fins e Mecanismos de Formulação e Aplicação. Regulamentada pelo Decreto n. 99.274, de 06 de junho de 1990.

BRASIL. Lei nº. 7.347, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (Vetado) e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989. Regulamento Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências. Decreto nº 3.524, de 26 de junho de 2000. Regulamenta a Lei no 7.797, de 10 de julho de 1989.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS, de 05 de outubro de 1989.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, de 05 de outubro de 1998.

BRASIL. Lei nº 2.292, de 31 de março de 1998. Dispõe sobre licenciamento de projetos para fins de implantação de obras, equipamentos e atividades promovidos por entidades públicas ou particulares de significativa repercussão ambiental e na infra-estrutura urbana. Ibitinga : Câmara Municipal. 1998.

BRASIL. Lei nº 13.691, de 25 de novembro de 2005. Institui o Plano Diretor do Município de São Carlos e dá outras providências. São Carlos. Câmara Municipal. 2005.

BRASIL. Lei nº 2.899, de 14 de agosto de 2006. Cria o Programa de Preservação Ambiental de Córregos e Nascentes do Município e dá outras providências. Ibitinga: Câmara Municipal. 2006.

BRASIL. Lei nº 2.908, de 06 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor Participativo do Município da Estância Turística de Ibitinga, estabelece diretrizes gerais de política de desenvolvimento urbano e dá outras providências. Ibitinga: Câmara Municipal. 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Capitalismo dos técnicos e democracia*. RBCS - Revista Brasileira de ciências sociais. Vol. 20 nº 59 de outubro de 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *O Conceito histórico de desenvolvimento econômico*. Trabalho para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. São Paulo. Revisado em 2006. Disponível em www.bresserpereira.org.br.

BUFFARA, Lúcia C. Bonkoski. *Desenvolvimento Sustentável e responsabilidade social: Um estudo de caso no grupo O Boticário*. Dissertação de Mestrado no PPG em Eng. Produção da UFSC. Florianópolis. 2003

BURSZTYN, Marcel(org.). *Para pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BURSZTYN, Marcel(org.). *Ciência, ética e Sustentabilidade*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

CAIDEN, Gerald E., CARAVANTES, Geraldo R. *Reconsideração do conceito de desenvolvimento*. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

CAVALCANTI, Clóvis(org.) e outros. *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministerio de Educacao, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994. p. 262.

CAVALCANTI, Clóvis(org.).ALIER M.J. *Justiça ambiental(local e global). Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002

CAVALCANTI, Clóvis(org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo, Cortez Editora, 2003.

CLIMATE Change Science - An analysis of some key questions. Committee on the Science of Climate Change. Division on Earth and Life Studies. National Research Council. National Academy of Sciences Press. Washington, D.C., 2001

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Carta da Terra. Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992.

CONSTANZA, Robert; DALY Herman E., *Natural Capital and Sustainable Development. Conservation Biology*, Vol. 6, nº 1 (Mar., 1992), pp. 37-46. Malden, MA- USA.

COSTA, Alexandre Marino. *Análise da gestão do IPTU: Inter-relações da gestão territorial e Administração Tributária Municipal*. Tese doutorado apresentada ao PPG Engenharia da UFSC. Santa Catarina, 2004.

DIAS, José de Aguiar. *Da Responsabilidade civil*. Vols. I e II, 6ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1979;

DI PIETRO, M.S.Zanella. *Direito Administrativo*. 4. ed. São Paulo, Atlas, 1994.

DI PIETRO, M.S.Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo, Atlas, 1997.

DONAIRE, Denis. *Gestão ambiental na empresa*. São Paulo, Atlas, 1995.

DUARTE, Marcos Daniel. *Caracterização da rotulagem ambiental de produtos*. Dissertação de mestrado PPGEP/UFSC. Florianópolis, 1997.

ELLIOTT, Charles. *Locating the Energy for Change: An Introduction to Appreciative Inquiry*. Winnipeg, 1999. International Institute for Sustainable Development.

ESTATUTO DA CIDADE: Guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana.- 2. Ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

FURTADO, Celso. *Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Histórico-estrutural*. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GARCÍA, M^a Soledad Aguirre; DURANA, Covadonga A.E.González de; ABANDO, Jon Charterina; MOLINA, Azucena Vicente. *El consumidor ecológico - um modelo de comportamiento a partir de la recopilación y análisis de la evidencia empírica*. Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales. Universidad del País Vasco. Distribución y Consumo. Enero-Febrero, Año nº 13, nº 67, 2003, págs. 41-54.

GAZETA MERCANTIL. A guerra das embalagens, 22/10/2000.

GOLDEMBERG, J.S. *O S. Planeta Terra*, São Paulo, Brasiliense, 1989

GOLDIN, Ian; WINTERS, L. Alan. *The Economics of Sustainable Development*. Organization for Economic Co-operation and Development and Centre for Economic Policy Research. Cambridge University Press .GB., 1995.

LARIO, Narciso A.; DÍAZ, Pedro J. Cuestas; MAYA, Salvador Ruiz de. *El Sistema Comercial de los Productos Agroalimentarios Ecológicos em España*. Departamento de Comercialización e Investigación de mercados da Facultad de Economía y Empresa - Murcia - Spain. Esic market, 2002.

LIMA, Gustavo F. da Costa. *O Debate da Sustentabilidade na sociedade Insustentável*. Revista Política & Trabalho 13 - Setembro/1997 - pp. 201-222. PPG Sociologia - Universidade Federal da Paraíba.

LISBOA, Hélio de Souza. *Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social: desafios da gestão responsável para a sustentabilidade*. Documento incluído dentro de la Biblioteca Digital de la Iniciativa Interamericana de Capital Social, Ética y Desarrollo del Banco Interamericano de Desarrollo (BID) - www.iadb.org/etica. Belo Horizonte – MG – Setembro/2003.

M.S. Swaminathan. *Where do we go from here?* International Conference on Sustainable Development and Sustainable Life Cycles, New Delhi, India, April 2001.

MACHADO, P. Affonso Leme. *Direito Ambiental brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2005, 13. ed., 1092p.

MAKOWER, John et al. *The green consumer supermarket guide*. Peguim Books, Inc., USA, 1991.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo brasileiro*. 18. ed., São Paulo: ed. Malheiros, 1990.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros Editores, 22 ed. 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda ambiental na administração pública. Brasília: MMA/Comissão Gestora da A3P/SDS/PNEA, 2001. 80p.

MIRRA, V.L. ALVARO. *Direito Ambiental: O Princípio da precaução e sua aplicação judicial*. Revista do Direito Ambiental, n. 21, janeiro/março de 2001.

MOISÉS, E. *O município no século XXI: cenários e perspectivas*. FPFL-CEPAM - Fundação Prefeito Faria Lima/Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal. São Paulo, 1999 .

NAÇÕES UNIDAS. Declaração do Milênio. Cimeira do Milênio. Nova Iorque; 6 a 8 de setembro 2000.

NOBRE, Marcos & AMAZONAS, Maurício de Carvalho. *Desenvolvimento Sustentável: A Institucionalização de um conceito*. Brasília, DF: IBAMA, 2002.

PAULI, Gunter. *Emissão zero: a busca de novos paradigmas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

PORTILHO, Fátima. *Sustentabilidade Ambiental, consumo e Cidadania*. São Paulo, Cortez Editora, 2005.

RELATÓRIO FINAL-SEMINÁRIO NACIONAL - CIDADES SUSTENTÁVEIS. Consórcio Parceria 21 e outros . 1999. Brasília. <http://www.ibam.org.br/parc21>

REVISTA PANGAEA MUNDO - Quinzenário de Política, Economia e Cultura. O Protocolo de Kyoto e a terceira etapa da “ecodiplomacia”. Demétrio Magnoli. São Paulo-SP. 24 de agosto de 2001.

REVISTA VENCER! Sinal Verde para o Gestor Ambiental. Seção - Ambição. Fábio Bahr. São Paulo-SP. Edição nº 56; junho de 2004

RIBEIRO, M.A (2000) *Ecologizar. Pensando o ambiente humano*. Belo Horizonte : Ed. Rona.

ROMERO, M.A .B.; GUIA, George; ANDRADE, Liza; PERSON, Elisângela; SILVEIRA, Ana L. Camilo. *Indicadores de sustentabilidade dos espaços públicos urbanos: Aspectos metodológicos e atributos das estruturas urbanas*. Seminário: A Questão Ambiental Urbana: Experiências e Perspectivas. Unb - 28-30 de julho de 2004.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. *Seminário sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*. Brasília, DF: IPEA/SEMAM, 1991.

ROMEIRO, Ademar R. *Desenvolvimento Sustentável e Mudança institucional: Notas preliminares*. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1999. 25p.(texto para discussão n. 68)

SABATINI, Francisco. *Conflictos ambientales y desarrollo sostenible de las regiones urbanas*. VII Congresso Iberoamericano de Urbanismo. Pamplona - Navarra, 1996.

SATTERTHWAITE, David. *The Earthscan Reader in Sustainable Cities. Human Settlements Programme*. International Institute for Environment and Development. Earthscan Publications. Reprinted 2001, 2004.USA,1999.

SAULE JUNIOR, Nelson; ROLNIK, Raquel. *Estatuto da Cidade: novos horizontes para a reforma urbana*. São Paulo, Polis, 2001.xxp.(Caderno Polis, 4)

SAUVÉ, Lucie. *Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa*. Revista de Educação Pública, 1997 - cecae.usp.br

SCHENINI, Nascimento & Campos. COBRAC2004 - Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário- UFSC, 10 a 14 outubro de 2004.

SHUMACHER, E.F. *Small is Beautiful- O negócio é ser pequeno*. Um estudo de economia que leva em conta as pessoas.Zahar Editores, 4ª edição, 1983

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEQUINEL, Maria C.M. *O modelo de sustentabilidade urbana de Curitiba - Um estudo de caso*. Dissertação Mestrado, UFSC, 2002

STORCH, Sami/IDEC. *Jornal da Tarde*. 10/08/2002. E quando o concerto custa quase o preço de um artigo novo?

TIEZZI, Enzo; MARCHETTINI, Nadia. *Che cos'è lo Sviluppo Sostenibile? Le basi scientifiche della sostenibilità e i guasti del pensiero unico*. Roma: Donzelli Editore, 1999

ULTRAMARI, C.. Origens de uma política urbano-ambiental. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 3, pg. 65-78, jan./jun./2001. Editora de UFPR.

UN MILLENNIUM PROJECT, *Investing in development: A Practical Plan to Achieve the Millennium Development Goals*. Overview. Jan. de 2005.

UNESCO. 2005-2014 - Uma Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável. www.unesco.org.br. Acessado em 19 de Setembro de 2007.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIVIEN, Franck-Dominique. *Le développement soutenable: un sujet controversé chez les économistes*. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Jan/Dez. 2005. Editora UFPR

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acessado em 28 de setembro de 2007.

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/contagem2007/default.shtm>). Acessado em 01 de fevereiro de 2008

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>. Acessado em 01 de fevereiro de 2008.

<http://www.ibitinga.sp.gov.br>. Acessado em 28 de setembro de 2007.

<http://www.ipas.org.br/mortalidade.html>. Acessado em 11 de março de 2008.

<http://www.mma.gov.br/port/sds/a3p/corpo.html>. Acessado em 04 de Abril de 2007.

<http://www.nospodemos.org.br/default.htm>. Acessado em 29 de Maio de 2008.

www.pnud.org.br. Acessado em 19 de Setembro de 2007.

<http://www.saocarlos.sp.gov.br>. Acessado em 28 de setembro de 2007.

http://www.onu-brasil.org.br/agencias_unaids.php. Acessado em 11 de Março de 2008.

Bibliografia

BITTENCOURT, Carlos M. Andrioli. *A informação e os indicadores de sustentabilidade: um estudo de caso no Observatório Regional Base de Indicadores da Sustentabilidade Metropolitano de Curitiba-ORBIS MC*. Tese de Doutorado. UFSC, 2006, 235 p.

BRAGA, BRITO, FREITAS & MARQUES. *Sustentabilidade e condições de vida em áreas urbanas: medidas e determinantes nas regiões metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, MG, 20-24 setembro de 2004

BRAGA, Tânia Moreira; FREITAS, Ana P. Gonçalves; DUARTE, Gabriela de Souza; SOUZA, Júlio Carepa. *Índices de sustentabilidade municipal: o desafio de mensurar*. Nova Economia, Belo Horizonte, p. 11-33, set./dez. de 2004.

CASTRO, Ana Célia; LICHA, Antonio; JR, Helder Q. Pinto; SABOIA, João(org.). *Brasil em desenvolvimento*, v.2; instituições, políticas e sociedade.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DEPONTI, Cidonea Machado; ECKERT, Córdula; AZAMBUJA, José L. Bortoli de. *Estratégia para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas*. Agroecol. E Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.4, out./dez. 2002.

FERREIRA, Ignêz B. E PENNA, Nelba A. *Por uma Brasília Sustentável*. Câmara Legislativa do Distrito Federal. Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Ciclo de Debates sobre a Agenda 21 e sua Aplicação no DF: Cidades Sustentáveis. Brasília. Maio. 2002.

GANDINI, João Agnaldo Donizete & SALOMÃO, Diana Paola da Silva. *A Responsabilidade civil do Estado por conduta omissiva*. Revista do CJF (Conselho de Justiça Federal), Brasília, n. 23, p. 45-59, art. 09, out./dez. 2003

GONSALVES, E.P. *Conversas sobre iniciação à pesquisa científica*. Campinas: Alínea, 2003

JANNUZZI, P.M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas, Alínea, 2001.

LANDES, David S. *A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres*/David S. Landes; tradução Álvaro Cabral.- 2.ed.Rio de Janeiro: Campus, 1998

MARAGON, PRESZNHUK, SORDI & AGUDELO. *Indicadores de sustentabilidade como instrumento para avaliação de comunidades em crise: Aplicação à comunidade de Serra Negra*. Revista Educação & Tecnologia. PPGTE-CEFETs-PR/MG/RJ, 2003.

MARZALL, Kátia; ALMEIDA, Jalcione. *Indicadores de Sustentabilidade para agroecossistemas -Estado da arte, limites e potencialidades de uma nova ferramenta para avaliar o desenvolvimento sustentável*. Caderno de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.17, n.1, p. 41-59, jan./abr. 2000.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo brasileiro*. 20. ed., São Paulo: ed. Malheiros, 1995.

MUELLER, C.C.; TORRES, M.; MORAIS, M.P. *Referencial básico para a construção de um sistema de indicadores urbanos*. IPEA, Brasília, 1997

P. JACOBI - Cadernos de Pesquisa. , n. 118, pg 190 a 205, março/2003. *Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade*. São Paulo: Autores Associados, 2003 - SciELO Brasil

PENNA, Nelba Azevedo. Revista Semestral Publicada pelo Departamento de Geografia da USP-SP -GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 12, pp. XX, 2002. URBANIZAÇÃO, CIDADE E MEIO AMBIENTE.

ROSSETO, A . M.; ORTH; ROSSETO C.R., & FLORES. *Proposta de um Sistema de Indicadores para gestão de cidades visando ao Desenvolvimento Sustentável*. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. UFSC de 10 a 14 de outubro de 2004.

VELLOSO, João Paulo dos Reis(org.). *A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1992.

<http://www.agenciaaids.com.br/noticias-resultado.asp?Codigo=6414>. Acessado em 11 de março de 2008.

http://www.unesco.org.br/eventos/decedds/mostra_evento. Acessado em 01 de novembro de 2007.

Anexo A - Roteiro das Entrevistas

Secretaria:.....

Data da entrevista:

Local da entrevista:

Nome do Entrevistado e cargo que ocupa:

1. Você tem conhecimento do que é “Desenvolvimento Sustentável e os 8 Objetivos do Milênio?”
--

1.1. Se tem , qual a importância que você dá ao processo como um todo? Onde aprendeu ?
--

1.2. Se não tem , o poder público nunca lhe informou?

1.3. Você sabe(ia) que programa(s) e/ou projeto(s) de alcance social corresponde a D.S.?
--

2. Qual(ais) programa e/ou projeto(s) está(ão) sendo desenvolvido(s) no Município em âmbito de sua Secretaria que visem o D.S., sendo os 8 objetivos do Milênio o parâmetro impulsionador.
--

3. O(s) programa(s) e/ou projeto(s) buscam visar o quê?

3.1. Toda comunidade?

3.2. De alcance para apenas uma parcela da comunidade?
--

3.3. Quando atinge uma pequena parcela, por que esta foi escolhida?

3.4. Quando atinge apenas uma parcela, existem planos para atingir a posteriori toda a comunidade? Sim, não e por quê(s).

4. Existe(m) dificuldade(s) para implementar uma política mais sustentável neste(s) programa(s) e/ou projeto(s)? Se existe(m) por quê?
--

4.1. Comportamentais?

4.2. Organizacionais?

4.3. Econômicas?

4.4. Políticas?

4.5. Sistêmicas?

5. Qual(is) programa(s) e/ou projeto(s) está(ão) sendo desenvolvido(s) no município no âmbito de geração, qualificação e re qualificação de mão-de-obra, meu 1º emprego via sua secretaria?

6. Existe(m) parceria(s) com entidades educacionais e de pesquisa local ou extra-municipal?

6.1. Sim

6.2. Não, Por quê?

7. Existe(m) parceria(s) com outra(s) Secretaria(s) para programa(s) e/ou projeto(s) em conjunto, já que Desenvolvimento Sustentável demanda isso?
--

7.1. Sim

7.2. Não, Por quê?

7.3. Se não, qual sua sugestão para que esta inter-relação ocorra.
--

